

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

SUZANE OLIVEIRA DE ANDRADE

MÍDIA, VIOLÊNCIA ESCOLAR E PROFISSÃO DOCENTE

GOIÂNIA
2025



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação Tese Outro*: _____

*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

2. Nome completo do autor

SUZANE OLIVEIRA DE ANDRADE

3. Título do trabalho

Mídia, violência escolar e profissão docente

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

- a) consulta ao(a) autor(a) e ao(a) orientador(a);
 - b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.
- O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Suzane Oliveira De Andrade, Discente**, em 17/06/2025, às 16:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rosemara Perpetua Lopes, Professora do Magistério Superior**, em 28/07/2025, às 14:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5447710** e o código CRC **53AFB31C**.

SUZANE OLIVEIRA DE ANDRADE

MÍDIA, VIOLÊNCIA ESCOLAR E PROFISSÃO DOCENTE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, na área de concentração em Educação, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestra em Educação. Linha de pesquisa: Formação, profissionalização docente e trabalho educativo.

Orientadora: Profa. Dra. Rosemara Perpetua Lopes.

GOIÂNIA
2025

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Oliveira De Andrade, Suzane
MÍDIA, VIOLÊNCIA ESCOLAR E PROFISSÃO DOCENTE
[manuscrito] / Suzane Oliveira De Andrade. - 2025.
CVI, 106 f.

Orientador: Profa. Rosemara Perpetua Lopes.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás,
Faculdade de Educação (FE), Programa de Pós-Graduação em Educação,
Goiânia, 2025.

Bibliografia. Apêndice.
Inclui gráfico, lista de figuras, lista de tabelas.

1. mídia digital. 2. violência escolar. 3. educação básica. I.
Perpetua Lopes, Rosemara , orient. II. Título.

CDU 37



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº 20 da sessão de Defesa de Dissertação de **SUZANE OLIVEIRA DE ANDRADE**, que confere o título de **Mestra em Educação** pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás-PPGE/FE/UFV, na *área de concentração em Educação*.

Aos **dezesesseis dias do mês de junho de dois mil e vinte e cinco (16/06/2025)**, a partir das **15:00h**, em formato híbrido, nas dependências da Faculdade de Educação e em plataforma virtual no link público de acesso <https://meet.google.com/scb-nxsu-roq>, realizou-se a sessão pública de Defesa de Dissertação intitulada "**Mídia, violência escolar e profissão docente**". Os trabalhos foram instalados pela Orientadora Prof.^a Dr.^a **Rosemara Perpetua Lopes (PPGE/FE/UFV)**, doutora em **Educação** pela **UNESP**, com a participação dos demais integrantes da Banca Examinadora: Prof.^a Dr.^a **Amone Inácia Alves (PPGE/FE/UFV)**, doutora em **Educação** pela **UFV** - integrante titular interna e Prof. Dr. **Marcos Vinicius Francisco (UEM)**, doutor em **Educação** pela **UNESP** - integrante titular externo. Durante a arguição os integrantes da banca **não fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido a candidata **aprovada** pelos seus integrantes. Proclamados os resultados pela Professora Doutora **Rosemara Perpetua Lopes**, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Integrantes da Banca Examinadora, aos dezesesseis dias do mês de junho de dois mil e vinte e cinco.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a Rosemara Perpetua Lopes

Prof.^a Dr.^a Amone Inácia Alves

Prof. Dr. Marcos Vinicius Francisco

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Rosemara Perpetua Lopes, Professora do Magistério Superior**, em 16/06/2025, às 17:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Amone Inácia Alves, Professora do Magistério Superior**, em 17/06/2025, às 08:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Da Costa Britto Pereira Lima, Coordenadora de Pós-Graduação**, em 17/06/2025, às 14:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5431405** e o código CRC **C1C38413**.

Referência: Processo nº 23070.023740/2025-52

SEI nº 5431405

APRESENTAÇÃO

Meu nome é Suzane Oliveira Andrade e minha trajetória acadêmica tem sido marcada por uma conexão profunda com os campos da educação e das artes. Realizei toda a minha formação no ensino fundamental e médio em escolas públicas de Goiânia, onde comecei meu contato com o ambiente educacional que, mais tarde, seria o foco central das minhas investigações acadêmicas. Em 2022, formei-me em Licenciatura em Artes Visuais pela Universidade Federal de Goiás (UFG), um campo que, desde cedo, despertou em mim a sensibilidade para compreender as formas expressivas, estéticas e simbólicas com as quais a sociedade se comunica e se transforma.

Atualmente, sou mestranda no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da UFG, na linha de pesquisa Formação, Profissionalização Docente e Trabalho Educativo. Minha pesquisa busca compreender a influência das mídias digitais sobre a violência escolar e a forma como essa dinâmica impacta a vida dos professores no contexto escolar.

Acredito que minha formação em Artes Visuais tem algo a contribuir para a compreensão dessas questões, especialmente no que diz respeito à forma como as imagens e as narrativas midiáticas constroem e influenciam comportamentos no ambiente escolar. Embora as artes não ofereçam respostas prontas para os desafios que envolvem a violência e o uso das mídias, elas abrem caminhos para uma leitura mais sensível e crítica desses aspectos.

Ao longo de minha trajetória até aqui, venho percebendo que a maneira como as comunicações representam e reforçam certas estéticas e discursos podem ter implicações diretas no comportamento dos estudantes e nas relações dentro da escola. Minha intenção, no entanto, não é afirmar que essa relação é algo simples de se resolver, mas explorar como esses elementos se entrelaçam e se atravessam, afetando diretamente o cotidiano de quem vive o espaço escolar, especialmente os professores.

AGRADECIMENTOS

A jornada que se encerra nesta dissertação foi construída com o apoio, incentivo e presença de muitas pessoas que deixaram marcas significativas em minha trajetória. Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (Fapeg), pelo apoio financeiro que tornou possível a realização deste estudo.

À minha orientadora, Profa. Dra. Rosemara Perpetua Lopes, minha profunda gratidão pela escuta atenta, pelos direcionamentos precisos e pela sensibilidade ao lidar com minha pesquisa e com minhas inquietações. Sua orientação foi essencial para que eu encontrasse caminhos possíveis diante dos desafios acadêmicos e pessoais, sou grata ao universo pela partilha, serei eternamente admirada de seu trabalho e amizade.

Aos professores e professoras do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás, pela formação crítica e pelas valiosas contribuições ao longo das disciplinas cursadas.

Aos colegas e amigos do mestrado, pelas conversas nos corredores e pelas trocas que tanto enriqueceram minha experiência.

Aos(as) diretores(as) e professores(as) das escolas participantes da pesquisa, meu sincero agradecimento, pela disponibilidade, confiança e por contribuírem com seus relatos para a construção deste trabalho.

Aos meus familiares, especialmente à minha mãe Marlene, que sempre acreditou em mim, mesmo quando as condições não eram favoráveis. Sua história me inspira e fortalece. À minha família como um todo, obrigada pelo apoio emocional e pelas palavras de encorajamento nos momentos mais difíceis.

Aos amigos e amigas que estiveram ao meu lado em diferentes momentos desta caminhada, meu carinho e gratidão.

Por fim, dedico este trabalho a todos os(as) professores(as) que enfrentam, diariamente, os desafios da profissão com coragem, ética e compromisso com a educação pública.

Enquanto houver arte livre e educação crítica, haverá esperança de uma humanidade que se recusa a ser reduzida à espetacularização da vida.

*"Quanto mais sua vida se transforma em
mercadoria, mais se separa dela".*

(Guy Debord)

RESUMO

ANDRADE, Suzane Oliveira. *Mídias, violência escolar e profissão docente*. 2024. 106 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação, Goiânia, 2025.

Este trabalho, inscrito na linha de pesquisa “Formação, Profissionalização Docente e Trabalho Educativo”, apresenta resultados de um estudo de mestrado que buscou responder à seguinte questão: como professores e gestores veem o crescente número de ataques às instituições de ensino, em que medida a violência escolar protagonizada pelo aluno na escola se relaciona às mídias digitais e como esse quadro afeta a profissão docente? A investigação foi fundamentada em pressupostos sobre a sociedade do espetáculo, dentre outros. Esta pesquisa de cunho qualitativo teve como objetivo geral apurar possíveis relações entre mídias digitais, violência escolar e profissão docente, com enfoque no trabalho do professor em exercício na educação básica. Os objetivos específicos consistem em verificar como a violência escolar é tratada pela legislação educacional brasileira; mapear as relações entre mídia e violência escolar apontadas pela literatura educacional nos últimos cinco anos (2019-2024) e sob qual viés epistemológico, considerando-se as diferentes mídias popularizadas ao longo desse período; averiguar como vem sendo tratada a violência dentro das instituições de ensino e como professores e gestores veem a violência protagonizada pelo aluno na escola e a relação entre essa violência e as mídias digitais; perscrutar possíveis relações entre abordagem de ensino e violência na escola. O desenvolvimento abrangeu pesquisa bibliográfica, análise documental e coleta de dados empíricos, por meio de questionário virtual, aplicado a professores de escolas públicas estaduais de Goiânia. Os resultados evidenciaram a percepção de professores e gestores sobre o aumento da violência nas escolas, agravada pelas mídias digitais e pelo afastamento dos tutores e familiares da vida escolar, e pela falta de políticas públicas eficazes de prevenção e combate à violência midiática como o *cyberbullying*. Além disso, apontaram que a mídia contribui para a espetacularização da violência e o enfraquecimento da autoridade docente, ampliando os desafios da profissão. Também revelaram que, embora existam normativas legais sobre o tema, violência escolar e profissão docente, elas são pouco efetivas na prática, evidenciando um descompasso entre legislação e realidade escolar. A título de conclusão, o estudo sugere que investimentos na educação pública são fundamentais para criar ambientes escolares seguros e acolhedores, onde o respeito e a convivência pacífica sejam promovidos.

Palavras-chave: mídia digital; violência escolar; educação básica.

ABSTRACT

ANDRADE, Suzane Oliveira. *Media, School Violence, and the Teaching Profession*. 2025. 106 f. Dissertation (Master's in Education) - Federal University of Goiás, Faculty of Education. Goiânia, 2025.

This work, part of the research line "Teacher Training, Professionalization, and Educational Work," presents the results of a master's degree study that sought to answer the following question: how do teachers and administrators view the growing number of attacks on educational institutions? To what extent is student-led school violence related to digital media, and how does this situation affect the teaching profession? The investigation was based on assumptions about the society of the spectacle, among others. This qualitative research aimed to determine possible relationships between digital media, school violence, and the teaching profession, focusing on the work of practicing teachers in basic education. The specific objectives are to assess how school violence is addressed by Brazilian educational legislation; to map the relationships between media and school violence highlighted in the educational literature over the last five years (2019-2024) and from what epistemological perspective, considering the different media popularized during this period; To investigate how violence is being treated within educational institutions and how teachers and administrators view student-perpetrated violence at school and the relationship between this violence and digital media; to examine possible links between teaching approaches and violence in schools. The study included bibliographical research, document analysis, and empirical data collection through an online questionnaire administered to teachers at public schools in Goiânia. The results highlighted teachers' and administrators' perceptions of the increase in violence in schools, exacerbated by digital media and the distancing of guardians and family members from school life, as well as the lack of effective public policies to prevent and combat media-related violence such as cyberbullying. Furthermore, they pointed out that the media contributes to the spectacularization of violence and the weakening of teaching authority, increasing the challenges facing the profession. They also revealed that, although legal regulations exist on the topic, school violence, and the teaching profession, they are largely ineffective in practice, demonstrating a disconnect between legislation and the reality of the school environment. In conclusion, the study suggests that investments in public education are essential to creating safe and welcoming school environments, where respect and peaceful coexistence are promoted.

Keywords: digital media; school violence; basic education.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Etapas do tratamento do material coletado na pesquisa bibliográfica	37
Quadro 2 - Etapas da análise documental	39
Quadro 3 - Etapas do tratamento do material	39
Quadro 4 - Sistematização da análise	41
Quadro 5 - Trabalhos incluídos por critério e plataforma	44
Quadro 6 - Trabalhos excluídos por critério e plataforma.....	44
Quadro 7 - Trabalhos selecionados	46
Quadro 8 - Locais da coleta documental	55
Quadro 9 - Leis federais	55
Quadro 10 - Resoluções e Projeto de Lei	57
Quadro 11 - Decretos Federais	57
Quadro 12 - Leis estaduais	58
Quadro 13 - Leis Municipais (municípios variados do Brasil)	60
Quadro 14 - Documentos normativos sobre violência midiática	61
Quadro 15 - Matérias sobre violência escolar publicadas em sites de fóruns, sindicatos e organizações.....	62
Quadro 16 - A violência escolar afeta o(a) professor(a)? de que modo?	72
Quadro 17 - Relações entre mídia e violência escolar percebidas pelos professores	77

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Trabalhos encontrados	43
Tabela 2 - Trabalhos incluídos e excluídos de acordo com os critérios e palavras-chave	44

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Políticas de prevenção e combate à violência escolar	68
Gráfico 2 - Violência protagonizada pelo aluno	69
Gráfico 3 - Violência de aluno contra aluno	70
Gráfico 4 - Violência de aluno contra professor.....	71
Gráfico 5 - Violência de professor(a) contra aluno	72
Gráfico 6 - Violência escolar.....	73
Gráfico 7 - Motivo da violência do aluno em sala de aula.....	74
Gráfico 8 - Violências mais frequentes vinda dos alunos	75
Gráfico 9 - Relação entre violência escolar e mídia	77
Gráfico 10 - Mídias digitais e a violência escolar	79
Gráfico 11 - Motivação da violência pelos alunos contra o professor	80

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
2	REFERENCIAL TEÓRICO	21
2.1	Sociedade do espetáculo	21
2.2	Estética da violência	22
2.3	Autoridade pedagógica na cultura digital	24
2.4	Simulacros de poder	25
2.5	Violência escolar	26
2.5.1	O <i>bullying</i> como manifestação da violência escolar	28
2.5.2	Formas de enfrentamento ao <i>bullying</i> e ao <i>cyberbullying</i> no ambiente escolar	30
2.5.2.1	<i>Como a arte-mídia afeta o consciente coletivo</i>	32
3	METODOLOGIA	36
3.1	Pesquisa bibliográfica	37
3.2	Análise documental	38
3.3	Pesquisa de campo	40
4	INFLUÊNCIA DAS MÍDIAS SOCIAIS NA VIDA ESCOLAR: UM OLHAR A PARTIR DA LITERATURA EDUCACIONAL (2019-2024)	43
4.1	Relações entre mídias, violência escolar e profissão docente: análise e discussão ..	49
5	LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL E VIOLÊNCIA ESCOLAR: UMA REVISÃO DOS ÚLTIMOS CINCO ANOS (2019-2024)	54
6	O CONTEXTO ESCOLAR DELINEADO PELA PESQUISA DE CAMPO	68
6.1	Interpretação e discussão dos dados da pesquisa de campo	80
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	83
	REFERÊNCIAS	89
	APÊNDICE A- Modelo do ofício enviado às escolas	93
	APÊNDICE B- Questionário aplicado aos professores(as)	94
	APÊNDICE C- Quadro de sistematização de análise da pesquisa bibliográfica ...	95
	APÊNDICE D- Quadro de sistematização de leitura	99

1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento tecnológico nas últimas décadas revolucionou a forma como a sociedade interage e consome informações. O acesso às mídias digitais tornou-se massivo, influenciando diretamente as relações interpessoais e o comportamento dos indivíduos, especialmente os jovens. O período compreendido por esta dissertação, que abrange aproximadamente os últimos cinco anos (2020 a 2025), foi marcado por profundas transformações sociais, educacionais e tecnológicas no Brasil e no mundo, as quais impactaram diretamente as dinâmicas escolares e as relações entre mídia, violência e profissão docente.

Em primeiro lugar, destaca-se o cenário da pandemia de Covid-19, declarada oficialmente em março de 2020, que provocou o fechamento das instituições de ensino em todo o país e a adoção emergencial do ensino remoto. Essa transição acelerou o uso das tecnologias digitais, tanto como ferramentas pedagógicas quanto como canais de socialização, e também potencializou problemas como o *cyberbullying*, a exposição indevida de estudantes e professores a intensificação de discursos de ódio em ambientes virtuais.

Paralelamente, o referido período foi marcado pelo aumento das tensões sociais e políticas no Brasil, refletidas no ambiente escolar. Os últimos anos testemunharam o crescimento de ataques a instituições de ensino, muitos deles com forte repercussão midiática e, em alguns casos, alimentados ou organizados por meio de redes sociais e aplicativos de mensagens, como o *WhatsApp*. Esse fenômeno evidenciou o papel ambíguo das mídias digitais: ao mesmo tempo em que aproximam pessoas e democratizam o acesso à informação, também favorecem a propagação da violência e da desinformação. O período também foi marcado por debates sobre o adoecimento docente, resultado do acúmulo de trabalho, precarização das condições de trabalho e crescente insegurança nas escolas. A atuação dos professores, particularmente na rede pública, tornou-se ainda mais desafiadora diante do contexto de violência escolar e da complexidade das interações mediadas por tecnologias.

Desse modo, a escola, que antes era um espaço relativamente comedido em termos de comunicação, passou a ser um reflexo direto dessas mudanças sociais, sendo impactada diariamente pela crescente influência da internet e suas tecnologias digitais.

Assim, ao investigar a relação entre mídia, violência escolar e profissão docente, é essencial entender como os educadores da contemporaneidade lidam com as novas demandas pedagógicas e sociais impostas pelo avanço tecnológico e pela presença da mídia, ao mesmo tempo em que enfrentam uma violência crescente nas escolas.

Nesse cenário, a relação entre a mídia e a violência escolar torna-se um tema relevante de investigação, principalmente quando se busca entender de que forma as mídias digitais influenciam comportamentos violentos no ambiente escolar. A motivação para esta pesquisa é poder entender como as relações entre docentes e alunos são impactadas por essa nova configuração de aula.

Como inquietações, o **problema** desta pesquisa está formulado nos seguintes termos: como professores e gestores veem o crescente número de ataques às instituições de ensino, e em que medida a violência escolar protagonizada pelo aluno na escola se relaciona às mídias digitais e como esse quadro afeta a profissão docente?

Desse modo, como **objetivo geral** a pesquisa propôs apurar possíveis relações entre mídias digitais, violência escolar e profissão docente, com enfoque no trabalho do professor em exercício na educação básica. Já os **objetivos específicos** consistiram em: verificar como a violência escolar é tratada pela legislação educacional brasileira, isto é, o que está previsto a esse respeito nessa legislação; mapear as relações entre mídia e violência escolar apontadas pela literatura educacional nos últimos cinco anos e sob qual viés epistemológico, considerando-se as diferentes mídias popularizadas ao longo desse período; averiguar como vem sendo tratada a violência dentro das instituições de ensino e como professores e gestores veem a violência protagonizada pelo aluno na escola e a relação entre essa violência e as mídias digitais e perscrutar possíveis relações entre abordagem de ensino e violência na escola.

Este estudo é importante para a sociedade porque trata de um problema atual que afeta o ambiente escolar, através da violência escolar, especialmente quando amplificada pelas tecnologias digitais. Para a comunidade científica, a pesquisa contribuiu com o debate sobre o impacto das mídias digitais na educação e como esses efeitos afetam a profissão docente. Os resultados desta pesquisa podem auxiliar pesquisadores, educadores e gestores na conscientização sobre o tema e a desenvolver melhores práticas para lidar com esses desafios e promover um ambiente escolar mais inclusivo e seguro.

A revisão bibliográfica realizada por esta pesquisa teve como objetivo aferir a relevância e a originalidade do tema proposto, além de contribuir para a delimitação do objeto de pesquisa durante o desenvolvimento da dissertação. O levantamento foi fundamentado teoricamente nos aportes de Debord (1967) e Zuin (2015), autores que contextualizam a relação entre mídia, educação e violência escolar. As buscas foram realizadas nas plataformas Capes, BDTD e *Scielo*, utilizando operadores booleanos nas combinações: mídia AND educação; mídia AND escola; mídia AND ensino; mídia AND professor; mídia AND educação AND

violência; mídia AND escola AND violência; mídia AND ensino AND violência. Os filtros aplicados restringiram os resultados a textos em português, publicados entre 2019 e 2023, nos formatos de teses, dissertações e artigos científicos.

Foram definidos critérios de inclusão e exclusão, considerando a relevância temática, a abordagem crítica sobre mídia e violência escolar, a relação com o contexto brasileiro e a originalidade da análise. Trabalhos repetidos ou escritos em língua estrangeira foram desconsiderados. A partir desses procedimentos, 42 produções foram inicialmente identificadas, das quais 11 atenderam plenamente aos critérios estabelecidos e foram selecionadas para análise e discussão, por apresentarem maior afinidade com o recorte temático proposto pela pesquisa

Esta dissertação está organizada em seções que abrangem todas as etapas do estudo e suas respectivas abordagens metodológicas. Desse modo, na seção “Introdução” é exposta a problemática do estudo, detalhando o objetivo geral e os objetivos específicos da pesquisa. São também apresentadas as justificativas que fundamentam a importância de se investigar a relação entre as novas tecnologias digitais, a violência escolar e os desafios enfrentados pelos docentes. Na sequência, a seção “Referencial Teórico” é a base teórica da dissertação e está sustentada em estudos que tratam da relação entre mídia, sociedade e educação, são eles Debord (1967), com a obra “A Sociedade do Espetáculo”, que fundamenta a análise da espetacularização da violência na sociedade contemporânea.

Compõem, ainda, o referencial teórico Belloni (2009), com reflexões sobre a mídia e a estética da violência, Zuin (2015), que discute a transformação das relações pedagógicas na era digital, e Zanolla (2010), cujas contribuições tratam das questões de violência escolar e a mediação tecnológica no ambiente escolar. Juntamente com esses está o estudo de Francisco e Coimbra (2015), que auxiliam a compreender o *bullying* no contexto escolar, e como os estudantes percebem o *bullying* e quais as suas estratégias mediante esta problemática.

A seguir, a seção “Metodologia” informa que este estudo é de natureza qualitativa, o desenvolvimento abrangeu três etapas, a saber, análise documental, pesquisa bibliográfica e análise de dados empíricos coletados por questionário *on-line*. Os resultados foram organizados conforme essas três etapas metodológicas, destacando-se as contribuições de Debord (1967), Belloni (2009) e Zuin (2015) para o tema. Para concluir, as “Considerações finais” retomam os objetivos da pesquisa e oferecem uma síntese das descobertas, destacando a importância de analisar as políticas educacionais e as novas dinâmicas impostas pelas tecnologias digitais,

propondo uma reflexão mais profunda sobre o papel dos professores no enfrentamento da violência escolar.

Para fundamentação teórica desta dissertação foi elaborado o referencial teórico, a seguir, que contém a fundamentação teórica desta dissertação, baseada em conceitos relevantes como sociedade do espetáculo, estética da violência, simulacros de poder, dentre outros. Esses conceitos são fundamentais para a investigação proposta pela pesquisa, conceitos esses que auxiliam na compreensão do convívio social escolar na contemporaneidade e do fenômeno da violência em sala de aula, verificados na próxima seção.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção, apresentam-se os fundamentos teóricos que sustentam este estudo, estruturados em torno dos conceitos centrais priorizados na discussão empreendida.

2.1 Sociedade do espetáculo

Após a Segunda Guerra Mundial (1939 a 1945), a imagem se tornou a forma dominante de comunicação e mediação da realidade. Essa ascensão da imagem se deve a diversos fatores, como proliferação da mídia de massa, como televisão, cinema, publicidade e outros meios visuais, que inundaram a vida cotidiana, e alteraram a percepção de mundo pelas pessoas. Essa ascensão da imagem atrelada ao capitalismo e à publicidade contribuiu para a lógica do consumo exacerbado, a imagem se tornou a principal ferramenta para vender produtos e ideias, criando uma sociedade cada vez mais consumista e alienada.

De acordo com Debord (1967, p. 12), "a sociedade do espetáculo é a fase mais recente da história onde a imagem se tornou a palavra predominante". O espetáculo não se refere apenas a uma apresentação pública ou artística, mas a uma forma de organização social em que a imagem mediada pela mídia assume o papel central, dominando as interações sociais e moldando a realidade. O autor argumenta que, na sociedade moderna, as relações autênticas entre as pessoas são substituídas por representações midiáticas, que alienam os indivíduos e os afastam da realidade concreta.

Essa alienação e o controle por meio da espetacularização da vida têm implicações profundas no contexto social e escolar. A mídia, ao transformar episódios de violência em espetáculos, molda a percepção pública da violência escolar, muitas vezes amplificando seu impacto. A violência escolar, quando exposta de maneira midiática, pode ser reduzida a um "evento", um conteúdo a ser consumido, desumanizando os envolvidos e, ao mesmo tempo, reforçando estereótipos sobre as relações de poder dentro do ambiente educacional.

No contexto da profissão docente, o espetáculo midiático modifica a forma como a violência é percebida e tratada nas escolas, uma vez que, de acordo com Debord (1967, p. 14), "o espetáculo não é um conjunto de imagens, mas sim relações entre pessoas mediadas por imagens". O autor destaca que o espetáculo vai além das imagens ou das representações visuais em si. Em vez disso, trata-se de uma nova forma de estrutura social onde as relações humanas são perdidas e substituídas por representações mediadas, como imagens, símbolos e

mercadorias. No contexto da sociedade contemporânea, essa mediação é realizada principalmente pelas novas mídias e redes sociais e pela cultura de consumo, que transformam a forma como as pessoas se relacionam com o mundo entre si. Para os professores, isso representa um duplo desafio: primeiro, lidar com alunos imersos na cultura do espetáculo, que muitas vezes reproduzem atitudes e comportamentos midiaticamente reforçados; e segundo, enfrentar a própria exposição midiática, seja como mediadores de conflitos ou como vítimas de violência, muitas vezes capturada e difundida em redes sociais.

A obra de Debord, embora publicada na década de 1960, permanece relevante na atualidade. A ascensão das mídias sociais¹ e a crescente influência da imagem na vida cotidiana intensificam os efeitos da sociedade do espetáculo. Dessa forma, Debord (1967) ajuda a compreender como a violência escolar não é apenas um fenômeno físico ou social, mas também um fenômeno simbólico, potencializado pela mídia que transforma esses atos em espetáculo. O papel da mídia ao visibilizar (ou, por vezes, glamourizar) episódios de violência cria uma estética do conflito, na qual a violência deixa de ser apenas uma questão a ser disciplinada e passa a ser parte de uma narrativa midiática que afeta o convívio e o bem-estar. Para melhor compreender esse fenômeno da violência midiática, na próxima subseção trata-se o conceito de estética da violência.

2.2 Estética da violência

Em "O que é mídia-educação" Belloni (2009) examina o papel das mídias na construção de uma estética que glorifica e perpetua a violência, abordando como essa construção influencia comportamentos e valores sociais. Para a autora, a violência, ao ser constantemente retratada e deturpada pela mídia, deixa de ser percebida apenas como um problema social ou moral e passa a ser valorizada esteticamente, ou seja, como um elemento que gera fascínio e atrai a atenção do público. Nesse sentido, Belloni (1998, p. 43) afirma: “Sucesso e banalização da violência na mídia podem obscurecer a compreensão da realidade e levar a avaliações precipitadas”.

¹Mídias sociais são plataformas online que facilitam a criação, compartilhamento e agregação de conteúdo, promovendo a interação entre indivíduos e comunidades. Elas são ferramentas de comunicação e interação digital, abrangendo sites e aplicativos que permitem conexões e compartilhamento de informações. Exemplos incluem *Facebook*, *Instagram*, *Twitter*, *YouTube* e *WhatsApp*. Secretaria de Comunicação Social. Manual de Orientação para Atuação em Mídias Sociais (2014). Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.gov.br/gestaodeconteudo/pt-br/arquivos/manual-de-redes-sociais-idg.pdf>. Acesso: 12 mai. 2025.

Essa "estetização" da violência resulta em um processo de dessensibilização em que a sociedade, exposta repetidamente a imagens de violência, passa a enxergá-la com normalidade ou até admiração. No contexto escolar, isso tem sérias implicações. A violência que ocorre nas escolas, seja ela física, verbal ou simbólica, quando amplificada pela mídia, pode ser consumida e reproduzida de forma estética, distanciando-se de sua realidade e das consequências para os envolvidos. Assim, Belloni (2009, p. 38) enfatiza:

A violência física (lutas corporais, mortes violentas, ferimentos, explosões, tiroteios, tortura) tende a ser encarada como um elemento natural, comum, presente na vida cotidiana, confirmando a tese da banalização da violência como resultado da recorrência de mensagens de violência nas mídias.

Dessa forma, Belloni (2009) argumenta que a mídia, ao reproduzir incessantemente cenas de violência, especialmente em plataformas digitais, transforma esses episódios em "espetáculos" (dialogando com Debord), mas também cria uma cultura que naturaliza e legitima a violência, tornando-a uma forma de expressão social. No ambiente escolar, isso se manifesta tanto na forma como os alunos se apropriam dessas narrativas midiáticas para resolver conflitos, quanto na forma como a própria escola se torna palco de atos de violência que são capturados, editados e compartilhados.

Para os professores, a estética da violência nas mídias representa um desafio direto à autoridade pedagógica e à construção de um ambiente de aprendizado seguro. Alunos imersos em uma cultura que estetiza o conflito muitas vezes replicam atitudes violentas como forma de ganho simbólico, buscando reconhecimento ou poder, pois, como destaca Belloni (2009, p. 38):

Para coroar o sucesso da violência midiática, pudemos observar que, para muitos de nossos jovens, a violência aparece como sinal de coragem, de valor (especialmente para os meninos, mas não só), a não violência sendo conotada como signo de covardia e caminho para a derrota e a frustração.

Além disso, a estética da violência midiática cria um tipo de espectador não apenas os alunos e colegas, mas também um público maior que consome essas mídias, fazendo da escola um palco para os atos de violência.

Ao conectar a estética da violência midiática com a violência escolar, Belloni (2009) oferece um alicerce teórico essencial para compreender como os professores precisam lidar com uma nova forma de agressão, que não se limita ao espaço físico, mas que também se manifesta no campo simbólico, perpetuado e amplificado pelas mídias digitais. Para compreender esse novo lugar que se tornou a sala de aula, é preciso investigar como se encontra a relação aluno-

professor na contemporaneidade. Dessa forma, na seção a seguir será tratado o conceito de autoridade pedagógica.

2.3 Autoridade pedagógica na cultura digital

As transformações provocadas pela crescente inserção das tecnologias digitais na sociedade e, em especial, no ambiente escolar alteram as relações entre professores e alunos, mudando a dinâmica da educação e introduzindo novos desafios, entre eles a questão da violência digital e a modificação da autoridade pedagógica. Sobre os meios de informação da internet, Zuin (2015, p. 763) adverte que:

Diante da atual propagação de quantidades incomensuráveis de informações transmitidas pela Internet, desenvolve-se outro fenômeno que se relaciona diretamente não só com a produção e reprodução do conhecimento, como também com a própria autoridade pedagógica: trata-se da chamada distração concentrada.

Desse modo, percebe-se que através do acesso a informações nas redes sociais, a atenção dos indivíduos é inicialmente direcionada, mas logo depois essa informação se dispersa e se fragmenta em outros assuntos disponíveis na rede.

O autor destaca que a cultura digital, caracterizada pelo acesso constante à informação e pela interação mediada por dispositivos tecnológicos, impacta diretamente o comportamento dos estudantes. A facilidade de uso de ferramentas de comunicação instantânea, como o *WhatsApp*, e o acesso irrestrito a redes sociais modificam a forma como os jovens interagem entre si e com os professores. Nesse contexto, Zuin (2015), assim como Belloni (2009), alerta para o fato de que a cultura digital pode intensificar comportamentos agressivos e de violência, especialmente no formato de *cyberbullying*, que se manifesta frequentemente no ambiente escolar.

No que se refere à profissão docente, Zuin (2015) argumenta que o uso generalizado das tecnologias digitais pelos estudantes desafia a tradicional autoridade dos professores. A figura do professor é diluída na cultura digital, onde os alunos podem acessar informações de forma autônoma, muitas vezes questionando ou até desafiando o saber docente. Essa mudança afeta a relação pedagógica e pode contribuir para a desvalorização da competência do professor, que passa a ser alvo não apenas de questionamentos sobre seu conhecimento, mas também de formas de violência tanto física como virtual, facilitadas pela mídia digital.

Além disso, Zuin (2015) ressalta que a cultura digital cria novas formas de violência, que muitas vezes acontecem de maneira invisível à supervisão escolar, mas com consequências profundas no ambiente educacional. A violência digital, propagada em redes sociais ou aplicativos de mensagens instantâneas, muitas vezes escapa aos métodos tradicionais de controle e prevenção de conflitos, tornando-se um desafio crescente para as escolas e, em particular, para os professores.

Portanto, a obra de Zuin (2015) oferece uma visão significativa sobre a maneira como as tecnologias digitais transformam não apenas o processo de ensino e aprendizagem, mas também as formas de violência existentes no contexto escolar. Para os docentes, é fundamental compreender essas novas dinâmicas e buscar maneiras de mediar os conflitos que emergem na escola, ao mesmo tempo que enfrentam a perda de autoridade e a exposição à violência. Diante disso, a violência pode existir de várias formas em nossa sociedade, na próxima seção discute-se, o conceito de poder simbólico através dos simulacros de poder e como esses conceitos exemplificam as relações de poder vigentes na sociedade capitalista.

2.4 Simulacros de poder

O poder simbólico e como ele é representado e exercido em diversas esferas da sociedade, incluindo o ambiente educacional, demonstra como esse poder, na contemporaneidade, muitas vezes se manifesta por meio de simulacros e representações que simulam a realidade, mas que, de fato, a distorcem e manipulam. Para a autora Chauí (2006), esses simulacros se tornam uma ferramenta fundamental para o exercício do poder na sociedade onde a mídia tem um papel central na construção de narrativas e na legitimação de determinadas visões de mundo.

A relevância do conceito de simulacro no contexto da violência escolar e da profissão docente se dá pela maneira como a mídia constrói, distorce e amplifica eventos violentos, transformando-os em símbolos de poder. “A chamada cultura de massa se apropria das obras culturais para consumi-las, devorá-las, destruí-las, nulificá-las em simulacros.” (Chauí, 2006, p. 22). Na mídia digital e tradicional, a violência muitas vezes é representada de forma a alimentar e reforçar estereótipos sobre a escola como um espaço de desordem e conflito, o que deslegitima a figura do professor e enfraquece o vínculo entre aluno e professor.

Os simulacros de poder criados pela mídia não apenas refletem a violência, mas a tornam parte de um ciclo de reprodução simbólica que afeta diretamente a profissão docente.

Professores, ao serem inseridos nesse ambiente midiático, muitas vezes se veem como vítimas ou mediadores de uma violência que é em grande parte gerada e amplificada fora dos muros da escola, mas que afeta diretamente sua figura como educador. Assim, para Chauí (2006), os simulacros de poder operam para distorcer a função do professor, minimizando seu papel como agente formador e transformando-o em uma figura vulnerável diante do poder midiático.

Além disso, Chauí (2006) levanta questões sobre como os simulacros podem criar ilusões de controle e segurança dentro das instituições de ensino. Políticas de combate à violência, muitas vezes elaboradas sob a pressão das representações midiáticas, podem criar a falsa impressão de que a violência está sendo controlada, quando na realidade ela continua sendo alimentada pela própria estrutura social e midiática que cria esses simulacros. O poder simbólico da mídia, ao invés de solucionar a violência, muitas vezes contribui para reforçá-la ou mesmo espetacularizar por meio de representações distorcidas.

No contexto desta pesquisa, a obra de Chauí (2006) ajuda a entender como a mídia não apenas veicula a violência, mas também participa da construção simbólica de uma realidade que afeta diretamente a percepção e a prática docente. O professor, muitas vezes desqualificado pelas representações midiáticas, precisa enfrentar os efeitos desses simulacros de poder, que contribuem para a fragilização de sua autoridade e para a perpetuação de uma cultura de violência no ambiente escolar. Para além dos simulacros é preciso compreender a dimensão cultural que está inserida na sociedade como um todo e como essas dinâmicas econômicas e políticas afetam também o ambiente escolar, para isso, focaliza-se na próxima seção o conceito de violência escolar.

2.5 Violência escolar

Nesta seção a violência escolar é abordada a partir da teoria crítica, especialmente com base nas contribuições da Escola de Frankfurt. Nessa perspectiva, Zanolla (2010) discute como a violência, tanto no aspecto físico quanto simbólico, está inserida em uma lógica cultural que permeia não apenas o ambiente escolar, mas também a sociedade em geral. Destaca-se a importância de considerar a violência escolar como um reflexo de fenômenos culturais e sociais mais amplos, que incluem injustiças estruturais e exclusões sociais, influenciadas por dinâmicas econômicas e políticas.

Ao explorar a violência sob uma perspectiva cultural, Zanolla (2010) argumenta que a escola, muitas vezes, é cobrada por problemas que transcendem suas funções institucionais. A

violência, nesse contexto, não pode ser compreendida apenas como uma falha disciplinar ou de controle, mas como um sintoma de um processo mais profundo de desumanização e barbárie², no qual as relações sociais são mediadas por dinâmicas de poder e opressão. A autora aponta que essa barbárie está enraizada não só em ações individuais, mas em práticas institucionais e na própria cultura, que normaliza comportamentos violentos. Desse modo Zanolla (2010, p. 120) rebate que:

A sociedade costuma cobrar da escola aquilo que é responsabilidade geral das instituições: a formação do indivíduo. Exige-se que se preste contas do desenvolvimento tecnológico e cultural. Não se percebe muitas vezes que o problema da violência vai além da escola. O desenvolvimento tecnológico e cultural é reflexo da interação do indivíduo com as mais variadas instituições e envolve condições materiais e humanas.

Portanto, a capacidade de enfrentar a barbárie e promover a educação não está limitada apenas às condições fornecidas pela escola, assim como o combate à violência não deve ser conduzido exclusivamente dentro do ambiente escolar. Tanto a formação humana quanto a conduta violenta são fenômenos de construção social e precisam ser compreendidos como tal.

A autora mostra como os jogos eletrônicos, filmes e outros produtos midiáticos podem reforçar a violência como entretenimento e fomentar a dessensibilização dos jovens em relação a atos violentos. Isso afeta diretamente o ambiente escolar, onde a violência pode ser vista como uma extensão daquilo que os alunos consomem no dia a dia por meio das mídias digitais, como os jogos eletrônicos, filmes e outros produtos midiáticos que podem reforçar a violência como entretenimento e fomentar a dessensibilização dos jovens em relação a atos violentos (Zanolla, 2010).

Dessa forma, é importante salientar que a presença efetiva dos pais na vida dos alunos é imprescindível, Zanolla (2010) destaca a importância da presença familiar para orientar e instruir sobre as adversidades, a convivência e as pluralidades existentes, elementos estes fundamentais para uma boa interação e convivência social. Seu objetivo aqui é chamar a atenção para a necessidade de responsabilidade, que não se confunde com culpabilização, uma vez que o combate à violência é complexo e envolve outros fatores também discutidos pela autora. Para Zanolla (2010) a escola e a sociedade têm o potencial de combater as formas de

² De acordo com Zanolla (2010, p. 118), “a barbárie se desdobra em dois aspectos: prática regressiva à violência física, primitiva, reminiscências e atitudes primitivas ou primárias, e identificação com a violência a partir de objetivos que mitificam e regridem o sujeito em atitudes racionais [...] A violência se apresenta como a ignorância humana em todos os sentidos, inclusive por atitudes aparentemente racionais justificadas em nome da razão. Qualquer tipo de atitude agressiva torna-se barbárie se acontecer em nome do poder, do domínio e do interesse pessoal ou grupal desprovido de valores humanistas.”

brutalidade e crueldade engendrados, muitas vezes, pelas mídias digitais, essas práticas vão naturalizando no consciente coletivo dos jovens a barbárie. A esse respeito, a autora aponta que:

À escola, cabe denunciar a barbárie em todas as suas nuances, desmistificar a si própria como instituição idealizada. Isso poderia contribuir em favor da elaboração subjetiva contra a perversão e a frieza do indivíduo na contemporaneidade, contra a violência e a ignorância nos seus variados desdobramentos. (Zanolla, 2010, p. 122).

Nessa perspectiva Zanolla (2010) enfatiza a importância de uma abordagem crítica para enfrentar a violência escolar, entendendo-a como parte de um complexo de relações sociais, culturais e midiáticas. A erradicação da violência não requer apenas ações disciplinares, mas também uma transformação mais abrangente das condições sociais e culturais que a sustentam. Esse processo demanda um esforço conjunto que envolve a escola, a sociedade, as famílias e os meios de comunicação. Para melhor compreender a violência escolar e sua trama, apresenta-se na próxima seção um tipo específico de violência, conhecido como *bullying*.

2.5.1 O *bullying* como manifestação da violência escolar

Ao abordar a violência escolar, focamos especificamente o *bullying* por entender que ele representa uma forma significativa e complexa de agressão nas escolas, com profundas implicações sociais e psicológicas, que emerge das relações entre os sujeitos e não se extingue com o advento das tecnologias digitais e adquire novos formatos. O *bullying* é mais do que simples conflitos ou agressões isoladas, trata-se de uma construção social que envolve relações de poder, exclusão e naturalização de práticas de dominação entre pares. Essa aparência é caracterizada por ações intencionais e repetidas, nas quais o agressor procura subjugar a vítima, seja por razões físicas, psicológicas ou sociais, explorando diferenças ou fragilidades percebidas na vítima.

Nos estudos realizados por Francisco e Libório (2009), o *bullying* é tratado como uma forma de violência que atinge diversas instituições educacionais. A pesquisa visa caracterizar a presença do *bullying* nas escolas públicas do ensino fundamental, destacando que ele "apresenta caráter repetitivo e intencional", sendo uma forma de violência sistemática, (Francisco; Libório, 2009, p. 200). Os autores reforçam que as vítimas de *bullying*, em geral, "sofrem uma deterioração da sua autoestima, e do conceito que têm de si" (Francisco; Libório, 2009, p. 201).

Esse impacto emocional demonstra a necessidade de intervenções mais eficazes para amenizar os efeitos negativos desse tipo de violência no ambiente escolar.

Para Francisco e Coimbra (2015) é necessária uma abordagem diferente, ao se analisar o *bullying* sob o enfoque da psicologia histórico-cultural, discutindo as raízes sociais e culturais que moldam esse comportamento. Segundo os autores, as percepções dos alunos sobre o *bullying* são frequentemente reducionistas e as soluções que propõem tendem a ignorar as origens estruturais do problema. Assim, Francisco e Coimbra (2015, p. 185), argumentam que "não há o reconhecimento dos determinantes sociais e culturais nas manifestações do *bullying*". Essa perspectiva crítica amplia o debate, ao sugerir que o *bullying* não é apenas uma questão individual, mas um reflexo de desigualdades e exclusões que permeiam a sociedade.

Ainda no contexto da psicologia histórico-cultural, Francisco e Coimbra (2015) apontam que a violência escolar, especialmente o *bullying*, é um fenômeno socialmente construído e que sua compreensão exige uma análise mais profunda das condições de vida dos envolvidos. Os autores enfatizam que "as condições concretas e objetivas de vida são relações e atividades sociais, apropriações culturais que engendram a construção dos pensamentos, sentimentos, consciência e da própria personalidade" (Francisco; Coimbra, 2015, p. 185).

Dessa maneira percebe-se que a ideia de *bullying* é concebida como uma construção social, pois "é por meio da própria realidade que surge o pensamento [...] a história do desenvolvimento cultural de uma criança conduz ao desenvolvimento de sua personalidade, de tal forma que ela se constitui por meio dos outros" (Francisco; Coimbra, 2015, p. 185).

Essa premissa reforça a ideia de que a escola, como espaço de socialização, pode tanto reproduzir quanto combater a violência, dependendo de como os conflitos são geridos e como os valores sociais são transmitidos.

Em relação ao papel da mídia no fenômeno do *bullying*, Francisco e Coimbra (2015) argumentam que a exposição midiática do *bullying*, muitas vezes, "potencializa o uso das mídias como um espaço importante para problematizar e prestar maiores esclarecimentos sobre o *bullying*" (Francisco; Coimbra, 2015, p. 189). No entanto, os autores também alertam para os perigos do sensacionalismo midiático, que pode exacerbar a violência em vez de resolvê-la, ao tratar o *bullying* como um problema isolado e desvinculado de seus contextos sociais e culturais.

O *bullying* escolar se destaca como um fenômeno plural, enraizado em contextos sociais e culturais. A esse respeito, Francisco e Libório (2009) afirmam que o *bullying* é uma expressão de poder que reflete desigualdades na sociedade, afetando profundamente a autoestima e o desenvolvimento emocional dos alunos.

Em sua análise sob a ótica da psicologia histórico-cultural, Francisco e Coimbra (2015) ressaltam a necessidade de compreender o *bullying* como uma construção social, enfatizando que as percepções sobre o fenômeno muitas vezes carecem de uma análise crítica de seus determinantes sociais. Assim, o combate ao *bullying* exige uma abordagem coletiva e contextualizada, visando promover um ambiente escolar mais seguro e inclusivo, pautado pelo respeito e pela empatia. Para alcançar maneiras de combate à violência, trata-se na próxima seção das formas de enfrentamento do *bullying* e do *cyberbullying* no ambiente escolar.

2.5.2 Formas de enfrentamento ao *bullying* e ao *cyberbullying* no ambiente escolar

No Brasil, ao se abordar o conceito de violência, é essencial considerar, conforme Castelo (2017), o autor reflete os processos de acumulação capitalista desde a colonização até os dias atuais. Essa violência se manifesta tanto pela ação do Estado quanto pela atuação de capitalistas e latifundiários na alienação da população, explorando a submissão da força de trabalho de mulheres, homens e crianças. Além disso, a violência pode ser vista como um instrumento econômico historicamente empregado pelas classes dominantes para manter a exploração dos grupos oprimidos, especialmente em países periféricos.

Entre as diversas formas de violência, a violência escolar passou a receber maior atenção por parte dos pesquisadores, especialmente a partir das últimas décadas do século XX. Esse tipo de violência tem sido amplamente retratado pelos meios de comunicação, muitas vezes de forma sensacionalista.

Salienta-se que os estudos sobre violência no Brasil tiveram início na década de 1970 de acordo com Abramovay e Rua (2002), no entanto, foi apenas a partir da década de 1990, com o apoio financeiro da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), que o tema ganhou maior relevância. Nesse período, pesquisas que relacionavam juventude e violência, bem como o crescimento da violência no ambiente escolar, passaram a receber mais atenção. Essa abordagem se expandiu para toda a América Latina a partir dessa década.

Nos últimos anos, diversos programas de combate à violência escolar ganharam destaque como forma de mitigar seus impactos dentro das instituições de ensino oferecendo suporte às vítimas dessas situações. Um deles por exemplo é o Disque 100, que é um serviço de utilidade pública do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, conforme previsto no Decreto nº 10.174, de 13 de dezembro de 2019, destinado a receber demandas relativas a

violações de Direitos Humanos, especialmente as que atingem populações em situação de vulnerabilidade social. Dados do Ministério de Direitos Humanos e Cidadania revelaram que, por meio das 9.530 denúncias recebidas entre janeiro e setembro de 2023, mais de cinquenta mil violações de direitos nas escolas foram contabilizadas pelo Disque 100 Direitos Humanos, (Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, 2023).

No entanto, grande parte dessas iniciativas busca apenas uma solução imediata para os casos de violência, utilizando estratégias que focam na adaptação dos indivíduos a uma realidade que não é analisada em sua complexidade e constante transformação como acredita Francisco (2013).

O autor argumenta que muitas dessas iniciativas correm o risco de serem simplificadas em excesso, tanto conceitual quanto terminologicamente, limitando-se a estratégias que apenas tentam ajustar os indivíduos à realidade existente. Em vez disso, Francisco defende que esses programas devem ir além de uma simples adaptação e da categorização das formas de violência, propondo soluções mais profundas que considerem a complexidade do problema e suas causas estruturais.

O termo violência pode ser analisado como um fator econômico no contexto neoliberal, sendo considerada um mecanismo que impulsiona a acumulação de capital e beneficia as classes dominantes. Portanto, Castelo (2017) enfatiza que, historicamente, o Estado tem recorrido à violência como estratégia para estabelecer e preservar uma ordem social que atende aos interesses dos proprietários. Ressalta-se que a violência organizada dentro da sociedade tem sido um instrumento para viabilizar a acumulação primitiva de capital, como ocorreu na colonização da América, onde a apropriação de recursos, a exploração de povos indígenas e a escravização foram fundamentais para consolidar uma estrutura social desigual e consequentemente violenta. A conexão entre Estado e capitalismo permanece evidente, demonstrando que a hegemonia da elite dominante se adapta às dinâmicas neoliberais, utilizando a coerção econômica como ferramenta para sustentar sua posição de poder.

Deste modo, Trindade e Menezes (2013) destacam que a concepção de *bullying* e até mesmo *cyberbullying* são amplamente utilizadas na literatura internacional, e frequentemente aplicadas por pesquisadores brasileiros, e tendem a enfatizar uma abordagem individual e comportamental. Essa perspectiva sugere que os comportamentos agressivos são inerentes ao indivíduo, manifestando-se de forma instintiva e inata. (Francisco; Coimbra, 2015, p. 145-146).

Essa perspectiva, de cunho biologicista e individualista, desvaloriza a discussão dificultando uma análise mais ampla, articulada com a sociedade, com a noção mais abrangente

de violência e com as contradições sociais existentes. Portanto, as análises sobre *bullying* e *cyberbullying* não devem se limitar a uma abordagem centrada apenas nos indivíduos envolvidos, atribuindo a responsabilidade exclusivamente aos agressores e vítimas, como se fossem os únicos responsáveis.

As influências socioculturais podem moldar o comportamento dos indivíduos nesse contexto, fazendo com que adotem certas atitudes com base no que aprenderam a fazer, como resultado de padrões sociais e culturais estabelecidos de forma hegemônica. Esses padrões, por sua vez, geram perseguições, humilhações, agressões físicas e verbais, insultos e difamações contra aqueles considerados "diferentes".

Portanto, Francisco (2013) argumenta que a elaboração de programas de combate às práticas de violência dentro das escolas devem ser analisadas de forma mais crítica pelos pesquisadores, evitando simplificações conceituais e terminológicas. Dessa maneira, é fundamental superar a ideia de que basta a mera "adaptação" dos indivíduos às condições atuais de violência. Em vez disso, tais programas de combate à violência precisam ir além da simples categorização das diversas formas de violência escolar, buscando abordagens mais abrangentes e eficazes diante da complexidade dos tipos de violência sofridas dentro de sala de aula.

As instituições de ensino deveriam atuar como ambientes de proteção e libertação na vida dos estudantes, promovendo acesso a saberes científicos, artísticos e filosóficos, construídos ao longo da história, em suas diversas dimensões. Para Francisco e Coimbra (2015), esses elementos poderiam ajudar os alunos a superarem a disseminação de estereótipos, a naturalização de situações de violência e a perseguição, fatores esses que contribuem para a ocorrência de *bullying* e *cyberbullying* nas escolas. Ao perceber as formas de combate à violência dentro da escola, é preciso compreender quando esta problemática começou a despontar na sociedade moderna, assim, na próxima seção aborda-se o tema arte-mídia e como esta vertente afeta o consciente coletivo.

2.5.2.1 Como a arte-mídia afeta o consciente coletivo

Nesta seção, propõe-se uma reflexão sobre a interface entre arte-mídia e violência escolar, destacando como as linguagens visuais e simbólicas das artes, quando apropriadas pela mídia, contribuem para a estetização da violência e sua naturalização no imaginário coletivo.

Conforme apontam autores como Belloni (2009) e Debord (1967), a transformação da violência em espetáculo atua diretamente sobre o consciente coletivo, moldando

comportamentos e ou mesmo afetos. De acordo com as autoras, Chauí (2006) e Sibilia (2008), a mídia não apenas comunica, mas reconfigura percepções, sobretudo entre os jovens, ao explorar recursos estéticos que reforçam padrões de poder. Nesse sentido, a arte deixa de ser apenas expressão crítica ou criativa e passa a integrar um processo de legitimação da violência.

De acordo com a autora Sibilia (2008), as subjetividades são afetadas de acordo com o meio em que se vive, para a autora:

[...] a subjetividade não é algo vagamente imaterial que reside “dentro” de você, personalidade do ano, ou de cada um de nós. Assim como toda subjetividade é necessariamente em *embodied*, encarnada em um corpo, ela também é sempre em *embedded*, embebida em uma cultura intersubjetiva. Certas características biológicas traçam e delimitam o horizonte de possibilidades na vida de cada um, mas muito é o que essas forças deixam em aberto e indeterminado. E é inegável que nossa experiência também seja modulada pela interação com os outros e com o mundo. Por isso, é fundamental a pregnância da cultura na conformação do que se é. E quando ocorrem mudanças nessas possibilidades de interação e nessas pressões históricas, o campo da experiência subjetiva também se altera, em um jogo por demais complexo, múltiplo e aberto. (Sibilia, 2008, p. 16)

Dessa forma, as expressões artísticas sejam elas musicais, visuais, gráficas, corporais ou mesmo digitais, representam manifestações autênticas e carregadas de significados, aqui nesta pesquisa observamos o impacto das mídias digitais no ambiente escolar, as artes, ao se integrar com as mídias e as tecnologias, ampliam suas formas de visibilidade e acesso, permitindo que suas mensagens e estéticas alcancem um público maior e massivo, refletindo assim a capacidade artística de transformar percepções e induzir a sociedade a certas compreensões. De acordo com Nancy (2012), a linguagem, embora seja uma forma de expressão, não deve ser vista como algo que impõe limitações; esse é o seu paradoxo. Essa perspectiva permite que a memória seja criativa e nos dá a sensação de liberdade. Da mesma forma, muitas obras de arte que compõem o patrimônio cultural da humanidade refletem essa autenticidade, contribuindo para a formação da memória coletiva e inspirando novas formas de expressão.

Assim destaca Rancière (2009) que as práticas artísticas são modos de fazer que influenciam a organização geral dos modos de agir e suas conexões com maneiras de ser e de se tornar visível. As artes não são propriedades isoladas dos artistas, elas atravessam e compõem a cultura, os modos de vida, pensamento e ação de uma comunidade, possuindo um poder transformador capaz de orientar caminhos e alterar a percepção do mundo.

Desde os tempos remotos, a humanidade tem se dedicado à formação do ser humano, não apenas visando a preparação para o trabalho, mas, sobretudo, para promover sua

humanização tornando-o íntegro, ético, justo, emancipado e livre da alienação. Atualmente, esses ideais permanecem relevantes diante de comportamentos e ações desumanas, como guerras, corrupção, racismo, intolerância e destruição ambiental. Deste modo, acredita-se Coêlho (2009), que se torna necessário refletir sobre o papel da arte na formação humana, especialmente dentro de uma proposta pedagógica que favoreça o desenvolvimento integral e contribua para a construção de cidadãos sensíveis, críticos, responsáveis, autônomos e comprometidos com a fraternidade.

Hoje, no Brasil, e no mundo, com o avanço das políticas neoliberais, até mesmo a ciência e a razão estão sendo atacadas por setores do governo e por grupos aliados. O cenário atual não é apenas um embate entre razão e sensibilidade, trata-se, sobretudo, da tentativa de dismantelar práticas educativas que visam formar cidadãos conscientes e reduzir as desigualdades sociais. Em vez de fortalecer a educação como instrumento de emancipação e transformação social, busca-se minar sua capacidade crítica, favorecendo um modelo de formação alinhado à manutenção das estruturas de poder e exclusão.

Dessa forma, acreditava Foucault (1977), que os mecanismos de “disciplinamento” presentes nas sociedades industriais foi um período histórico, moldando os corpos “dóceis e úteis”, ou seja, indivíduos treinados para operar de forma eficiente dentro do contexto do capitalismo industrial. Contudo, esse cenário vem passando por profundas transformações.

Diversos pensadores se dedicaram a compreender esse novo ambiente em constante reorganização. Entre eles, destaca-se Deleuze (1992), que utilizou a expressão “sociedades de controle”, assim como Debord (1987) denominou “a sociedade do espetáculo” para nomear de forma irônica essa nova configuração social. Já há quase 33 anos, Deleuze descreveu um modelo de sociedade baseado nas tecnologias eletrônicas e digitais, vinculado ao capitalismo contemporâneo, marcado pela superprodução, pelo consumo excessivo, pelo predomínio dos serviços e pela circulação de capitais em escala global. Trata-se de um sistema sustentado pelo marketing, pela publicidade e pela promoção da criatividade, agora amplamente incentivada, “democratizada” e monetariamente recompensada, ou seja, monetizada.

Os mecanismos de poder atuam de forma extremamente habilidosa, buscando apropriar-se rapidamente de qualquer manifestação de “criatividade bem-sucedida”, com o objetivo de convertê-la em mercadoria, ou seja, em um produto comercializável.

Para entender o fenômeno contemporâneo da exposição da intimidade ou da super exposição, de acordo com Sibilia (2008), surge uma questão fundamental:

[...] as novas formas de expressão e comunicação que se disseminam hoje como blogs, fotologs, redes sociais, webcams e vídeos caseiros devem ser interpretadas como manifestações de vida ou como obras? As inúmeras cenas da vida privada, as diversas representações de "você e eu" que circulam nas telas conectadas à internet mundial, estão revelando a vida real de seus autores ou são criações artísticas feitas pelos novos artistas da era digital? Seria possível que fossem, simultaneamente, expressões de vida e obras de arte? Ou talvez estejamos diante de algo totalmente inédito, capaz de romper com a tradicional separação entre essas duas categorias? (Sibilia, 2008, p. 29).

De acordo com a autora, “agora estaríamos ingressando em outra era: a terceira, ligada às vertigens dos computadores e da internet” (Sibilia, 2008, p. 36). Não se pode ignorar o impacto dos novos dispositivos digitais, que agora ocupam o lugar que antes foi de posse dos mecanismos das artes, portanto, transformando a forma como pensamos, escrevemos, lemos e nos comunicamos, criando novos hábitos para a população.

Deste modo, de acordo com Debord (1997, p. 189), “a arte da conversação está morta, e logo estarão mortos quase todos os que sabem falar”. Em sua crítica, o autor aponta a superficialidade da comunicação contemporânea e o impacto negativo da sociedade de consumo nas relações humanas. Para o autor, a habilidade de manter diálogos profundos está sendo sufocada pela onipresença das imagens e das mídias, que privilegiam o espetáculo em detrimento da troca genuína de ideias. Sua análise revela a preocupação com a alienação social e com a perda da autonomia individual em uma realidade moldada pelo consumo e pelas interações superficiais mediadas pela tecnologia.

Conclui-se que em suas diversas manifestações, que a arte mantém sua potência como forma de expressão autêntica, capaz de transformar percepções e construir o pensamento coletivo. No entanto, no contexto contemporâneo marcado pela sociedade do espetáculo, pelo controle digital e pela mercantilização da criatividade, a arte e a educação enfrentam desafios intensos e profundos. Para fins de tratar os procedimentos escolhidos para o desenvolvimento deste trabalho na próxima seção, expõe-se a metodologia.

3 METODOLOGIA

Os conceitos que fundamentam esta dissertação foram mobilizados de maneira articulada, visando à compreensão das relações entre mídia, violência escolar e profissão docente, à luz do contexto educacional moderno e contemporâneo. A partir das contribuições de Debord (1967), compreende-se que a mídia, na sociedade do espetáculo, ultrapassa sua função informativa ou de entretenimento, constituindo-se como mecanismo estruturante das relações sociais, no qual as imagens e representações mediáticas moldam percepções e comportamentos, naturalizando a violência e tornando-a parte do cotidiano, inclusive no ambiente escolar.

Dessa forma, o referencial teórico adotado nesta pesquisa possibilitou compreender criticamente como as mídias, a violência escolar e a profissão docente se relacionam, configurando um cenário complexo que demanda ações concretas e políticas públicas eficazes para o enfrentamento dos desafios que atravessam o espaço escolar.

Tendo em vista os objetivos específicos desta pesquisa, a saber, verificar como a violência escolar é tratada pela legislação educacional brasileira, isto é, o que está previsto a esse respeito nessa legislação; mapear as relações entre mídia e violência escolar apontadas pela literatura educacional nos últimos cinco anos (2019-2024) e sob qual viés epistemológico, considerando-se as diferentes mídias popularizadas ao longo desse período; averiguar como vem sendo tratada a violência dentro das instituições de ensino e como professores e gestores veem a violência protagonizada pelo aluno na escola e a relação entre essa violência e as mídias digitais; perscrutar possíveis relações entre abordagem de ensino e violência na escola, foram adotadas três etapas metodológicas, identificadas a seguir.

A metodologia deste estudo é de cunho qualitativo e composta por pesquisa bibliográfica, análise documental e pesquisa de campo com aplicação de questionário. A partir de Minayo (2002), esta pesquisa é caracterizada como qualitativa, do tipo descritiva e exploratória. Adotou-se a pesquisa biobibliográfica para investigar os fatores que geram a violência na escola, priorizando-se a literatura educacional dos últimos cinco anos, e mapear as relações entre mídia e violência escolar. A análise documental foi utilizada para verificar a legislação educacional brasileira e como a violência é tratada por ela. A pesquisa de campo, por sua vez, foi realizada para averiguar como são tratados os atos de violência na escola e a sua relação com as mídias digitais.

3.1 Pesquisa bibliográfica

Assim como outros tipos de pesquisa, a pesquisa bibliográfica se desenvolveu por meio de várias etapas. O número e a sequência dessas etapas podem variar de acordo com fatores como a natureza do problema, o nível de conhecimento que o pesquisador possui sobre o tema e o grau de precisão desejado na investigação. No entanto, com base na experiência acumulada por diversos autores, dentre eles, Gil (2017, p. 42) aponta que é possível afirmar que a maioria das pesquisas bibliográficas segue, ao menos, as seguintes etapas básicas: a) escolha do tema; b) levantamento bibliográfico preliminar; c) formulação do problema; d) elaboração do plano provisório de assunto; e) busca das fontes; f) leitura do material; g) fichamento; h) organização lógica do assunto; e i) redação do texto.

Ressalvadas as limitações deste estudo, as etapas da análise de conteúdo se organizam de acordo com Bardin (1977, p. 95-102) em torno de três fases temporais: 1) a pré-análise; 2) a exploração do material; 3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. A análise desenvolvida contém tão somente aproximações ao referido método, que foi interpretado e implementado na medida dos conhecimentos de uma pesquisadora iniciante.

A pré-análise visa à organização e consiste em atividades não estruturadas e "abertas", envolve estabelecer contato com os documentos a serem analisados e familiarizar-se com o texto, permitindo que impressões e orientações iniciais sejam absorvidas.

Partindo desses pressupostos o desenvolvimento privilegiou as plataformas: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). *Scientific Electronic Library Online (Scielo Brasil)*. Delimitamos como palavras-chaves: mídia AND educação; mídia AND educação AND violência; mídia AND escola AND violência; mídia AND ensino AND violência; mídia AND professor AND violência. No que diz respeito aos filtros, foram aplicados: período de 2019 a 2024; grande área de Ciências humanas; área de Educação; idioma português; tipo de trabalho: teses, dissertações e artigos. As buscas ocorreram no dia 10 de setembro de 2024. O tratamento do material segue os procedimentos detalhados no Quadro 1.

Quadro 1- Etapas do tratamento do material coletado na pesquisa bibliográfica

Etapa	Descrição
E1	Quantificar os trabalhos encontrados
E2	Descartar trabalhos duplicados e de acesso restrito
E3	Ler título e resumo dos trabalhos encontrados
E4	Agrupar os trabalhos encontrados por traço comum ou afinidade

E5	Atribuir nomes aos grupos formados- procedimento a ser realizado com os trabalhos encontrados e/ou com os trabalhos selecionados
E6	Selecionar os trabalhos a serem analisados
E7	Indicar os critérios de inclusão e exclusão dos trabalhos (caso haja)
E8	Identificar os trabalhos a serem analisados e discutidos (exemplo: Trabalho 1, T1

Fonte: Elaborado pela autora, em 17/09/2024.

Os procedimentos visualizados no Quadro 1 dispõem das etapas denominadas como Etapa 1 (E1), Etapa 2 (E2), Etapa 3 (E3) e assim sucessivamente, essas etapas culminaram no observado na Tabela, que contém os trabalhos encontrados nas plataformas Capes, BDTD e *Scielo*, conforme as palavras-chaves correspondentes.

Para a análise dos dados encontrados agrupou-se os trabalhos selecionados por elementos comuns, discriminados no quadro de sistematização localizado no apêndice C desta dissertação. Este quadro foi organizado a partir dos dois objetivos específicos que pautou esta pesquisa bibliográfica, esses objetivos se desdobrou em três elementos, sendo eles: elemento A - relações entre mídias e violência escolar, elemento B - viés epistemológico da relação entre mídias e violência escolar e elemento C - relações entre abordagens de ensino e violência escolar.

3.2 Análise documental

As etapas da análise documental foram delimitadas a partir de Gil (2017), são elas: a) formulação do problema, b) elaboração do plano de trabalho, c) identificação das fontes, d) localização das fontes e obtenção do material, e) análise e interpretação dos dados, f) redação do relatório.

Dessa forma, foram priorizados na análise documentos oficiais da legislação educacional brasileira, tais como leis, decretos, pareceres e resoluções que tratam da violência escolar. Foram utilizados *sites* governamentais, para coletar a documentação legislativa relevante para a pesquisa.

As etapas do tratamento do material abrangeram: a) inclusão do material na tabela 2, b) critérios de inclusão, c) critérios de exclusão, d) seleção dos documentos, e) análise exploratória.

A metodologia da análise documental está pautada nas orientações de Gil (2017), cuja obra "Como Elaborar Projetos de Pesquisa" oferece um referencial teórico-metodológico para a condução de investigações que envolveram o exame de documentos. Segundo Gil (2017), a pesquisa documental permite a análise de materiais que não receberam um tratamento analítico

prévio, sendo de fundamental importância para o levantamento de informações oficiais e dados sistematizados sobre um tema específico.

A investigação desenvolvida seguiu as etapas propostas por Gil (2017, p. 53-54), de modo a assegurar a consistência e a precisão na análise dos documentos selecionados. Essas etapas são mostradas no Quadro 2 a seguir.

Quadro 2- Etapas da análise documental

Etapa	Descrição
Formulação do problema	“A primeira etapa consiste na delimitação clara e precisa do problema de pesquisa. Neste caso, o problema investigado refere-se ao tratamento da violência escolar pela legislação educacional brasileira, buscando-se compreender quais são as diretrizes normativas sobre a prevenção e o combate à violência no ambiente escolar.” (p. 53)
Elaboração do plano de trabalho	“A partir da definição do problema, foi elaborado um plano de trabalho que orienta a coleta e análise dos documentos. Este plano inclui a seleção dos documentos oficiais que abordam o tema da violência escolar, bem como o cronograma e os procedimentos a serem seguidos para a sua análise.” (p.53)
Identificação das fontes	“A fase seguinte envolve a identificação das fontes documentais relevantes para a pesquisa. Neste trabalho, as principais fontes incluem legislações federais, estaduais e municipais, resoluções, pareceres e outros documentos emitidos por órgãos governamentais relacionados à educação e à segurança nas escolas.” (p. 53)
Localização das fontes e obtenção do material	“Após a identificação, é necessário localizar e obter os documentos. A pesquisa documental será realizada em bases de dados jurídicas, portais governamentais e outras plataformas digitais que disponibilizam leis e regulamentos educacionais vigentes no Brasil.” (p. 54)
Análise e interpretação dos dados	“Com os documentos em mãos, inicia-se o processo de análise. A abordagem analítica se dará pela interpretação das disposições legais, buscando-se compreender as medidas previstas para o combate à violência escolar. Além disso, será analisado o papel atribuído aos educadores e às instituições de ensino pela legislação.” (p. 54)
Redação do relatório	“Por fim, os resultados obtidos serão sistematizados e agrupados na redação do relatório final da pesquisa, no qual serão expostos os achados referentes ao tratamento da violência escolar pela legislação educacional brasileira.” (p.54)

Fonte: Gil (2017, p. 53-54).

Dessa forma, a adoção desse referencial teórico-metodológico possibilitou uma análise exploratória dos documentos oficiais coletados, contribuindo para a compreensão do fenômeno da violência escolar a partir das normativas no Brasil. No Quadro 3 encontram-se as etapas desenvolvidas durante o tratamento do material.

Quadro 3- Etapas do tratamento do material

Etapa	Descrição
Inclusão no Quadro de Referência	Os documentos considerados pertinentes, com base em seus resumos, serão incluídos no quadro de leis, decretos e resoluções. O processo segue a definição dos objetivos da pesquisa, que decorrem do problema central que é apurar como a violência escolar é tratada pela legislação educacional brasileira

Critérios de Inclusão	Os critérios estabelecidos para a inclusão dos documentos são: apenas documentos legislativos dos últimos cinco anos que tratam diretamente da violência escolar em instituições de ensino serão considerados.
Critério de exclusão	Documentos que não estavam dentro do período priorizado na pesquisa.
Seleção dos documentos	A seleção dos documentos foi feita a garantir que todos os tipos de normativas relacionadas ao tema sejam contemplados (leis federais, estaduais, municipais, resoluções e portarias)
Análise exploratória	Durante a análise dos documentos incluídos, foi investigado quantos deles tratam da “violência midiática” (especialmente cyberbullying) e de que maneira abordam esse tema. Além disso, foram problematizadas as legislações, focalizando a prevenção e o combate da violência escolar.

Fonte: Gil (2017, p. 54-55).

No Quadro 3 foram demonstradas as respectivas etapas e descrição do processo de tratamento do material da análise documental presente nesta pesquisa.

3.3 Pesquisa de campo

Para a pesquisa de campo foi delimitada regiões socioeconomicamente carentes de Goiânia e suas respectivas escolas públicas estaduais. De acordo com o Instituto Mauro Borges (IMB) da Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento do Governo de Goiás (SEGPLAN), bairros mais pobres são classificados segundo deficiências em serviços públicos, equipamentos sociais e transporte são latentes. (Negret, 2015, p. 367).

Optou-se por bairros socioeconomicamente carentes por frequentemente enfrentarem condições de vulnerabilidade social, o que pode resultar em uma maior exposição à violência, inclusive, dentro das escolas, esse impacto das mídias digitais em contextos de exclusão e o uso de tecnologias e mídias digitais pode variar significativamente em contextos de vulnerabilidade. Estudar o impacto da violência escolar nesses contextos pode evidenciar importantes reflexões sobre a profissão docente e as necessidades de formação e suporte dos professores que trabalham em ambientes desafiadores. Para Pontes (2019), é evidente que os professores enfrentam o fenômeno da violência em sala de aula, assim como Rosa (2019) enfatiza que a mídia tem uma parcela de responsabilidade na depreciação da escola e do papel do professor. Para comprovar esse fato foi realizada esta pesquisa de campo.

Em vista disso, foram convidadas pessoalmente pela pesquisadora 15 escolas públicas estaduais de Goiânia para participar da pesquisa de campo. Elaborou-se um questionário *on-line* para que todos os professores pertencentes às escolas selecionadas pudessem participar. Das 15 escolas contatadas, dez aceitaram o convite; assumiu-se o compromisso de não identificar os participantes. Optou-se por não identificar os respondentes para evitar possíveis

constrangimentos ou mesmo falta de interesse por se expor, apesar disso, das dez escolas participantes, apenas 21 professores da rede responderam ao questionário.

O questionário *on-line* teve duração de preenchimento estimada em aproximadamente cinco minutos, contendo dez perguntas obrigatórias, 11 questões de múltipla escolha, e três dissertativas, as questões pretenderam investigar possíveis relações entre mídias digitais violência escolar e a profissão docente, com enfoque no trabalho do professor em exercício na educação básica da rede estadual de Goiânia. O questionário aplicado está disponível no apêndice B deste trabalho.

Adotou-se o método de análise do conteúdo (Bardin, 2016) e Gil (2017) para classificar e desenvolver as etapas metodológicas, obtendo-se aproximações a esse método, e tendo como referencial teórico Debord (1967), Belloni (1998; 2009), Chaui (2006), Zuin (2017), Zanolla (2010) e Francisco e Coimbra (2009, 2015).

Para análise e discussão dos dados obtidos no questionário aplicado, observa-se no Quadro 4 a sistematização das dez perguntas aplicadas e seus respectivos componentes desdobrados a partir do objetivo específico que pautou a pesquisa de campo.

Quadro 4 - Sistematização da análise

Objetivo específico a ser atendido pela pesquisa de campo desdobrado em três componentes	Perguntas do questionário por componente do objetivo
Componente 1 (C1) - Averiguar como vem sendo tratada a violência dentro das instituições de ensino. (primeira parte da discussão)	1- Há criação de políticas públicas de prevenção e combate à violência dentro da escola? 7- Quais ações a escola poderia tomar para prevenir a violência protagonizada pelo aluno?
Componente 2 (C2) - Averiguar como professores e gestores veem a violência protagonizada pelo aluno na escola. (segunda parte da discussão)	2. Na escola em que você trabalha, há registro de caso de violência de aluno contra aluno? 2.1 Na escola em que você trabalha, há registro de caso de violência de aluno contra professor(a)? 2.2 Na escola em que você trabalha, há registro de caso de violência de professor(a) contra aluno? 9. A violência escolar afeta o(a) professor(a)? Se sim, de que modo? 10. Você já foi vítima de violência escolar?

<p>Componente (C3) - Averiguar a relação entre essa violência e as mídias digitais. (terceira parte da discussão)</p>	<p>3. Na sua opinião, qual o principal fator que motiva a violência do aluno na escola e/ou em sala de aula?</p> <p>4. Quais as manifestações de violência mais frequentes vindas dos alunos?</p> <p>5- Você, professor, sabe sobre a relação entre violência escolar e mídia?</p> <p>5.1 Se assinalou “sim”, aponte a relação (uma ou mais</p> <p>6- De que forma as mídias digitais podem contribuir para a violência escolar? Escolha uma alternativa.</p> <p>8. Na sua opinião, porque um aluno se torna violento na escola, a ponto de agredir outros alunos ou ferir um professor(a)?</p>
---	---

Fonte: Elaborado pela autora, em 27/09/2024.

As questões formuladas para a pesquisa de campo tiveram como inquietações a opinião dos professores que no dia a dia enfrentam no ambiente escolar os percalços da profissão docente na contemporaneidade. Depois da exemplificação da metodologia utilizada na pesquisa de campo, encontra-se na próxima seção resultados da pesquisa bibliográfica, realizada a partir da literatura científica brasileira dos últimos cinco anos, a relevância do tema da violência escolar e a mídia e como essa influência afeta na vida escolar.

4 INFLUÊNCIA DAS MÍDIAS SOCIAIS NA VIDA ESCOLAR: UM OLHAR A PARTIR DA LITERATURA EDUCACIONAL (2019-2024)

A pesquisa bibliográfica realizada buscou atender os seguintes objetivos específicos: a) mapear as relações entre mídia e violência escolar apontadas pela literatura educacional nos últimos cinco anos, e sob qual viés epistemológico, considerando-se as diferentes mídias popularizadas ao longo desse período; b) perscrutar possíveis relações entre abordagem de ensino e violência na escola. A Tabela 1 demonstra a quantidade de trabalhos encontrados.

Tabela 1 – Trabalhos encontrados

Palavras-Chave	Capes	BDTD	Scielo	Total
mídia AND educação	390	184	48	622
mídia AND educação AND violência	13	88	0	101
mídia AND ensino AND violência	20	17	0	37
mídia AND professor AND Violência	21	66	0	87
Total	444	355	48	847

Fonte: Internet, 10/09/2024.

Dos 847 trabalhos encontrados, apenas 11 foram selecionados para análise e discussão por se aproximarem do tema proposto de acordo com os critérios de inclusão.

No total foram excluídos 836 trabalhos, por não abordarem mídia, violência escolar e profissão docente, 98,7% dos trabalhos encontrados eram da área da Educação Física ou da Saúde, como os filtros de seleção abrangem área do conhecimento da Educação, todos os trabalhos pertencentes a esta área foram incluídos no resultado da busca, assim como os trabalhos na área da Saúde foram trabalhos que tratam da violência e sua implicância na saúde física e mental dos indivíduos, e portanto não contemplavam os critérios de inclusão desta pesquisa.

No Quadro 5 são apresentados os critérios de inclusão aplicados aos trabalhos encontrados.

Quadro 5 - Trabalhos incluídos por critério e plataforma

Critério de inclusão (CI)	Capes	BDTD	Scielo	Total
1- O trabalho analisado se relaciona com o tema abordado (mídia, violência escolar e profissão docente)	3	-	-	-
2- O trabalho analisado se relaciona ao contexto de violência escolar no Brasil.	-	7	-	-
3- O trabalho analisado se relaciona ao contexto de mídias e violência escolar	-	-	1	-
Total	-	-	-	11

Fonte: Elaboração própria.

No Quadro 6 são indicados os critérios de exclusão aplicados aos trabalhos encontrados.

Quadro 6 - Trabalhos excluídos por critério e plataforma

Critério de exclusão (CE)	Capes	BDTD	Scielo	Total
1- O trabalho analisado (não) se relaciona com o tema abordado	442	354	37	601
2- Exclusão por duplicidade de trabalhos encontrados	-	-	10	10
3- Exclusão por trabalhos em língua estrangeira	2	1	1	4
Total	444	355	48	847

Fonte: Elaboração própria.

A Tabela 2 mostra os trabalhos selecionados de acordo com os critérios de inclusão e exclusão e suas respectivas palavras-chave.

Tabela 2- Trabalhos incluídos e excluídos de acordo com os critérios e palavras-chave

Plataforma	Critérios de Inclusão			Critérios de Exclusão			Total Incluídos
	1	2	3	1	2	3	
Capes	1	2	3	1	2	3	-
mídia AND educação	1	-	-	387	-	2	1
mídia AND educação AND violência	-	-	-	12	1	-	0

média AND ensino AND violência	2	-	-	17	-	1	2
média AND professor AND Violência	-	-	-	15	4	2	-
BDTD	1	2	3	1	2	3	-
média AND educação	-	-	-	88	-	-	-
média AND educação AND violência	-	-	-	17	-	-	-
média AND ensino AND violência	-	-	-	14	-	-	-
média AND professor AND Violência	-	6	1	58	-	1	7
<i>Scielo</i>	1	2	3	1	2	3	-
média AND educação	-	-	1	37	10	1	1
média AND educação AND violência	-	-	-	-	-	-	0
média AND ensino AND violência	-	-	-	-	-	-	0
média AND professor AND Violência	-	-	-	-	-	-	0
Total							11

Fonte: Internet, 10/09/2024.

Como dito, foram selecionados 11 trabalhos de um total de 847. Os trabalhos selecionados são identificados por letras e números, do seguinte modo: Trabalho 1 (T1), Trabalho 2 (T2) e assim por diante. No Quadro 7 são identificados os 11 trabalhos selecionados para análise e discussão.

Quadro 7- Trabalhos selecionados

Id.	Título do trabalho	Ano de publicação	Tipo de trabalho	Tipo de pesquisa	Local de acesso	Local de produção (Estado)
T1	As agressões do aluno ao professor: cenários e possibilidades de intervenção na escola	2020	Artigo	Ensaio	Capes	São Paulo
T2	O adoecimento do professor frente à violência na escola	2019	Artigo	Pesquisa de Campo	Capes	Paraná
T3	Pesquisas sobre violência na escola e a mídia	2023	Artigo	Revisão de literatura	Capes	Minas Gerais
T4	O ensinante entre os processos de ensino e a violência Da escola	2019	Dissertação	Pesquisa Qualitativa	BDTD	Rio Grande do Sul
T5	Violência armada e escola pública: desafios à atuação do professor em favelas do Rio de Janeiro	2022	Dissertação	Pesquisa empírica	BDTD	Rio de Janeiro
T6	Educação em direitos humanos e violência escolar: Cartografia das escolas de São Bernardo do campo/ SP	2021	Dissertação	Pesquisa de campo	BDTD	São Paulo
T7	Violência escolar na perspectiva das professoras Participantes dos círculos de construção de paz	2021	Dissertação	Pesquisa Qualitativa	BDTD	Paraná
T8	O sintoma violência na escola Sob a perspectiva do professor: Estudo de caso	2019	Tese	Estudo de Caso	BDTD	São Paulo
T9	Violência no trabalho de professores da educação básica de Santa Cruz/RN	2019	Dissertação	Pesquisa exploratório-descritiva	BDTD	Rio Grande do Norte

T10	O bullying escolar e a formação do professor na licenciatura em Pedagogia: um estudo de caso	2020	Dissertação	Pesquisa Qualitativa	BDTD	São Paulo
T11	O que nudes e divulgação não autorizada de imagens íntimas têm a lembrar à escola?	2023	Artigo	Pesquisa Qualitativa	Scielo	Minas Gerais

Fonte: Elaborado pela autora, em 19/09/2024.

Adiante são apresentados os objetivos, o tipo de pesquisa e a conclusão de cada trabalho selecionado para análise na pesquisa bibliográfica.

O objetivo geral do T1 consiste em explorar estratégias para prevenir e combater comportamentos disruptivos e agressões de alunos contra professores, reconhecendo que não há uma solução única e imediata. Os princípios mais eficazes precisam ser ajustados de acordo com o contexto e as características das pessoas envolvidas. Como se trata de um ensaio, a pesquisa concluiu que, embora existam medidas preventivas para lidar com a violência de alunos contra professores, não há uma solução única que funcione para todos os contextos. Dessa forma, a adaptação das estratégias à realidade de cada escola, suas redes de apoio e as características dos alunos e professores é fundamental. (Nunes; Vinha, 2020).

Em seguida, o objetivo específico do T2 sobre violência e adoecimento docente é compreender o significado que os professores atribuem à violência, analisar em que medida esse aspecto está relacionado ao adoecimento e desenvolver uma compreensão sobre a violência vivenciada no ambiente escolar. Sendo uma pesquisa de campo, o estudo concluiu que a violência nas escolas, tanto física quanto verbal, está presente e impacta diretamente o adoecimento dos professores. Ademais, o aumento das dificuldades nas condições de trabalho intensifica esse problema, destacando uma desconexão entre o sentido e o significado da atividade docente. (Facci, 2019).

No que diz respeito ao T3, seu objetivo específico é apresentar dados que contribuam para a discussão sobre "violência na escola e mídia". Esse objetivo é atingido por meio da análise de produções acadêmicas, como dissertações e teses, desenvolvidas por pesquisadores de programas de pós-graduação em diversas áreas do conhecimento, disponíveis na BDTD e publicadas a partir do ano 2000. As análises são guiadas por quatro aspectos principais: o perfil dos autores e autoras, os focos das pesquisas, os métodos e técnicas utilizados e as referências citadas. Como se trata de uma revisão de literatura, a pesquisa concluiu que as mídias exercem

grande influência na percepção da sociedade sobre a violência escolar. Assim, a revisão revelou diferentes concepções sobre o interesse da violência nos espaços educacionais e ressaltou a importância de analisar a influência das notícias nessa questão. (Gois; Mota, 2023).

Por sua vez, o T4 tem como objetivos específicos entender o conceito de violência escolar, descrever a atuação do docente quando envolvido em situações de violência na escola e examinar a postura adotada pelo professor diante desse fenômeno. Considerando que se trata de uma pesquisa qualitativa, a dissertação concluiu que é essencial promover mais discussão com os professores para esclarecer a circulação da violência dentro do ambiente escolar, além de destacar a necessidade de diferenciar as diversas formas de violência presentes na escola. (Trapp, 2019).

No que tange ao T5, seu objetivo específico é examinar a perspectiva de professores que trabalham em escolas públicas localizadas em algumas favelas do Rio de Janeiro sobre os impactos da violência armada em seu trabalho, tanto antes quanto depois da pandemia do novo Coronavírus. Trata-se de uma pesquisa empírica que enfatiza a importância de discutir o impacto da violência armada no Rio de Janeiro e como isso afeta a formação dos professores. Além disso, o estudo destaca as dificuldades para garantir um ambiente seguro, físico e psicologicamente saudável para esses profissionais, tanto antes quanto depois da pandemia. (Santos, 2022).

Por outro lado, o T6 teve como objetivo específico mapear a violência nas escolas públicas estaduais, especialmente na cidade de São Bernardo do Campo, localizada no ABC paulista, e desenvolver ações para reduzir a violência escolar. Considerando que se trata de uma pesquisa de campo, a dissertação concluiu que a violência nas escolas apresenta múltiplas faces, como racismo, machismo, misoginia, homofobia e xenofobia. Dessa forma, a pesquisa destacou a necessidade de desenvolver ações que minimizem essas formas de violência. (Simão, 2021).

No caso do T7, seus objetivos específicos foram descrever a violência escolar vivenciada pelas professoras que participaram dos Círculos de Construção da Paz, identificar as ações que essas professoras implementaram em sala de aula para prevenir a violência escolar, avaliar o impacto dos Círculos de Construção de Paz em cada participante e verificar se elas consideravam importante realizar círculos nas escolas onde atuavam. Sendo uma pesquisa qualitativa, a dissertação concluiu que é necessária maior articulação entre o núcleo regional de educação e os setores de atendimento à criança e ao adolescente, a fim de oferecer um suporte integral aos estudantes, especialmente os que enfrentam vulnerabilidades sociais e econômicas. (Passeri, 2021).

Por fim, T8, T9, T10 e T11 também apresentam importantes contribuições para a discussão sobre violência escolar. O T8 destaca o papel da mídia na desvalorização da escola e dos professores (Rosa, 2019). O T9 explora a diferença entre as experiências de professores das redes pública e privada em relação à violência escolar (Pontes, 2019). O T10 analisa como o *bullying* é abordado nos cursos de licenciatura (Carapeba, 2020), e o T11 discute a prática de compartilhamento de imagens íntimas no contexto escolar (Patrocínio, 2023). Na próxima seção analisam-se os dados encontrados pela pesquisa bibliográfica.

4.1 Relações entre mídias, violência escolar e profissão docente: análise e discussão

Conforme explicitado na seção Metodologia deste trabalho, nomeou-se como elemento A - relações entre mídias e violência escolar, elemento B - viés epistemológico da relação entre mídias e violência escolar e elemento C - relações entre abordagens de ensino e violência escolar.

Em atenção ao elemento A - relações entre mídias e violência escolar -, foi feita a análise de dois trabalhos, T8 e T10, discutidos à luz da teoria de Debord (1967). Assim, o T8 explora a violência escolar a partir da perspectiva dos professores ao longo de suas carreiras, considerando diferentes causas e dinâmicas dessa violência, incluindo “a mídia com uma parcela de responsabilidade na depreciação da escola e do papel do professor, assim, como a escassez de políticas públicas favoráveis e de posturas proativas por parte dos governantes” (Rosa, 2019, p. 7). Já o T10 discute o *bullying* escolar, uma forma de violência psicológica e física que ocorre no ambiente escolar. O foco está em como esse tipo de violência é abordado e compreendido dentro do curso de Pedagogia, tanto por alunos iniciantes quanto por aqueles que estão concluindo o curso. O trabalho conceitua a violência escolar como comportamentos repetitivos de intimidação, exclusão e agressão que afetam o bem-estar dos estudantes (Carapeba, 2020).

Dessa forma, as relações sociais são mediadas por imagens e, como resultado, a realidade se torna uma construção superficial, em que o "parecer" é mais importante do que “ser” (Debord, 1967, p. 19). O autor argumenta que na sociedade do espetáculo, as interações humanas são profundamente influenciadas por imagens e representações. No T10, que discute o *bullying* escolar, pode-se entender como o *bullying* é uma manifestação das dinâmicas do espetáculo. (Carapeba, 2020).

O *bullying* pode ser visto como uma forma de "espetáculo" em que a humilhação e o sofrimento de um aluno são explorados para entretenimento ou reforço de status social entre os alunos. A perpetuação desse comportamento pode ser alimentada por uma cultura em que a imagem (que detém popularidade ou poder) se torna central, levando os agressores a buscarem visibilidade e validação por meio da opressão dos outros.

Ambos os trabalhos T8 e T10 são reflexos de uma sociedade em que a imagem e a representação têm mais peso do que a realidade concreta, e a violência pode ser tanto um produto quanto uma ferramenta para manter e reforçar o poder dentro das relações sociais. Isso destaca a necessidade de uma educação crítica que vá além da simples transmissão de conhecimento dentro da escola, visando desmascarar e resistir às dinâmicas do espetáculo que permeiam a sociedade como um todo (Rosa, 2019; Carapeba, 2020).

Para análise e discussão do elemento B - viés epistemológico da relação entre mídias e violência escolar - foram selecionados dois trabalhos, T3 e T11, analisados pela abordagem de Belloni (2009) e demais autores.

Deste modo, o T3 aborda a relação entre violência na escola e na mídia, focando na análise de produções acadêmicas que discutem esse tema, (Gois; Mota, 2023). Já o T11 aborda a violência digital, especialmente no contexto da escola, discutindo a divulgação não consensual de imagens íntimas. Essa forma de violência é conceituada como uma violação da privacidade e dignidade das estudantes, que pode ter consequências devastadoras para as vítimas. Essa violência é facilitada e amplificada pelo uso das mídias digitais, destacando o papel central das tecnologias na perpetuação dessa forma de agressão (Patrocino, 2023).

Conforme observado por Debord (1967), essa sociedade do espetáculo representa a fase histórica mais recente em que a imagem ganha prioridade. Para Debord, as mídias desempenham um papel central nesse processo de espetacularização da vida. Elas não apenas fornecem informações e entretenimento, mas também moldam nossas percepções, desejos e identidades. Através da proliferação de imagens e narrativas, as mídias criam uma realidade simulada que obscurece a verdadeira natureza das relações sociais e das condições de vida em sociedade.

Desse modo, no que se refere a um dos objetivos da realização desta pesquisa bibliográfica que é mapear as relações entre mídia e violência escolar apontadas pela literatura educacional nos últimos cinco anos e sob qual viés epistemológico, considerando-se as diferentes mídias popularizadas ao longo desse período, percebe-se que os trabalhos analisados indicam que a relação entre mídia e violência escolar é evidente. As mídias digitais emergem

como fatores acríticos na amplificação de formas de violência, especialmente o *bullying*, e divulgação não autorizada de imagens privadas.

Os trabalhos T3 e T11 abordam diretamente a questão da violência mediada por tecnologias digitais, destacando como a mídia pode ser um veículo tanto para a perpetuação de conhecimento quanto para a amplificação de atos violentos dentro do ambiente escolar (Gois; Mota, 2023; Patrocínio, 2023). Essa dinâmica sugere que a “sociedade do espetáculo”, de Debord (1967), transforma a violência em um produto consumível, exacerbando sua existência e visibilidade nas escolas. As mídias digitais, em particular, tornam-se arenas onde a violência é “espetacularizada”, reforçando status social e poder entre os estudantes.

Ao discutir a estética da violência, Belloni (2009) complementa essa análise, ao ponderar que a forma como a violência é representada nas mídias influencia a percepção e a resposta a essa violência no ambiente escolar. As imagens e as narrativas veiculadas nas mídias não apenas refletem, mas também moldam comportamentos violentos.

O segundo objetivo da pesquisa bibliográfica foi perscrutar possíveis relações entre abordagem de ensino e violência na escola. Os trabalhos analisados sugerem que as abordagens pedagógicas têm um papel significativo na prevenção e na gestão da violência escolar. A forma como os professores abordam a disciplina, a autoridade e o ambiente de sala de aula pode tanto amenizar quanto exacerbar conflitos.

A abordagem pedagógica deve considerar como as representações da violência nas mídias afetam os estudantes e moldam suas percepções e comportamentos. Para Belloni (2009, p. 36), a crítica à “estética da violência” poderia ser incorporada ao currículo escolar para que os alunos desenvolvessem uma visão crítica sobre o conteúdo midiático que consomem e produzem.

Para tratar do elemento C - relações entre abordagens de ensino e violência escolar, foram selecionados os trabalhos T1, T2, T4, T5, T6, T7 e T9. A análise destes trabalhos foi interpretada à luz de Zanolla (2010).

Os trabalhos T1, T2, T4, T5, T6, T7 e T9 focam em diferentes formas de violência escolar e seus impactos na vida dos professores, mas não exploram como a mídia influencia essas dinâmicas. Mesmo priorizando buscas por trabalhos que tratam especificamente da relação entre mídia e violência escolar, a maioria não contempla as mídias digitais como única precursora da violência em sala de aula, mas visa discutir a violência escolar e a relação aluno-professor, que é um dos objetivos desta pesquisa.

Os trabalhos T1, T2, T4, T5, T6, T7 e T9 exploram as reações dos professores e as estratégias adotadas para lidar com a violência, sugerindo que a formação e a postura docente são cruciais para o enfrentamento desse desafio. A adoção de práticas pedagógicas que promovam o diálogo e a inclusão são medidas que emergem como uma estratégia para a redução da violência dentro da sala de aula.

Em um ambiente onde a autoridade pedagógica está em transformação devido à cultura digital, os professores precisam encontrar novas maneiras de afirmar sua competência de forma construtiva, para evitar que a violência se torne um meio de resolução de conflitos entre alunos (Zuin, 2015). Portanto, os professores enfrentam o desafio de romper com essa lógica, promovendo uma educação que valorize a experiência autêntica, crítica e reflexiva, em vez de se deixar levar pela superficialidade das representações violentas mediadas pelas mídias.

Dessa maneira, o T1 foca em estratégias para lidar com a violência de alunos contra professores, sem abordar mídias diretamente (Nunes; Vinha, 2020). Já o T2 explora a violência do ponto de vista dos professores e sua relação com o adoecimento sem discutir mídias (Facci, 2019). Ainda, o T4 não aborda diretamente as mídias, mas foca na compreensão e na atuação do docente diante da violência escolar (Trapp, 2019). Por sua vez, o T5 não menciona diretamente as mídias, mas examina o impacto da violência armada nas escolas e como isso afeta os professores, tanto antes quanto depois da pandemia (Santos, 2022). Entretanto, o T6 não discute as mídias diretamente, pois seu foco está em mapear a violência nas escolas e desenvolver ações para reduzi-la (Simão, 2021). Já o T7 descreve a violência escolar vivenciada por professoras que participaram de “Círculos de Construção da Paz” e as ações que elas implementaram para prevenir essa violência (Passeri, 2021). Já o T9 descreve as características da violência escolar e compara sua ocorrência entre professores de redes públicas e privadas, analisando também os impactos na saúde dos profissionais (Pontes, 2019).

A escola também tem como função promover a humanização e prevenir a barbárie, apesar das limitações que enfrenta. O espetáculo gerado pela indústria midiática desempenha um papel significativo na banalização da violência, transformando-a em mero entretenimento. Ao reconhecer suas próprias limitações e denunciar essa realidade, a escola pode contribuir para a formação de indivíduos mais críticos e conscientes. Segundo Zanolla (2010), o indivíduo contemporâneo tornou-se mais suscetível a aceitar e praticar a violência, influenciado pelas formas de manipulação midiáticas e tecnológicas que naturalizam e banalizam a violência, práticas essas profundamente enraizadas na cultura global. A sociedade frequentemente atribui à escola a responsabilidade pela formação integral do indivíduo, incluindo aspectos como

desenvolvimento tecnológico e cultural, ignorando que esses fatores são resultados de uma interação complexa entre diversas instituições e condições sociais (Zanolla, 2010).

Os 11 trabalhos analisados confirmam a necessidade de uma abordagem pedagógica mais crítica e reflexiva que considere as influências das mídias digitais na violência escolar. Os referenciais teóricos de Debord (1967), Belloni (2009), Zuin (2015) e Zanolla (2010) ajudam a compreender como essas dinâmicas se entrelaçam e afetam tanto o ambiente educacional quanto as relações entre professores e alunos.

Portanto, a pesquisa bibliográfica destaca a importância de integrar uma compreensão crítica sobre as mídias e a cultura digital nas práticas pedagógicas e no trabalho docente, reconhecendo que a forma como o conhecimento é concebido e as relações sociais são mediadas por essas tecnologias pode ter um impacto definitivo na forma de perceber, compreender e combater a violência dentro das escolas. Para complementação, também foi realizada análise acerca de documentos e normativas sobre violência escolar, sendo os resultados apresentados na próxima seção.

5 LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL E VIOLÊNCIA ESCOLAR: UMA REVISÃO DOS ÚLTIMOS CINCO ANOS (2019-2024)

A análise documental empreendida foi orientada pelo objetivo específico de apurar o tratamento da violência escolar na legislação educacional brasileira nos últimos cinco anos, priorizando leis, decretos, resoluções e demais normativas que regulam a educação básica no país.

Dessa forma, essa análise documental pretendeu identificar quais leis, diretrizes e normativas brasileiras tratam da violência escolar, especialmente no contexto educacional, para compreender como a legislação prevê o combate e o enfrentamento das várias formas de violência escolar no ambiente educacional e suas relações com as mídias.

Essa análise possibilita averiguar as obrigações e responsabilidades que a legislação brasileira atribui às instituições de ensino e educadores no que diz respeito à violência escolar, examinando as medidas e orientações estabelecidas pela legislação para proteger os alunos e assegurar um ambiente escolar seguro. Ou seja, o foco da análise foi entender o que a legislação educacional prevê e como ela trata a questão da violência no ambiente escolar.

Em vista das limitações deste estudo, foram priorizados na análise documental documentos oficiais da legislação educacional brasileira, tais como leis, decretos, pareceres e resoluções que tratam da violência escolar, sendo priorizados os documentos normativos dos últimos cinco anos. As fontes dos documentos selecionados estão descritas no Quadro 8.

Quadro 8- Locais da coleta documental

N.º	Locais de Coleta	Local de Acesso na Internet	Data de acesso
1	Portal da Legislação	Planalto	03 set. 2024
2	Estatuto da Criança e do Adolescente	Planalto	03 set. 2024
3	Legislação Estadual - Goiás	Casa Civil	03 set. 2024
4	Portal do MEC	Ministério da Educação	03 set. 2024
5	Conselho Nacional de Educação (CNE)	Conselho Nacional de Educação (CNE)	03 set. 2024
6	Legislações Estaduais	Planalto	03 set. 2024
7	Legislações Federais	Planalto	03 set. 2024
8	Legislações Municipais	Câmara Municipal De Boa Vista (Rr) Câmara Municipal De Divinópolis (Mg) Câmara Municipal De Hortolândia (Sp) Tribunal De Contas Do Estado Do Rio Grande Do Sul Sistema Integrado De Normas Jurídicas Do DF	03 set. 2024
9	Diário Oficial da União	Planalto	03 set. 2024

Fonte: Internet, 03/09/2024.

A análise documental é descritiva. Os quadros correspondentes aos documentos que tratam da “violência escolar”, foram organizados em: leis federais, decretos federais, leis estaduais, leis municipais, leis ordinárias federais, resoluções federais, projetos de lei, licitação e Portaria) encontrados na legislação educacional brasileira vigente nos últimos cinco anos. Os documentos estão organizados por esfera, em federal, estadual e municipal. No Quadro 9 encontram-se os documentos localizados no âmbito nacional.

Quadro 9 - Leis federais

Identificação	Descrição
Lei nº. 13.010/2014	Enfrentamento de todas as formas de violência contra a criança e do adolescente
Lei nº. 13.185/2015	Institui o programa de combate à intimidação sistemática (<i>bullying</i>).
Lei nº. 13.722/2018	Torna obrigatória a capacitação em noções básicas de primeiros socorros em escolas.
Lei nº. 13.935/2019	Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e serviço social nas redes públicas de educação básica.
Lei nº. 14.022/2020	Medidas de enfrentamento à violência doméstica e violência contra crianças durante a pandemia
Lei nº. 14.344/2022	Promoção de estudos e pesquisas sobre violência contra crianças e adolescentes

Lei nº. 14.643/2023	Autoriza o poder executivo a implantar serviço de monitoramento de ocorrências de violência escolar
Portaria nº. 152/2023	Grupo de trabalho interinstitucional de combate à violência escolar.
Lei nº. 14.811/2024	Institui medidas de proteção à criança e ao adolescente contra a violência nos estabelecimentos educacionais
Lei nº. 14.819/2024	Institui a política nacional de atenção psicossocial nas comunidades escolares.
Lei nº. 14.819/2024	Institui a política nacional de atenção psicossocial nas comunidades escolares.

Fonte: Internet, 03/09/2024.

As leis federais encontradas revelam uma preocupação abrangente com a violência escolar, o desenvolvimento de políticas de prevenção e a proteção de crianças e adolescentes, a abordagem sobre “violência midiática” como o *bullying* e *cyberbullying*, que é uma forma de violência midiática, são menos detalhadas. A Lei nº. 13.185/2015 se destaca por tratar diretamente do *bullying*, incluindo o *cyberbullying*, sendo a única que menciona explicitamente a violência midiática. De acordo com Lima *et al.* (2018), análises da Lei nº 13.185/2015 revelam contrapontos ao abordar o fenômeno do *bullying* sob uma perspectiva histórico-cultural, já que seu texto foi promulgado com base em uma visão predominantemente clássica, determinista e neoliberal. Em nenhum trecho da norma são considerados os valores sociais e culturais que se formam nas relações interpessoais e que favorecem a ocorrência da violência escolar e do *bullying*, entendidos como expressões tipicamente humanas geradas pela realidade objetiva em que os sujeitos estão inseridos.

É importante ressaltar que nem toda forma de violência presente na sociedade pode ser caracterizada como *bullying*. Por esse motivo, as equipes multidisciplinares responsáveis pela criação e implementação de programas de combate a esse problema devem estar atentas para evitar que o *bullying* seja tratado de maneira banal, simplificada ou naturalizada, com base em discursos oriundos do senso comum. Para Lima *et al.* (2018), além do que está previsto na legislação, é fundamental compreender o *bullying* escolar como uma consequência de valores que alimentam atitudes preconceituosas e de exclusão em relação às pessoas que não se enquadram nos padrões impostos pela sociedade. Diante disso, é essencial que os profissionais da educação sejam sensibilizados e capacitados sobre o tema tanto em sua formação inicial quanto ao longo de sua trajetória profissional.

As demais leis (Quadro 9) reforçam a criação de ambientes seguros nas escolas, o suporte psicossocial e a capacitação dos profissionais, o que contribui para o enfraquecimento de diferentes formas de violência, mas deixam lacunas em relação ao *cyberbullying* e aos impactos específicos da tecnologia na disseminação da violência. Isso pode indicar que, apesar

da importância crescente do tema, a legislação educacional federal ainda carece de uma abordagem mais eficiente e detalhada sobre o *cyberbullying* e outras formas de violência que envolvem o digital³ e o virtual⁴. O Quadro 10 se detém em resoluções e projetos de lei (PL) nacionais.

Quadro 10 - Resoluções e Projeto de Lei

Identificação	Descrição
PL 3613/2023	Código de Processo Penal para estabelecer estratégias de prevenção e enfrentamento da violência nas instituições de ensino
Resolução Conselho deliberativo/Fundo nacional de educação (CD/FNDE) Nº. 5/2023	Dispõe sobre recursos para ações voltadas à proteção no ambiente escolar

Fonte: Internet, 03/09/2024.

O Projeto de Lei nº. 3613/2023 propõe uma alteração no código do processo penal para estabelecer diretrizes específicas sobre prevenção e enfrentamento da violência nas escolas. Esse (PL) visa criar um conjunto de estratégias legais e de intervenção para lidar com a crescente violência escolar, tanto física quanto psicológica, incluindo o *bullying* e o *cyberbullying*. Além disso, busca prevenir incidentes de violência por meio de estratégias legais que incentivam a criação de políticas escolares de segurança e proteção, além de envolver órgãos externos, como conselhos tutelares e delegações especializadas.

A resolução do Conselho Deliberativo/Fundo Nacional de Educação (CD/FNDE) nº. 5/2023 regulamenta o uso de recursos financeiros disponíveis nas contas bancárias das escolas, através do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e de outras ações integradas, para financiar projetos e programas voltados à proteção no ambiente escolar. No Quadro 11 são listados os decretos federais.

Quadro 11 - Decretos federais

Identificação	Descrição
Decreto nº. 10.225/2020	Institui o comitê gestor da política nacional de prevenção da automutilação e do suicídio
Decreto nº. 11.074/2022	Institui o programa de proteção integral da criança e do adolescente

³De acordo com Radfahrer (2009), “digital” refere-se a dados representados por números, como texto, imagem, áudio e vídeo, processados eletronicamente, exemplos: textos em formato digital, fotos, vídeos, músicas, aplicações etc.

⁴Virtual: indica algo que não é real, mas sim simulado ou representado eletronicamente, como um ambiente *on-line* ou uma moeda virtual. Jornal da USP. São Paulo, 12 set. 2019, Rádio USP. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/digital-virtual-e-remoto-nao-sao-sinonimos/>. Acesso: 08 mai. 2025.

Decreto nº. 11.469/2023	Institui o grupo de trabalho interministerial para propor políticas de prevenção e enfrentamento da violência nas escolas
Decreto nº. 11.533/2023	Institui a comissão intersetorial de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes
Decreto nº. 12.006/2024	Institui o sistema nacional de acompanhamento e combate à violência nas escolas

Fonte: Internet, 03/09/2024.

O conjunto de decretos federais evidencia uma preocupação com a prevenção e o combate à violência, especialmente no ambiente escolar, mas também abrange aspectos mais amplos de proteção à criança e ao adolescente. Esses decretos complementam as leis federais, ao estabelecer comitês, políticas e mecanismos para enfrentar a violência nas escolas, tanto em termos preventivos quanto de intervenção.

No conjunto dos decretos federais analisados encontramos uma ênfase na criação de comitês, grupos de trabalho e sistemas de monitoramento para enfrentar a violência escolar. Esses decretos, especialmente o Decreto nº. 11.469/2023 e o Decreto nº. 12.006/2024, demonstram o esforço do governo federal em articular políticas para combater a violência nas escolas, com foco em prevenção e acompanhamento de casos ocorridos.

No entanto, nenhum dos decretos faz menção explícita ao *cyberbullying*, o que aponta para uma lacuna significativa em termos de políticas públicas que considerem os impactos da tecnologia digital no aumento da violência escolar. O *bullying*, que pode ocorrer fora das fronteiras físicas da escola, requer uma abordagem mais específica, não contemplada diretamente nos decretos localizados.

Os decretos se concentram mais na criação de infraestrutura institucional para combater a violência escolar, mas poderiam ser complementados por diretrizes mais claras que tratassem das novas formas de violência, como o *cyberbullying*. A seguir, no Quadro 12 são apresentadas as leis estaduais.

Quadro 12 – Leis estaduais

Identificação	Descrição
Lei Ordinária Nº. 21.881/2023 (Goiás - GO)	Institui a política estadual de prevenção e combate à violência escolar
Lei Nº.17.341/2021 (São Paulo - SP)	Estabelece normas gerais sobre segurança escolar
Lei Nº. 23.895/2021 (Minas Gerais - MG)	Dispõe sobre a atenção à saúde ocupacional dos profissionais da rede estadual de ensino
Lei Nº. 8623/2019 (Divinópolis - MG)	Institui a campanha de valorização do professor e combate à violência no ambiente escolar
Lei Nº. 18.337/2022 (Santa Catarina - SC)	Dispõe sobre o programa Time da Defesa para prevenir a violência escolar e doméstica
Lei Nº. 8.480/2019 (Rio de Janeiro - RJ)	Institui o programa educacional de resistência às drogas e à violência (PROERD)

Lei Nº. 9.116/2020 (Rio de Janeiro - RJ)	Cria comissões de enfrentamento à violência nas escolas
Lei Nº. 9.292/2021 (Rio de Janeiro - RJ)	Institui o caráter permanente e obrigatório do PROERD
Lei Nº. 9.295/2021 (Rio de Janeiro - RJ)	Estabelece a obrigatoriedade da inclusão de psicólogo escolar
Lei Nº. 10.285/2024 (Rio de Janeiro - RJ)	Inclui a Semana Estadual de Segurança nas Escolas no calendário oficial do Rio de Janeiro
Licitação Pregão Nº. 2024.05.10.1 (Ceará - CE)	Monitoramento de violência escolar e <i>bullying</i> .

Fonte: Internet, 03/09/2024.

Ao analisar o conjunto de leis estaduais, observa-se que os estados brasileiros estão cada vez mais focados em criar normativas e legislações que abordem a violência escolar, com um foco central na prevenção e na conscientização. No entanto, assim como nos âmbitos federal e municipal há uma escassez de menções explícitas ao *bullying* e ao *cyberbullying*.

As leis estaduais mostram um esforço significativo dos estados em abordar a violência nas escolas, criando políticas que buscam a prevenção e o combate ao problema. Contudo, assim como em outras esferas legislativas, menções ao *bullying* e *cyberbullying* são escassas. Apenas as comissões de enfrentamento e os programas de conscientização estabelecidos por algumas dessas leis têm o potencial de abordar a violência digital, mas não há diretrizes específicas voltadas para esse assunto.

As leis estaduais aqui abordadas focam em segurança física e prevenção generalizada da violência, sem considerar os impactos das novas tecnologias e o aumento da violência virtual nas escolas. Isso pode indicar uma lacuna na legislação estadual, que precisa ser sanada para lidar de forma mais eficaz com o fenômeno da violência digital, assim como os discursos de ódio, por exemplo, que vêm crescendo com o uso das redes sociais, jogos e aplicativos de mensagens muito utilizados por crianças e adolescentes.

Os discursos de ódio na sala de aula podem se manifestar de diversas formas, como racismo, xenofobia, homofobia, machismo e intolerância religiosa, muitas vezes, amplificados pelo ambiente digital e reproduzidos no espaço escolar. Esses discursos não apenas ferem a dignidade dos indivíduos, mas também criam um ambiente hostil e de insegurança, impactando tanto os alunos quanto os professores. A violência midiática, ao ser transportada para dentro da escola, pode gerar agressões verbais e físicas, constrangimentos, exclusão social e até mesmo demissões de docentes que enfrentam situações de assédio e perseguição. Além disso, a normalização desses discursos prejudica a convivência democrática e compromete a formação dos alunos como cidadãos.

Embora o apoio psicossocial, a capacitação de profissionais e a criação de campanhas de conscientização sejam importantes, a ausência de uma abordagem direta ao *cyberbullying* e outras formas de violência digital pode limitar a eficácia das políticas públicas de combate à violência escolar. Assim, uma atualização nas legislações estaduais, incluindo medidas mais detalhadas sobre a violência midiática, seria um passo crucial para enfrentar os desafios contemporâneos da educação básica no Brasil. A seguir, no Quadro 13 são indicadas leis municipais de alguns estados do Brasil.

Quadro 13- Leis municipais (municípios variados do Brasil)

Identificação	Descrição
Lei Ordinária Nº. 2438/2023 (Boa Vista - RR)	Institui a campanha de combate à violência no ambiente escolar e valorização do professor.
Lei Ordinária Nº. 8902/2021 (Divinópolis - MG)	Estabelece políticas públicas para a segurança escolar nas instituições de ensino.
Lei Ordinária Nº. 8623/2019 (Divinópolis - MG)	Institui a campanha de valorização do professor e combate à violência no ambiente escolar.
Lei Nº. 4103/2023 (Hortolândia - SP)	Institui a campanha de combate à violência no ambiente escolar e valorização do professor.
Lei Nº. 3667/2020 (Cambará do Sul - RS)	Cria o programa de prevenção de acidentes e violência escolar nas escolas públicas
Lei Nº. 6361/2019 (Distrito Federal)	Institui a política de prevenção de acidentes e violência nas escolas públicas e privadas

Fonte: Internet, 03/09/2024.

O conjunto de leis municipais revela uma preocupação relevante com o combate à violência escolar, com ênfase em campanhas de valorização dos professores, criação de políticas públicas de segurança e promoção de um ambiente escolar saudável. No entanto, assim como nas leis estaduais e federais, há uma ausência de referência explícita ao *bullying* e ao *cyberbullying*, mesmo que muitas dessas iniciativas também possam ser aplicadas para enfrentar tais desafios.

O conjunto das leis municipais revela uma preocupação em prevenir a violência escolar e criar um ambiente seguro e positivo para os professores e alunos. As legislações municipais analisadas focam na valorização dos professores e na criação de campanhas de conscientização para melhorar a segurança nas escolas. Isso reflete uma abordagem dinâmica dos municípios, que tentam fortalecer o papel dos educadores e das instituições escolares no combate à violência.

Entretanto, assim como nas esferas estadual e federal, as leis municipais carecem de referências explícitas à “violência midiática”. Embora as leis busquem melhorar o ambiente escolar de forma geral, é notável que o avanço tecnológico e a presença massiva das redes

sociais entre os alunos não são diretamente tratados nas legislações municipais. Isso pode representar mais uma falha na proteção aos alunos contra as novas formas de violência que ocorrem fora do ambiente físico da escola, mas que têm impactos profundos e destrutivos no contexto escolar.

A seguir, no Quadro 14 constam os documentos localizados nos *sites* governamentais especificamente sobre violência midiática escolar no Brasil.

Quadro 14 – Documentos normativos sobre violência midiática

N.º	Identificação	Descrição
1	Lei Federal n.º. 13.185/2015	Institui o programa de combate à intimidação sistemática (<i>bullying</i>). Essa lei define e aborda o <i>bullying</i> , incluindo suas manifestações no ambiente escolar e virtual, ou seja, o <i>cyberbullying</i>
2	Lei Federal n.º. 14.811/2024	Institui medidas de proteção à criança e ao adolescente contra a violência nos estabelecimentos educacionais, incluindo a violência ocorrida através de meios digitais, como o <i>cyberbullying</i>
3	Resolução Federal CD/FNDE n.º. 5/2023	Dispõe sobre ações voltadas à proteção no ambiente escolar, incluindo a utilização de recursos para enfrentar <i>bullying</i> e outras formas de violência nas escolas.
4	PL Federal n.º. 3613/2023	Estabelece estratégias de prevenção e enfrentamento da violência nas instituições de ensino, incluindo o <i>bullying</i>
5	Licitação Estadual Pregão n.º. 2024.05.10.1	Refere-se a serviços de monitoramento de violência escolar, incluindo <i>bullying</i> e <i>cyberbullying</i>
6	Portaria Federal n.º. 152/2023	Estabelece um grupo de trabalho interinstitucional para a prevenção e combate à violência escolar, incluindo menções a <i>bullying</i> e suas formas digitais

Fonte: Internet, 03/09/2024.

Os documentos acima tratam explicitamente de *bullying* e *cyberbullying*, abordando a “violência midiática” dentro das escolas. Esses documentos referem-se à violência, em particular, ao *cyberbullying*, reconhecido como formas de violência escolar pela legislação brasileira. A Lei n.º. 13.185/2015, por exemplo, foi um marco na criação de um programa específico para combater o *bullying*, com menção explícita ao *cyberbullying*. O foco dessa legislação é prevenir e enfrentar a violência sistemática no ambiente escolar e digital, reconhecendo os danos psicológicos que a exposição a esse tipo de agressão pode causar.

Uma análise exploratória mostra que, apesar de o *bullying* e o *cyberbullying* serem mencionados diretamente, o tratamento dado a essas questões ainda é superficial em muitos documentos. Falta um detalhamento sobre como as escolas devem enfrentar a violência midiática na prática e quais estratégias específicas de prevenção e intervenção devem ser implementadas. Isso aponta para uma brecha que pode dificultar a efetividade das normas no cotidiano escolar.

Contudo, a existência de legislações estaduais e municipais que abordam a violência escolar de maneira mais geral reflete uma crescente preocupação com o ambiente escolar, mas poucas delas aprofundam as particularidades da violência virtual. Embora a legislação reconheça o *cyberbullying*, ainda carece de soluções práticas e abrangentes para enfrentar os desafios impostos pelas tecnologias dentro das instituições de ensino.

Essa carência na abordagem da violência virtual destaca a necessidade de aperfeiçoar e expandir as políticas públicas de combate ao *bullying* e *cyberbullying*, envolvendo uma maior integração entre as esferas legislativas, educacionais e tecnológicas, para garantir um ambiente escolar mais seguro para os alunos, tanto no contexto físico quanto no virtual.

Também foi realizado um breve levantamento pelo site *Google* para localizar outras fontes para além dos documentos oficiais legislativos, sendo eles fóruns, sindicatos e organizações. O *site* da *Google* foi escolhido por ser o mecanismo de busca mais popular mundialmente, com um algoritmo que busca uma grande variedade de conteúdos de diversas fontes, assegurando que as buscas retornem rapidamente com links de fontes de modo mais dinâmico. Dessa forma, foram pesquisadas no *site* da *Google* matérias *on-line* que tratassem da violência escolar em fóruns, sindicatos e organizações.

Essas fontes alternativas oferecem perspectivas diferentes das oficiais. Oficiais, ao abordar os temas de forma mais imparcial e mais próxima da realidade dos profissionais da educação e da comunidade educacional como um todo, contestando às vezes até mesmo as próprias normativas educacionais vigentes. A seguir, no Quadro 15 observa-se esse conteúdo.

Quadro 15 - Matérias sobre violência escolar publicadas em sites de fóruns, sindicatos e organizações

Matérias <i>on-line</i> sobre violência escolar	Fonte (internet)	Data de acesso
16ª edição do Fórum de Educação para a Paz debate violência escolar.	Universidade Estadual de Londrina	04 set. 2024
Fórum Virtual sobre Prevenção da Violência Escolar.	Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca	04 set. 2024
Fórum Virtual sobre Prevenção da Violência Escolar.	Fórum brasileiro de segurança pública	04 set. 2024
Mobilização contra violência nas escolas e na sociedade é urgente.	<i>Cable News Network</i> (CNN) Brasil	04 set. 2024
Tecnologias de vigilância: considerações sobre a violência escolar.	Itfórum.com.br	04 set. 2024
Sindicato traz estudo sobre violência nas escolas e rechaça.	Brasildefato.com.br	04 set. 2024
Publicações - Observatório da Violência.	Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo Apeoesp.org.br	04 set. 2024

Violência nas escolas: um problema de todos.	Sindicato Intermunicipal de Professores das Instituições Federais de Ensino Superior do Rio Grande do Sul (ADUFRGS-Sindical)	04 set. 2024
Propostas do sindicato para enfrentar a violência nas escolas.	Sindicato dos Professores MG	04 set. 2024
Como acabar com a violência nas escolas?	Sindicato dos Trabalhadores Técnico-Administrativos em Educação das Instituições Federais de Ensino Superior do Estado de Goiás (SintIFESGO)	04 set. 2024
Desbarbarizar a educação: uma tarefa urgente na superação da violência escolar.	Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná (App-Sindicato)	04 set. 2024
Sindicato se solidariza às vítimas de violência nas escolas e seus familiares.	Sindicato dos Metalúrgicos	04 set. 2024
Sinproeste: Violência nas escolas impactam professores, e sindicato busca medidas preventivas.	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino	04 set. 2024
Sindicatos e MPPA debatem a espetacularização da violência no ambiente escolar.	Sindicato das Trabalhadoras e Trabalhadores em Educação Pública do Pará	04 set. 2024
Canal de Denúncias sobre Violência Escolar.	Ministério da Justiça e Segurança Pública	04 set. 2024
CNMP cria grupo de trabalho interinstitucional para tratar do combate à violência escolar.	Conselho Nacional do Ministério Público	04 set. 2024
Como enfrentar a violência escolar?	Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e Violência Escolar (CIPAVE)	04 set. 2024
Combate à violência nas escolas passa pelo controle dos discursos de ódio na internet.	Jornal da Universidade de São Paulo (USP)	04 set. 2024

Fonte: Internet, 04/09/2024.

As perspectivas sobre a violência escolar descritas no Quadro 15 expõem uma abordagem complexa. Cada setor, como fóruns, sindicatos e organizações, aborda o problema sob uma ótica diferente, os fóruns e organizações governamentais focam em soluções institucionais e políticas públicas, muitas vezes com um enfoque na prevenção e na promoção de uma cultura de paz. Os sindicatos colocam a segurança dos profissionais da educação no centro do debate, reconhecendo que a violência nas escolas afeta tanto alunos quanto professores.

A análise evidenciou que a violência escolar é um problema difuso, que envolve não apenas os alunos, mas também os profissionais e a sociedade como um todo. Além disso, o papel da mídia e das plataformas digitais é visto como ambíguo, enquanto a tecnologia pode ajudar a monitorar ou mesmo prevenir incidentes, também pode amplificá-los, exigindo uma regulamentação mais eficaz.

As fontes documentais localizadas fora dos sites governamentais sobre violência escolar e “violência midiática” desempenham um papel fundamental na compreensão desses fenômenos sob diferentes perspectivas.

A “violência midiática” diz respeito à forma como a violência é representada, propagada e normalizada pelos meios de comunicação e das plataformas digitais, como televisão, rádio, cinema, redes sociais, videogames e outros espaços *on-line*. Essa violência pode se manifestar de várias maneiras, como em conteúdos violentos em videogames, em filmes, séries, notícias sensacionalistas, discursos de ódio, *cyberbullying* e na promoção da violência nas redes sociais.

Portanto, a “violência midiática” abrange tanto a exposição a conteúdos violentos quanto a perpetuação da violência em ambiente digital, impactando diretamente a maneira como a sociedade percebe e lida com a violência.

Esse tipo de violência surge como um símbolo de coragem, de valor (preferencialmente para os meninos, mas não somente), sendo a não violência sinônimo de covardia e caminho para a derrota e a frustração. A esse respeito, Belloni (1998, p. 44) comenta que:

O sucesso da violência como estilo estético e como símbolo ou metáfora do mundo contemporâneo parece incontestável: os números de audiência e bilheteria o comprovam. Em termos estéticos, a repetição e o uso abusivo destas figuras de estilo tendem a banalizar o efeito do espectador, que acaba achando engraçadas as cenas de terror. O que não diminui o sucesso e, de certa forma, inocenta violência. Do ponto de vista ético, o exemplo da violência real e fictícia, representada e repetida sem cessar na TV Nossa de cada dia, acaba construindo uma realidade (virtual e longínqua) cheia de guerras, explosões, brigas e mau caráter que obscurece a compreensão da realidade imediata (material, de fato) cujos problemas e situações concretas demandam nossa atenção e atuação. A visão do mundo perigoso lá fora, lá longe, nos remete a falsa segurança e felicidade de nosso mundo, consolando-nos de nossas misérias cotidianas e dificultando o exercício da autonomia de cada um de nós como sujeitos de nossa história.

Os documentos governamentais localizados nas fontes oficiais tendem a refletir abordagens institucionais e oficiais, já as fontes alternativas, oferecem visões mais diversificadas e complementares. Essas fontes oferecem uma visão prática sobre as dificuldades enfrentadas no cotidiano das escolas e revelam os desafios que muitas vezes não são completamente abordados pelas políticas públicas.

Fora do ambiente governamental, também há uma abordagem mais crítica à maneira como a violência escolar e a violência midiática são tratadas. Em muitos casos, há uma reflexão sobre a espetacularização da violência nos meios de comunicação e nas redes sociais, bem como o impacto dessa exposição nas crianças e nos adolescentes. Esses debates ajudam a identificar as limitações das políticas públicas e sugerem novas estratégias de prevenção e intervenção.

Por exemplo, sindicatos como o Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná (APP-Sindicato) discutem a necessidade de “desbarbarizar” a educação, criticando a banalização da violência e propondo mudanças estruturais que vão além da simples punição de atos violentos.

Na sociedade contemporânea, a mídia não apenas informa, mas molda a percepção da realidade por meio de imagens e representações. Esse fenômeno, descrito por Debord (1967) como “sociedade do espetáculo”, significa que a mídia construiu uma realidade artificial, capaz de distorcer ou encobrir a verdadeira essência das relações sociais.

Os dados sobre violência escolar e violência midiática, quando analisadas sob essa perspectiva, revelam como a mídia pode transformar eventos de violência em espetáculos que servem a interesses comerciais e políticos, ao invés de contribuir para uma compreensão profunda e uma solução efetiva para esses problemas.

Nessa direção, Chauí (2006) trata do tema simulacro e poder em relação às mídias. A autora aborda como a mídia utiliza o poder dos simulacros para moldar a opinião pública e influenciar a sociedade, discutindo como a mídia usa técnicas de encenação para apresentar eventos, ideias e pessoas como verdadeiros, quando são apenas simulações. A produção desses simulacros pode ser usada para criar narrativas convenientes para aqueles no poder. Em resumo, “o simulacro de poder” é o uso da mídia para criar uma imagem de poder e influência que não corresponde à realidade.

A cultura está impregnada de seu próprio espetáculo, do “fazer ver e do deixar-se ver”, defende Chauí (2006, p. 14). O principal dano causado pelos meios de comunicação de massa à cultura tem sido a “banalização cultural” e a transformação da realidade em um simples espetáculo.

Nessa perspectiva, a autora acredita que a dimensão do espetáculo tenha sido criada pelos meios de comunicação de massa e que o espetáculo, por si só, não seja prejudicial à cultura, pois é próprio das obras da Filosofia e da Arte oferecerem compreensão sobre a sensibilidade e a imaginação, para que possam ganhar sentido e serem melhor apreciadas. Dessa forma, o espetáculo e a espetacularização compartilham a mesma origem, estando ligados à ideia de conhecimento como resultado da observação e da linguagem. A questão, portanto, não está diretamente nos espetáculos em si, mas no que acontece com o espetáculo quando ele é capturado, produzido e disseminado pelos meios de comunicação de massa.

A vida social é governada por representações e imagens, em que aquilo que é mostrado pela mídia assume mais relevância do que as experiências genuínas. A mídia gera e manipula essas representações, que acabam influenciando os comportamentos e os valores da sociedade.

A violência midiática, presente em cenas violentas de filmes, notícias sensacionalistas e *cyberbullying*, é apresentada de maneira a captar a atenção e atrair o público, como esclarece Belloni (2009). Nas redes sociais, atos violentos frequentemente se tornam "espetáculos", com vídeos viralizando⁵ e gerando engajamento.

Ao transformar a violência em espetáculo, a mídia facilita a imersão de alunos e professores em um ambiente no qual essa violência é repetida e imitada. Jovens expostos a conteúdos violentos tendem a adotar comportamentos agressivos, contribuindo para a normalização da violência tanto no ambiente virtual quanto no ambiente escolar. Para Zanolla (2010), a exposição contínua a esses espetáculos midiáticos pode desumanizar a percepção da violência, levando os alunos a encararem atos violentos como formas de entretenimento, o que compromete a empatia e intensifica os conflitos no ambiente escolar.

Os meios de comunicação de massa convertem tudo em entretenimento, justamente porque o espetáculo se transforma em simulacro e o simulacro é apresentado como entretenimento, enfatiza Chauí (2006). Assim, guerras, genocídios, greves, festas, cerimônias religiosas, tragédias, questões políticas, desastres naturais e urbanos, são tratados como formas de entretenimento.

Os professores frequentemente enfrentam a pressão de lidar com problemas de violência, como o *cyberbullying* nas redes sociais. No entanto, podem se sentir impotentes diante da força dos simulacros midiáticos e da espetacularização dos conflitos. Isso intensifica o estresse e o desgaste emocional desses profissionais, que precisam enfrentar não apenas os desafios educacionais, mas também os comportamentos agressivos intensificados pela mídia.

Tanto Debord (1967) quanto Chauí (2006) e Belloni (2009) mostram que a mídia, ao transformar a violência em espetáculo e ao criar simulacros de poder, influenciam profundamente a dinâmica da sala de aula e a relação entre alunos e professores. A violência midiática não só intensifica os conflitos, mas também enfraquece a relação e a capacidade dos professores de lidar com esses problemas, resultando em um ambiente educacional desafiador e, muitas vezes, hostil.

⁵Mariana Mandelli, coordenadora de comunicação do Educa Mídia, explica que o termo "viralizar" está relacionado à palavra "vírus" por conta do seu potencial de se espalhar rapidamente. MANDELLI, Mariana. Viralizou e agora. Educa Mídia. 29 de Nov de 2019. Disponível em: <https://educamidia.org.br/viralizou-e-agora/>. Acesso: 14 jul. 2025.

A presença das novas tecnologias na formação de professores e suas implicações para a prática pedagógica trazem novos desafios, comenta Gatti *et al.* (2019). As autoras afirmam que a integração dessas tecnologias pode ampliar os recursos pedagógicos, formar novas comunidades de aprendizagem e promover práticas colaborativas. No entanto, também apontam que essa incorporação pode agravar a precarização do trabalho docente, diminuir as interações presenciais, além de causar exclusão digital e perpetuar desigualdades socioeconômicas.

De acordo com Castells (2006), é fundamental que as tecnologias sejam adotadas de forma crítica, garantindo aos professores tanto condições éticas para atuar em um ambiente inovador quanto a capacidade de produzir conhecimento crítico e reflexivo para utilizá-las. Em resumo, as novas tecnologias na formação docente trazem tanto oportunidades quanto desafios, sendo necessário um olhar crítico para maximizar seus efeitos positivos.

Portanto, esta análise documental revela que a violência escolar é uma questão ainda em desenvolvimento, envolvendo não apenas os alunos, mas também os profissionais da educação e a sociedade em geral. Além disso, o papel da mídia e das plataformas digitais⁶ é ambíguo, embora a tecnologia possa auxiliar nos métodos de aprendizagem, também tem o potencial de amplificar os conflitos, o que demanda uma regulamentação nas normativas brasileiras de forma mais eficiente para os atuais problemas enfrentados em sala de aula. Assim como a análise documental foi necessária para melhor compreender o cenário de violência enfrentada nas escolas e o que dizem as normativas sobre isso, a pesquisa de campo, a seguir, teve o papel de evidenciar os paradigmas enfrentados pelos professores da rede pública estadual de Goiânia.

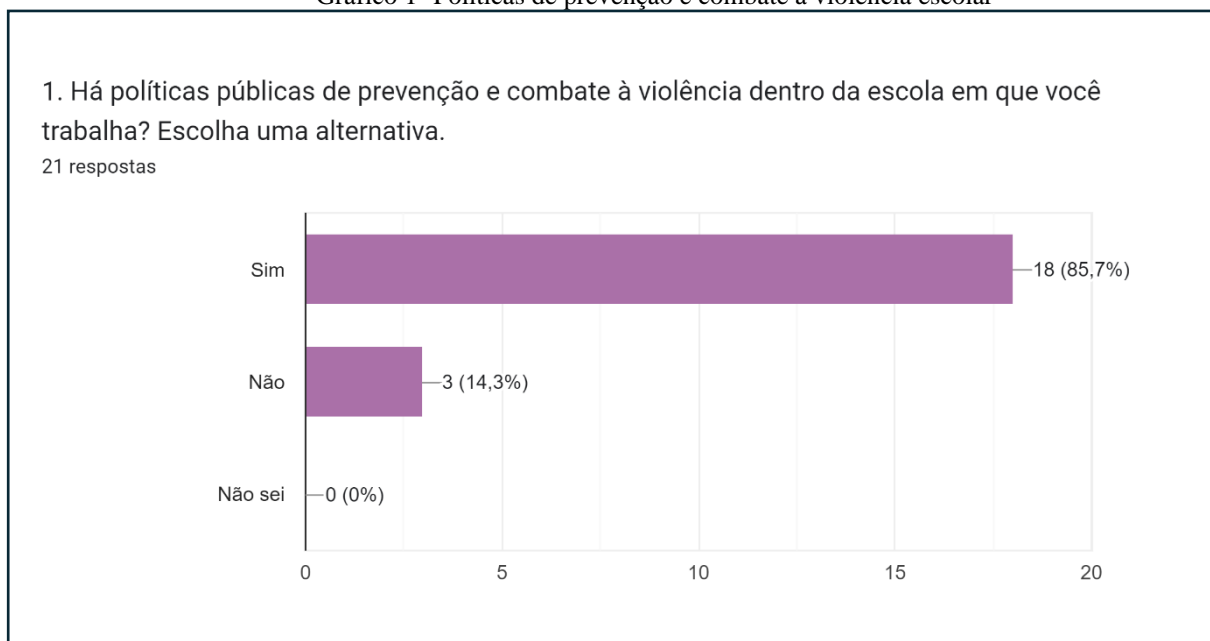
⁶ As plataformas digitais são sistemas que permitem a produção, compartilhamento e disseminação de conteúdos e informações, frequentemente associadas à evolução das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC). O conceito inclui a Web 2.0, que transformou a internet em uma plataforma de produção de conteúdos, possibilitando que indivíduos criem e divulguem suas mídias digitais. Exemplos de plataformas digitais incluem redes sociais como Facebook, YouTube e Twitter, que impulsionam a geração de conteúdo tanto pessoal quanto comercial. (COSTA *et al.*, 2025).

6 O CONTEXTO ESCOLAR DELINEADO PELA PESQUISA DE CAMPO

A pesquisa de campo se pautou no objetivo específico que foi averiguar como vem sendo tratada a violência dentro das instituições de ensino e como professores e gestores veem a violência protagonizada pelo aluno na escola e a relação entre essa violência e as mídias digitais, verificadas dentro de algumas escolas públicas estaduais de Goiânia selecionadas para a pesquisa conforme consta na metodologia.

A seguir, apresentam-se os gráficos gerados pelo *Google-forms* de acordo com o questionário aplicado aos professores através das perguntas da pesquisa de campo. Cada gráfico é acompanhado de descrição e análise. Após os gráficos e os resultados das questões abertas e fechadas do questionário, segue-se a discussão dos dados coletados à luz do referencial teórico, sendo Debord (1967) e Belloni (2009). Adiante, no Gráfico 1, tem-se políticas de prevenção e combate à violência escolar.

Gráfico 1- Políticas de prevenção e combate à violência escolar



Fonte: Questionário aplicado pela autora em: 21/08/2024.

A existência de políticas públicas é um ponto de partida essencial, mas a mera presença dessas políticas não garante a sua eficiência. A percepção de que 14,3% dos professores não enxergam a implementação dessas políticas pode ser reflexo da falta de clareza sobre como elas se manifestam na prática, ou falhas na comunicação entre os gestores escolares e o corpo docente, ou mesmo a aplicação inconsistente das medidas de combate à violência. As diferentes manifestações de violência, atualmente produzidas no sistema de organização capitalista,

passam por um processo de naturalização. Raramente incomoda o sofrimento alheio ou sequer percebe-se o quanto as pessoas são “violentadas”, sobretudo, por um Estado que as trata injustamente e que fomenta uma das maiores formas de violência, senão a maior: a desigualdade econômica (Castelo, 2017).

Embora as manifestações de violência ocorram em todas as faixas etárias, para Brito e Francisco (2021) os índices mais elevados são identificados na adolescência. Muitos adolescentes são movidos e praticam atos violentos como forma de se firmarem num determinado grupo. Identificou-se, ainda, que quanto mais velhos os alunos, maior a incidência de violência na escola. Predominaram situações de desacato aos professores, descumprimento do regimento interno. Porém, em maior quantidade, foram sinalizadas situações de violência física entre estudantes. Essa diversidade nas percepções aponta a necessidade de fortalecer tanto a divulgação quanto a aplicação dessas políticas dentro das escolas. A seguir o Gráfico 2 demonstra medidas de combate à violência, apontadas pelos professores participantes.

Gráfico 2- Violência protagonizada pelo aluno



Fonte: Gerado pelo *G-Forms*, em 21/08/2024.

O envolvimento familiar é fundamental para promover um ambiente de apoio e segurança, fortalecendo os laços afetivos e auxiliando na formação de valores humanos entre os jovens, as respostas indicam que os professores entendem essa necessidade. O fato de o apoio psicológico ter sido escolhido por 9,5% dos entrevistados pode indicar que muitos professores apoiam a importância da saúde mental na prevenção da violência, mas não veem como suficientemente eficaz. A integração de múltiplas abordagens, como sugerida pelos 38,1% que escolheram "todas as alternativas", reflete uma visão global sobre a necessidade de múltiplas alternativas para lidar com o problema. Por um lado, reflete uma visão global, por outro, pode

indicar desconhecimento sobre o assunto ou nada a dizer sobre ele, na falta de ter o que responder, assinala-se "todas as alternativas". Segundo Francisco e Coimbra (2015), ao olhar para o *bullying* pela perspectiva da psicologia histórico-cultural, é importante entender que ele é uma construção social. Muitas vezes, as pessoas têm percepções sobre esse fenômeno que não levam em conta os fatores sociais que o influenciam. Por isso, combater o *bullying* requer uma abordagem coletiva e que considere o contexto, com o objetivo de criar um ambiente escolar mais seguro e acolhedor, baseado no respeito e na empatia.

Tais respostas refletem a percepção de que as políticas públicas são reconhecidas pela maioria, mas ainda precisam ser mais efetivas em algumas escolas. No que diz respeito às soluções para prevenir a violência, o envolvimento das famílias e uma abordagem integrada parecem ser as mais valorizadas.

A sociedade costuma exigir da escola resultados que vão além de suas possibilidades, para Zanolla (2010), a solução para problemas complexos como a violência e a garantia do desenvolvimento tecnológico e cultural é compreender que a formação do indivíduo é um processo amplo e complexo, que envolve a família, a comunidade, o Estado e diversas outras instituições. O Gráfico 3 expõe dados sobre a violência de aluno contra aluno.

Gráfico 3 - Violência de aluno contra aluno



Fonte: gerado pelo *G-Forms*, em 21/08/2024.

A maioria dos professores (71,4%) relatou a ocorrência de casos de violência de aluno contra aluno, o que evidencia a prevalência desse tipo de conflito nas escolas. O fato de quase 30% não observarem esses casos pode ser explicado pelas diferenças na gestão escolar, ou na própria percepção individual de violência. Outra possível explicação é a de que, muitas vezes,

a violência está naturalizada. O Gráfico 4 contém dados sobre a violência de aluno contra professor.

Gráfico 4- Violência de aluno contra professor



Fonte: gerado pelo *G-Forms*, em 21/08/2024.

Um percentual de 52,4% dos professores alegaram a ocorrência de violência de alunos contra professores, o dado é preocupante, pois demonstra que as relações de autoridade entre professor e aluno são frequentemente desafiadas. Quase metade dos professores (47,6%) não relata esse tipo de incidente, o que pode estar relacionado a variações no comportamento dos alunos em diferentes contextos ou à capacidade de gestão de conflitos em sala de aula. Sobre este dado, Nunes e Vinha (2020) enfatizam, que determinadas ações preventivas podem, de fato, colaborar para transformar e evitar esses problemas no ambiente escolar. No entanto, é fundamental compreender, em primeiro lugar, que não há uma fórmula “pronta” ou automática que garanta resultados. As estratégias mais eficazes de enfrentamento precisam ser ajustadas de acordo com o contexto específico, levando em consideração a rede de apoio disponível, as particularidades do grupo de alunos, o perfil e o estilo do professor, além da trajetória coletiva já construída naquele espaço.

A seguir o Gráfico 5 indica a porcentagem apurada sobre a violência de professor(a) contra aluno.

Gráfico 5- Violência de professor(a) contra aluno



Fonte: gerado pelo G-Forms, em 21/08/2024

O baixo percentual de respostas de casos de violência de professor contra aluno (9,5%) sugere que esse tipo de incidente é raro. Recorrendo a literatura percebe-se que os dados convergem com resultados que indicam que a violência escolar se manifesta predominantemente entre os alunos, o que pode refletir uma cultura de violência entre os jovens que se expande para o ambiente escolar. A pesquisa bibliográfica realizada nesta pesquisa, anteriormente relatada, ajuda a analisar este fato, quando dos 11 trabalhos analisados nenhum menciona formas de agressão de professores contra estudantes, isso não significa que não aconteça, mas que estatisticamente é raro. A relação de poder entre aluno e professor também é evidenciada como uma parte específica de violência dirigida aos docentes ou que afeta diretamente a autoridade pedagógica e o ambiente de ensino.

A seguir, o Quadro 16 contém respostas⁷ fornecidas pelos professores, identificados como Professor 1 (P1), Professor 2 (P2) e assim sucessivamente.

Quadro 16 - A violência escolar afeta o(a) professor(a)? de que modo?

Id.	Respostas
P1	Sim. Afeta as relações interpessoais, fator que está intimamente ligado ao processo
P2	Medo, depressão.
P3	Afeta muito. O psicológico fica abalado, sentimos impotência e sem regras.
P4	Não.
P5	Afeta, pois atrapalha o andamento das aulas, pois ocorrem interrupções para auxiliar, sanar as questões de agressões verbais que são constantes.
P6	Não.

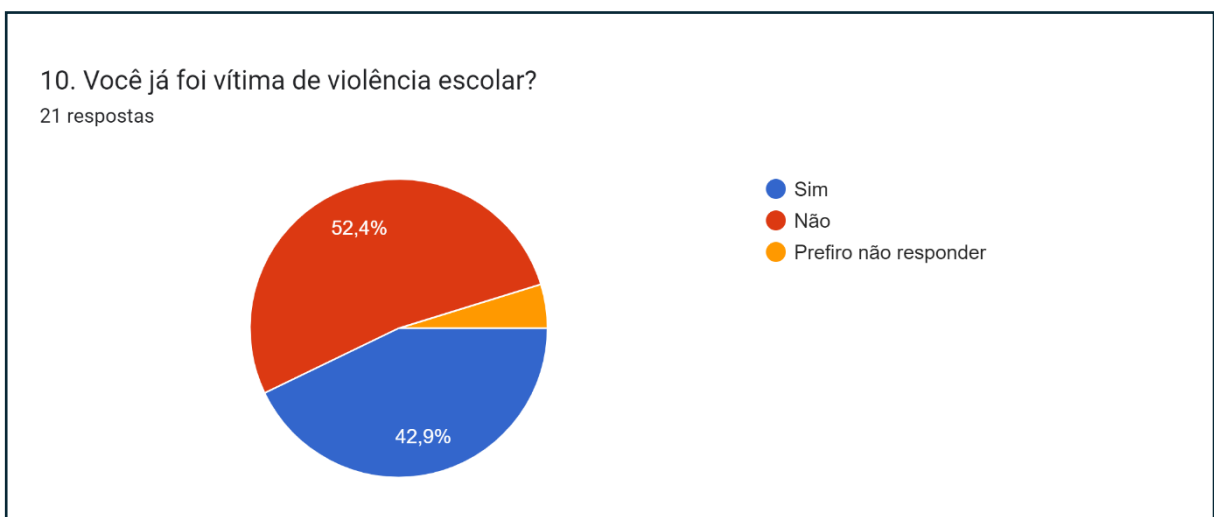
⁷ Neste trabalho, as respostas fornecidas pelos professores não foram transcritas *ipsis litteris*, isto é, conforme o original, pois foram corrigidas inadequações de Português.

P7	Sim, pois o professor hoje é refém da falta de valorização do estado e da família, não sendo escutado previamente diante de um problema.
P8	Sim. Levando-o a ter intervenções não pedagógicas.
P9	Sim. A violência escolar deixa o professor sobre pressão, medo e em estado de alerta.
P10	Causa insegurança no trabalho.
P11	Sim!
P12	Os alunos são sem educação.
P13	Aumenta o nosso medo de sofrer alguma violência.
P14	Sim. O aluno desconta sua frustração na escola.
P15	Sim, devido a trazer transtornos de ordem psicológica, moral e social.
P16	Sim. Abala o psicológico.
P17	Sim. Impossibilitando que o mesmo exerça seu trabalho de forma a focar nas competências e habilidades mais específicas.
P18	Sim, as relações entre professores e alunos tornam-se frágeis.
P19	Copia os exemplos.
P20	Os professores ficam com medo.
P21	Atrapalhando as aulas e a agressão verbal.

Fonte: gerado pelo *G-Forms*, em 21/08/2024.

As respostas variam, mas há consenso de que a violência afeta os professores de maneira significativa, causando desgaste emocional, insegurança e prejudicando o processo educativo e o bem-estar dos professores. Para Pontes (2019), a violência é uma questão presente na realidade dos professores, com impactos significativos na saúde física e mental desses profissionais. A seguir o Gráfico 6 apresenta dados sobre violência escolar.

Gráfico 6 - Violência escolar



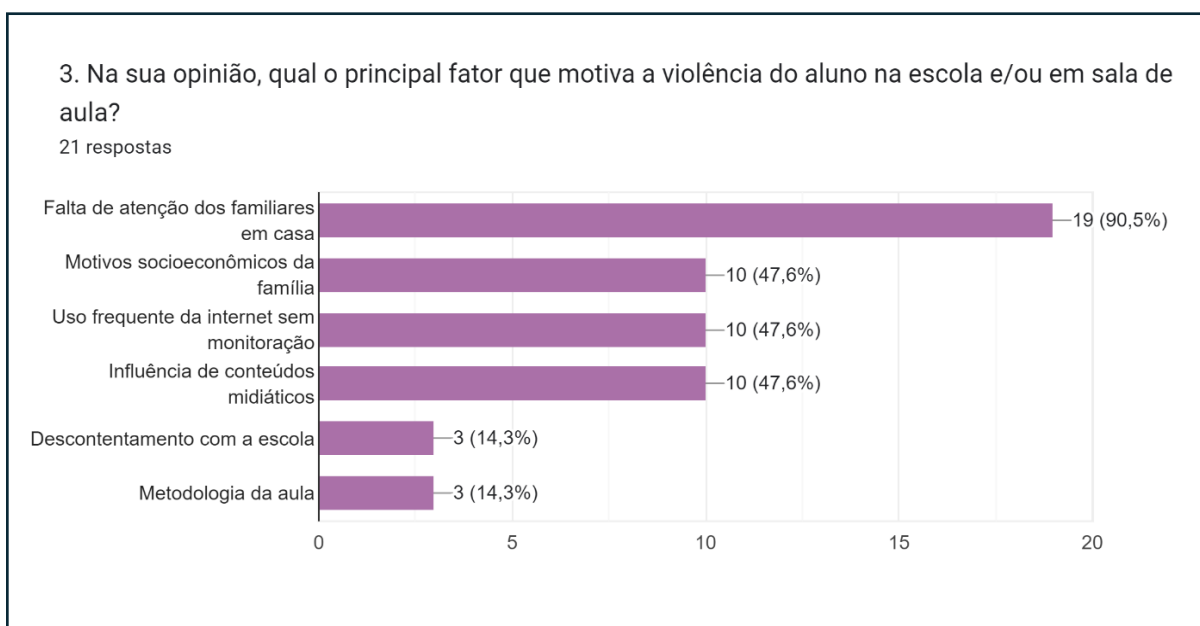
Fonte: gerado pelo *G-Forms*, em 21/08/2024.

Quase a metade (42,9%) dos professores já foi vítima de violência escolar, o que revela um ambiente de trabalho hostil para muitos. A violência contra professores pode incluir desde agressões verbais a físicas.

Os dados obtidos pelas perguntas de números 2, 2.1, 2.2, 9 e 10 verificadas no questionário (apêndice B), revelam um cenário preocupante nas escolas em relação à violência entre alunos e professores. A presença significativa de violência entre alunos (71,4%) e a violência contra docentes (52,4%) demonstra como as relações interpessoais no ambiente escolar estão fragilizadas, algo que Zuin (2015) conecta às transformações trazidas pela cultura digital. A introdução constante de novas tecnologias digitais não apenas redefine a forma como os alunos percebem o conhecimento, mas também afeta as interações com os professores.

Além disso, a violência, tanto entre alunos quanto contra professores, traz consequências para o ambiente de aprendizagem e para a saúde mental dos educadores. Quase metade dos professores relatam já ter sido vítimas de violência escolar (42,9%), o que reflete o alto grau de tensão e desgaste dentro das escolas. Esse clima, como sugerido por Zanolla (2010), denuncia a necessidade de a escola deixar de ser idealizada como um espaço imune às barbáries da sociedade e, ao contrário, refletir e fortalecer o combate à violência escolar. A frieza e a indiferença em relação ao sofrimento alheio, tão comuns na contemporaneidade (Zanolla, 2010), se amplificam dentro das escolas, o que exige da instituição escolar um papel ativo na denúncia e no combate à crescente onda de violência. A seguir o Gráfico 7 mostra dados referentes à motivação da violência em sala de aula.

Gráfico 7 - Motivo da violência do aluno em sala de aula

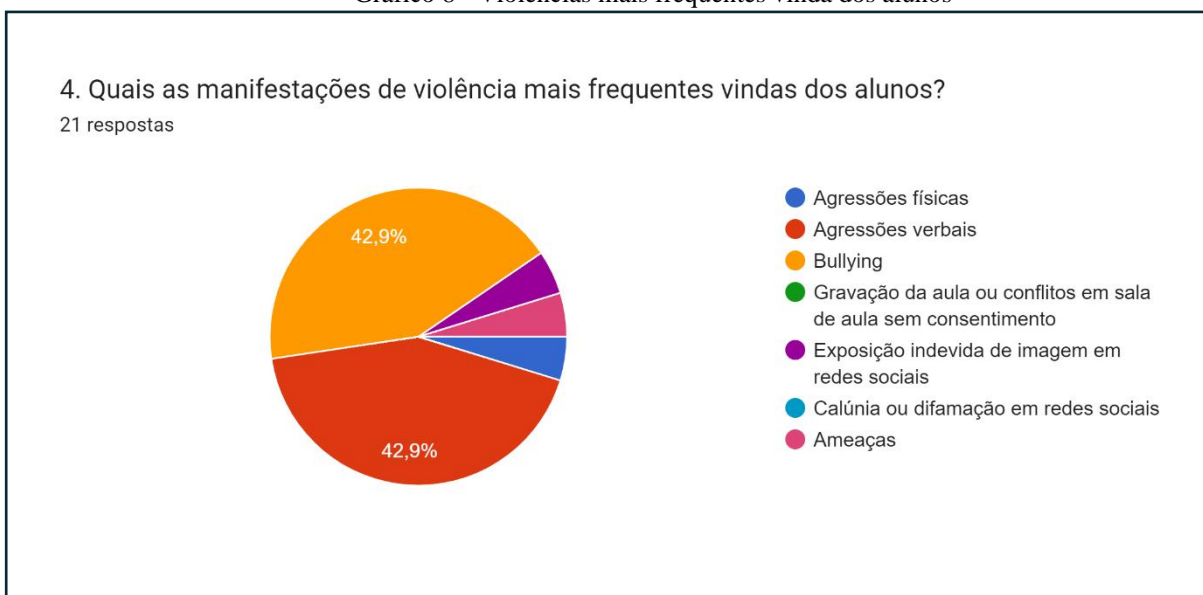


Fonte: gerado pelo *G-Forms*, em 21/08/2024.

A principal motivação para a violência apontada pelos entrevistados foi a falta de atenção familiar (90,5%). Esse dado destaca a importância do contexto familiar no comportamento dos estudantes aos olhos dos professores. De acordo com Passeri (2021), a sala de aula reflete muito sobre a violência estrutural existente, entre elas, a pobreza dos alunos e os maus tratos gerados pela própria família, evidenciando a falta de afeto, dado esse relevante. Porém, há também fatores associados ao uso frequente da internet sem monitoramento (47,6%), influência de conteúdos midiáticos (47,6%) e motivos socioeconômicos (47,6%), que reforçam a ideia de que a violência escolar é um fenômeno causado por múltiplos fatores. Para Belloni (2009), a transição da violência virtual, onde não há limites e tudo parece permitido sem consequências, para a violência real nas ruas, nas gangues e nos estádios ou mesmo na sala de aula é algo bastante fácil de acontecer. Isso é especialmente verdadeiro por causa de uma característica antiga do ser humano, de ser violento.

Do ponto de vista ético, o excesso de imagens violentas na televisão e na cultura audiovisual tende a tornar natural e até aceitar a ideia de que usar a violência é uma forma de resolver conflitos. É importante lembrar que tudo isso acontece dentro de um mundo globalizado e marcado por um capitalismo extremo, onde a cultura dominante é o consumismo. Nesse cenário, o individualismo chega ao seu auge, quase como um narcisismo social, muito bem mostrado nas propagandas de produtos de beleza e moda, que associam felicidade a bens materiais. Segue o Gráfico 8 com as formas mais frequentes de violência cometidas pelos alunos.

Gráfico 8 - Violências mais frequentes vindas dos alunos



Fonte: gerado pelo G-Forms, em 21/08/2024.

As agressões verbais (42,9%) e o *bullying* (42,9%) foram apontadas como as manifestações mais frequentes de violência. Isso ressalta a predominância de formas de violência simbólica e psicológica, que são amplificadas pelas mídias digitais. As plataformas digitais, como *WhatsApp* e *Instagram*, possibilitam a prática de violência de forma menos visível, como o *cyberbullying*, em que os alunos podem atacar colegas anonimamente ou à distância, o que torna mais difícil o controle por parte dos educadores. A relação entre *WhatsApp* e práticas de *cyberbullying* alerta para a necessidade de conscientização e busca de uma pauta crítica sobre as tecnologias móveis na educação, capaz de perceber que, se, por um lado, elas auxiliam, por outro, podem prejudicar e reforçar a violência escolar. De acordo com Queiróz, Andrade e Lopes (2024, p. 109), “ não se trata de demonizar a tecnologia, rechaçar ou negar suas contribuições, mas de reconhecer que, como todo artefato criado pelo homem, ela tem possibilidades, mas também limites”. Compreender o que é tecnologia, suas relações com a sociedade e sua interface com a cidadania poderia ser o começo de um processo de ascensão da comunidade escolar ao uso crítico das tecnologias móveis de conexão sem fio em instituições de ensino. (Queiróz; Andrade; Lopes, 2024).

A exposição indevida de imagens nas redes sociais (4,8%) e as ameaças (4,8%) também demonstram o impacto direto das tecnologias nas dinâmicas de violência escolar. De acordo com Belloni (2009), a estética da violência é umas das táticas de maior sucesso do cinema pós-TV:

A passagem da violência virtual em que não há limites e pode-se tudo sem consequências, para a violência real das ruas, das gangues e dos estádios é, portanto, muito fácil, sobretudo porque do ponto de vista ético o excesso de imagens violentas na TV, de nossa paisagem audiovisual, tende a naturalizar e a legitimar o uso da violência como meio de resolver conflitos. Tudo isto ocorre, não percamos de vista este horizonte, num mundo globalizado, de capitalismo radical, onde a cultura dominante é o consumismo, o individualismo chegou ao paroxismo do narcisismo social, muito bem expresso nas publicidades de produtos para a beleza e a elegância, que identificam felicidade com mercadoria (Belloni, 2009 p. 26)

A análise dos discursos infantis sobre as cenas de violência veiculadas na televisão revelou que elas compreendem claramente a visão simplificada de mundo apresentada, em que há uma divisão entre o “Bem” e o “Mal”. As crianças também percebem que a violência é associada à defesa de valores socialmente aceitos. Em suas avaliações, tendem a considerar a violência como algo justificável quando utilizada para proteger causas consideradas nobres, como a sociedade, a nação, a ordem ou a justiça. Dessa forma, acredita Belloni (2009) que a violência física (lutas corporais, mortes violentas, ferimentos, explosões, tiroteios, tortura) tende a ser encarada como um elemento natural, comum, presente na vida cotidiana,

confirmando a tese da banalização da violência como resultado da recorrência de mensagens de violência nas mídias.

O Gráfico 9 exibe o que pensam os professores sobre as relações entre violência escolar e as mídias.



Fonte: gerado pelo *G-Forms*, em 21/08/2024.

A maioria dos professores (76,2%) reconhece que existe uma relação entre mídia e violência escolar, no Quadro 3 é possível notar que houve apontamentos sobre a vulnerabilidade dos alunos diante de conteúdos violentos, a falta de supervisão no uso de redes sociais e a glamourização da violência. As respostas indicam que o consumo excessivo de mídias digitais e de jogos violentos cria um ambiente onde a violência é normalizada ou até incentivada entre os alunos. De acordo com Belloni (2009), muitos jovens e adultos compartilham da ideia de que a televisão funciona como um espelho da realidade violenta em que vivemos. A cobertura televisiva de conflitos ao redor do mundo faz com que o telespectador tenha a sensação de estar inserido em um ambiente violento, mesmo que resida em uma cidade pequena e tranquila. Já para quem vive nos grandes centros urbanos, essa sensação costuma ser reforçada pela violência concreta do dia a dia.

A seguir, no Quadro 17 apresenta-se as respostas escritas pelos professores sobre a relação entre violência escolar e mídia.

Quadro 17- Relações entre mídia e violência escolar percebidas pelos professores

Id.	Respostas
P1	Não respondeu
P2	Por conta dos jogos online.

P3	Vulnerabilidade dos alunos diante a conteúdos midiáticos de contexto violento ou que incitam a violência.
P4	Reproduz.
P5	Não.
P6	Não.
P7	O que acontece na mídia acaba virando modinha para os estudantes, é um incentivo para eles.
P8	Graças ao acesso sem supervisão de muitos alunos a internet, eles acessam conteúdos que não são adequados a sua idade.
P9	Muito tempo na internet.
P10	Infelizmente os estudantes reproduzem discurso de ódio por diferenças políticas e também por <i>bullying</i> motivado por <i>cyberbullying</i> .
P11	Não.
P12	O aluno se espelha muito na mídia.
P13	Exposição a jogos violentos, redes sociais com calúnia e difamação, WhatsApp de namorada.
P14	As intrigas e ofensas iniciam nas redes sociais onde jovens menores de idade navegam livremente, e são adeptos de fake News contra os colegas cometendo <i>Bullying</i> .
P15	Glamourização da violência.
P16	Programas policiais, redes sociais como tik tok.
P17	Incentivo a violência e <i>bullying</i> .
P18	Eles não estão mais desenvolvendo o lado crítico.
P19	Jogos na internet.
P20	Não.
P21	Muito tempo na internet.
P22	Alunos tem contato com mídias diversas, sem a supervisão de um responsável.

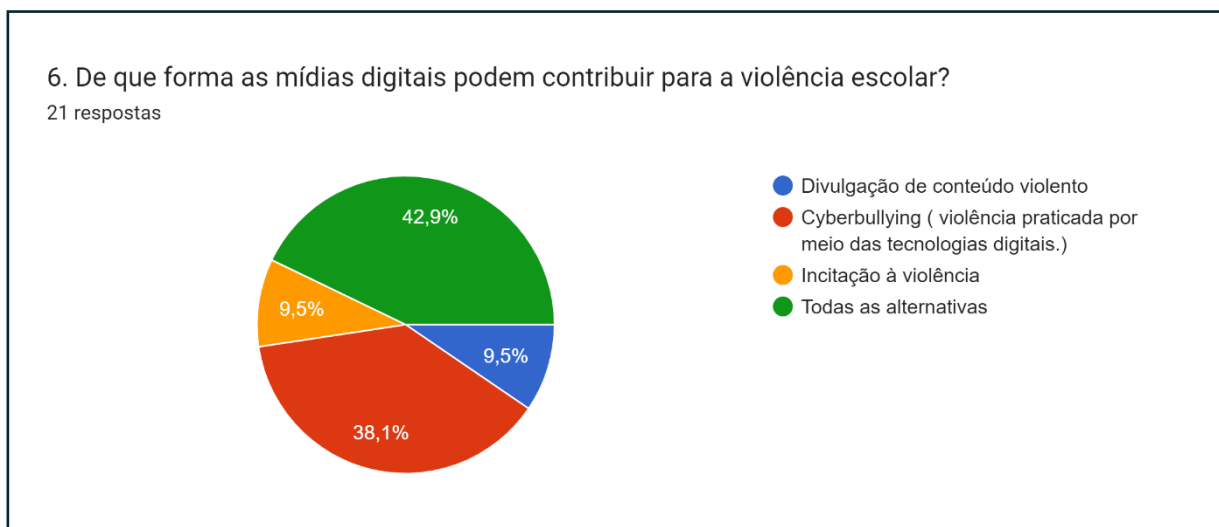
Fonte: e laborado pela autora, em 21/08/2024.

Na pergunta aberta que resultou nos dados verificados no Quadro 17 foi solicitado aos professores que explicassem a relação entre mídia e violência escolar, as respostas revelam várias percepções sobre como o uso inadequado de mídias digitais e o consumo de conteúdos midiáticos sem supervisão impactam o comportamento dos alunos. As respostas também fornecem uma visão plural da maneira como os professores entendem a conexão entre o ambiente midiático e os comportamentos violentos ou agressivos que surgem no ambiente escolar.

Os dados revelam um consenso entre os professores de que as mídias digitais, quando não monitoradas, desempenham um papel crucial na promoção de comportamentos violentos entre os alunos. A exposição a conteúdos violentos, a glamourização de atos agressivos e a falta de supervisão são mencionadas como fatores críticos que contribuem para a vulnerabilidade dos alunos frente a esses estímulos.

A seguir o Gráfico 10 indica se as mídias digitais contribuem para a violência escolar.

Gráfico 10- Mídias digitais e a violência escolar



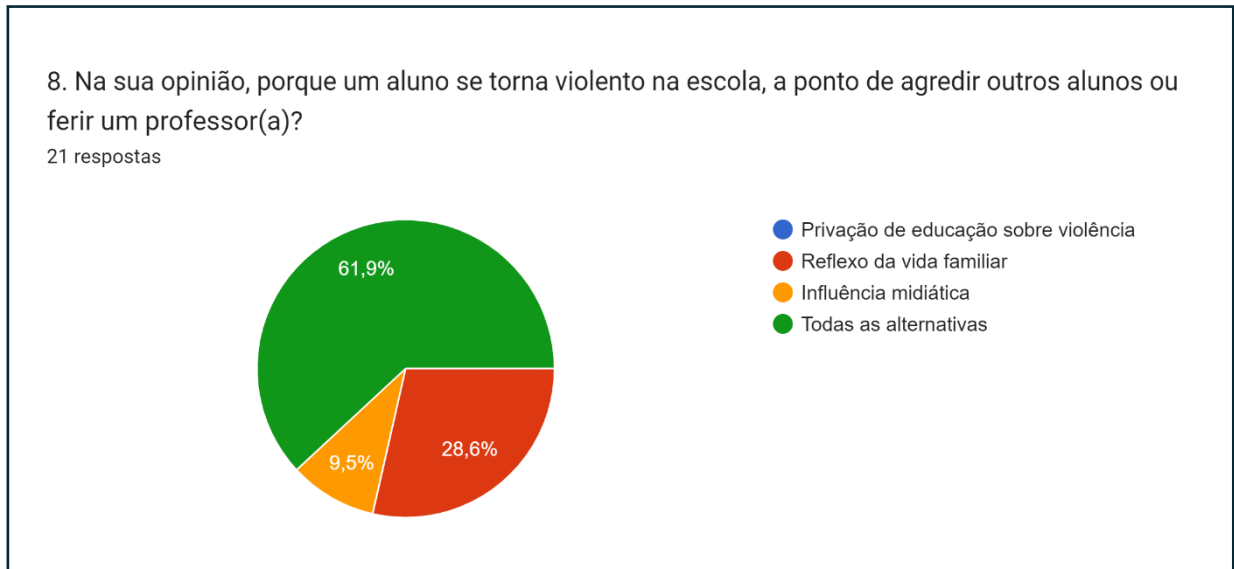
Fonte: gerado pelo *G-Forms*, em 21/08/2024.

A maioria dos entrevistados acredita que as mídias digitais podem contribuir para a violência escolar de diversas maneiras, com destaque para o *cyberbullying* (38,1%) e a incitação à violência (9,5%). Além disso, 42,9% dos participantes optaram por alternativas que englobam todas as formas mencionadas. Esses 42,9% também podem ser interpretados como falta de conhecimento sobre o assunto ou alternativa escolhida por quem não sabia o que responder.

Esta mesma interpretação se aplica aos 61,9% verificados no Gráfico 11, a seguir. Esses podem ser indícios de que os professores, apesar de sofrerem os efeitos de variados tipos de violência escolar, não sabem o que responder sobre questões relacionadas às manifestações de violência na escola.

Outra possível interpretação para esses dados é a de que eles evitam o assunto, ao assinalar "Todas as alternativas" no questionário ou não dão importância.

Gráfico 11- Motivação da violência pelos alunos contra o professor



Fonte: gerado pelo *G-Forms*, em 21/08/2024.

Quando questionados sobre os motivos pelos quais um aluno pode se tornar violento a ponto de agredir outros alunos ou professores, a maioria (61,9%) acredita que essa agressividade é fruto de uma combinação de fatores, como o reflexo da vida familiar (28,6%) e a influência midiática (9,5%). Isso reforça a importância da interação entre o contexto familiar, social e o uso das tecnologias no comportamento dos alunos. A próxima seção traz uma breve discussão empreendida a partir dos dados encontrados na pesquisa de campo, realizada por meio do referencial teórico pertinente.

6.1 Interpretação e discussão dos dados da pesquisa de campo

A análise dos dados obtidos pelo questionário confirma que a violência escolar não pode ser atribuída a um único fator, mas sim a uma confluência de fatores, socioeconômicos e midiáticos. A cultura do espetáculo (Debord, 1967) e a estética da violência (Belloni, 2009) desempenham um papel fundamental na forma como os jovens percebem e reproduzem comportamentos violentos.

Vivencia-se uma sociedade dominada pelo espetáculo, na qual as relações sociais e a realidade são mediadas por imagens e representações. Essa aparência está intrinsecamente relacionada à maneira como a violência é percebida e reproduzida no contexto escolar, especialmente quando se observa as respostas dadas à terceira pergunta do questionário, em que os professores indicam que fatores como o uso frequente da internet sem monitoramento (47,6%) e a influência de conteúdos midiáticos (47,6%) são grandes motivadores da violência.

Essa normalização da violência midiática é reproduzida pelos alunos na escola, especialmente quando a maior parte dos professores (76,2%) indica, em resposta à quinta pergunta do questionário, que estão conscientes da relação entre violência escolar e mídia.

As respostas fornecidas à pergunta complementar 5.1 (apêndice B) reforçam essa percepção, apontando que os alunos são vulneráveis aos conteúdos midiáticos de contexto violento, o que é evidenciado na afirmação de que a violência presente nas mídias "vira modinha" (P7, em resposta à questão 5.1 do questionário) e é um incentivo para comportamentos violentos dentro das escolas.

À luz de Debord (1967) e Belloni (2009), a análise das respostas às perguntas do questionário revela que a violência escolar não pode ser dissociada do contexto midiático que a alimenta e a glamouriza. A mídia transforma a violência em espetáculo que os alunos, muitas vezes sem orientação adequada, reproduzem dentro do ambiente escolar. Ao mesmo tempo, a vida familiar desestruturada e a falta de atenção em casa amplificam essa vulnerabilidade.

O espetáculo transforma os indivíduos em espectadores passivos de uma realidade construída pela mídia, de acordo com Debord (1967). No contexto escolar, essa dinâmica faz com que os alunos internalizem os comportamentos violentos que veem nas mídias digitais, como forma de se conectarem com o espetáculo de violência a que são expostos. A presença constante de mídias que glorificam ou normalizam a violência reforça a ideia de que agressões, como o *bullying* e agressões verbais, são formas aceitáveis de interação social.

Ressalvadas as suas limitações, a pesquisa de campo realizada revelou que a violência escolar é um reflexo direto de condições familiares desestruturadas, fatores socioeconômicos e da influência das mídias digitais, que muitas vezes glamourizam a violência e incentivam comportamentos agressivos. A falta de supervisão familiar e a exposição prolongada a conteúdos violentos *on-line* agravam o problema, enquanto a violência verbal e o *bullying* emergem como as manifestações mais comuns no ambiente escolar.

Ademais, os resultados da pesquisa de campo apontam, de maneira implícita e explícita, que a escola tem se tornado um espaço de intensa investigação científica, sobretudo no que se refere ao diagnóstico de problemas como a violência escolar e as influências negativas das mídias digitais no ambiente educativo. Contudo, essa constante condição de "objeto de estudo" da escola evidencia não apenas a busca por compreensão e soluções, mas também revela as fragilidades estruturais. Nesse processo, um dado revelador emerge da própria pesquisa: a ausência de respostas de alguns participantes a determinadas questões abertas. Tal ausência, longe de ser interpretada unicamente como desinteresse ou omissão, pode ser compreendida

como um reflexo do esgotamento emocional, da sobrecarga e da sensação de impotência que muitos docentes vivenciam.

Esse silêncio, enquanto dado, denuncia o desgaste de profissionais que, ao mesmo tempo em que são constantemente convocados a participar de pesquisas e reflexões sobre o cotidiano escolar, sentem-se desamparados diante da violência, da falta de respaldo institucional e da precarização da profissão docente. Essa leitura dialoga diretamente com as análises de Zuin (2015), ao evidenciar o abalo da autoridade pedagógica em tempos de cultura digital, e com Zanolla (2010), ao reforçar a necessidade de desmistificação da escola idealizada e a urgência em denunciar as múltiplas formas de barbárie que se manifestam no cotidiano educacional. Assim, a ausência de respostas não deve ser ignorada, mas compreendida como um dado simbólico e concreto do cansaço que atravessa o exercício docente nas escolas contemporâneas.

Em síntese, os dados sugerem que as escolas precisam desenvolver abordagens que integrem a educação crítica sobre as mídias, juntamente com as políticas públicas voltadas à formação de professores, de modo a munir com conhecimentos os alunos e os professores, tornando-os capazes de resistir e combater as influências negativas que permeiam o ambiente digital de maneira crítica e reflexiva, nos moldes propostos por Ferreira *et al.* (2024). Isso exige também um esforço conjunto entre escolas, familiares e políticas públicas para monitorar e amenizar o impacto das mídias digitais no dia a dia dos jovens. Na próxima seção será tratada as considerações finais.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema investigado neste estudo foi mídias, violência escolar e profissão docente, lembrando que o objetivo geral consistiu em investigar possíveis relações entre mídias digitais, violência escolar e profissão docente, com enfoque no trabalho do professor em exercício na educação básica. A questão de pesquisa foi formulada nos seguintes termos: como professores e gestores veem o crescente número de ataques às instituições de ensino, em que medida a violência escolar protagonizada pelo aluno na escola se relaciona às mídias digitais e como esse quadro afeta a profissão docente? A metodologia é de cunho qualitativo e composta por pesquisa bibliográfica, análise documental e pesquisa de campo com aplicação de questionário.

O objetivo específico que deu margem a análise documental foi apurar como a violência escolar é tratada pela legislação educacional brasileira, isto é, o que está previsto a esse respeito nessa legislação. Esta análise evidenciou que há diferenças significativas entre a legislação federal, estadual e municipal, tanto no que diz respeito ao alcance quanto à abrangência das normas. Essas diferenças afetam a forma como a violência escolar é tratada em cada nível de governo. Destaca-se a legislação federal, que possui alcance nacional e estabelece diretrizes gerais para a educação e segurança nas escolas, a exemplo da Lei nº. 13.185/2015, que institui o Programa de combate ao *bullying* e inclui o *cyberbullying*.

As leis estaduais, por sua vez, complementam as diretrizes federais, podendo criar normas específicas conforme as necessidades locais, como, por exemplo, a Lei nº. 21.881/2023 do estado de Goiás, que institui a Política estadual de prevenção e combate à violência escolar. Já a legislação municipal cria normas mais específicas para a realidade local, como campanhas de conscientização e medidas de valorização dos professores, como a Lei Ordinária nº. 2438/2023, de Boa Vista/RR, que institui uma campanha de combate à violência no ambiente escolar e valorização do professor.

Apesar dos esforços apurados através da análise documental, a violência em rede, especialmente, o *cyberbullying*, ainda recebe pouca atenção das leis estaduais e municipais, demonstrando a necessidade de aprofundar e propor políticas públicas que tratem dos impactos das mídias digitais na escola, gerando, reproduzindo ou disseminando a violência, em suas mais variadas formas.

Em seu conjunto, as leis analisadas, principalmente a Lei nº. 14.811/2024, reconhecem o *cyberbullying* como um problema emergente, mas a regulamentação sobre como preveni-lo e combatê-lo ainda é escassa e limitada. A espetacularização da violência nas mídias somada à

falta de preparo institucional e à insuficiência de formação da comunidade escolar dificulta o enfrentamento pelos professores da influência da violência impulsionada por mídias digitais e sociais diversas na dinâmica escolar.

Apesar da existência de leis e decretos, muitas vezes desconhecidos na escola, a abordagem sobre a violência midiática ainda é superficial, com pouca orientação prática para lidar com o problema no ambiente escolar. Este quadro reforça a necessidade de políticas mais detalhadas e programas específicos de formação para educadores e alunos, a fim de combater o impacto da violência oriunda das mídias e do *cyberbullying* nas escolas.

As leis que tratam da violência midiática, especialmente no contexto escolar, propõem medidas voltadas à prevenção, combate e responsabilização em casos de *cyberbullying*, discurso de ódio e outras formas de agressão digital. No entanto, sua abordagem ainda é fragmentada, com foco maior no *bullying* e no uso das tecnologias como ferramenta educacional, sem regulamentação específica e aprofundada para lidar com o impacto das mídias digitais na violência escolar.

Portanto, não há responsabilização de plataformas digitais e redes sociais por conteúdos violentos ou mesmo responsabilização nos casos de *cyberbullying*, que ainda dependem de denúncias e de interpretações da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e do Código Penal.

A falta de capacitação dos professores e gestores escolares para lidar com casos de violência digital de forma efetiva demonstra que o avanço ainda é lento. As leis atuais propõem medidas preventivas e educativas para lidar com a violência midiática, mas apresentam déficit na aplicação, especialmente no que tange à regulamentação do conteúdo *on-line* e ao acompanhamento de casos de *cyberbullying*.

Em contrapartida, fontes documentais alternativas, como fóruns, sindicatos e organizações sociais, oferecem um olhar mais crítico e contextualizado sobre a violência escolar e a violência midiática. Enquanto a legislação aborda o assunto de forma normativa, as fontes alternativas permitem compreender como as políticas são aplicadas na realidade das escolas.

Os fóruns de debates e sindicatos oferecem relatos diretos de professores e gestores, apontando dificuldades na aplicação das legislações e propondo soluções que não estão necessariamente previstas nos documentos normativos. Os documentos oficiais priorizam a violência física e psicológica, mas ignoram, em grande parte, os impactos da violência midiática dentro das escolas. Nesse cenário, as fontes alternativas são fundamentais para contrapor a visão

normativa dos documentos oficiais e fornecer um panorama mais realista sobre os desafios enfrentados pelas escolas.

Esses resultados são complementados pelo apurado na pesquisa bibliográfica, pautada em dois objetivos específicos, mapear as relações entre mídia e violência escolar apontadas pela literatura educacional nos últimos cinco anos e sob qual viés epistemológico, considerando-se as diferentes mídias popularizadas ao longo desse período, e perscrutar possíveis relações entre abordagem de ensino e violência na escola.

A pesquisa bibliográfica evidenciou a existência de uma quantidade significativa (847 trabalhos) de estudos acadêmicos sobre violência escolar e docência, mas a maioria (836 trabalhos) não aborda as mídias como veículo dessa violência em sala de aula, o estudo confirmou a necessidade de uma abordagem pedagógica crítica e reflexiva que considere as influências das mídias digitais sobre a violência escolar. Os referenciais teóricos de Debord (1967), Belloni (2009) e Zuin (2015) ajudam a compreender como essas dinâmicas se entrelaçam e abordam tanto o ambiente educacional quanto as relações entre professores e alunos e como essas relações vêm sofrendo com as mudanças através das novas formas de comunicação perante as mídias digitais.

Por meio da pesquisa bibliográfica, identificou-se que a mídia, especialmente as mídias sociais, influencia significativamente a violência no ambiente escolar a partir de três dimensões principais, a primeira é a amplificação e espetacularização da violência, trabalhos como T3, T8 e T11 sinalizaram que a mídia contribui para a visibilidade exagerada da violência escolar, transformando-a em um espetáculo, como descrito por Debord (1967). A veiculação constante de notícias sobre violência, bem como a circulação de conteúdos violentos em redes sociais, reforça comportamentos agressivos e normaliza a violência como parte da rotina escolar.

A segunda dimensão é encontrada na desvalorização da escola e do professor, evidenciando que a mídia também pode contribuir para fragilizar a imagem da escola e da autoridade docente, assim retratada por T8: “Sim. “Há também por parte da mídia uma depreciação da escola e, concomitantemente, uma depreciação do professor o que acaba por enfraquecer sua autoridade diante dos saberes escolares”. Essa depreciação afeta o respeito dos alunos e da comunidade escolar para com os educadores, corroborando a crítica de Zuin (2015), à crise da autoridade pedagógica na cultura digital, intensificada por discursos midiáticos que descredibilizam o papel da escola.

A terceira dimensão que emergiu da pesquisa bibliográfica é referente ao *cyberbullying* e à violência virtual, em que a mídia digital surge como meio e lugar para novas formas de

violência, como demonstrou o T11. Essas práticas são uma extensão da violência física e simbólica do cotidiano escolar e ocorrem muitas vezes sem a mediação dos adultos, exigindo novas formas de intervenção e prevenção.

Referente às relações entre abordagem de ensino e violência na escola, a pesquisa também apontou que a forma como o ensino é conduzido impacta diretamente as dinâmicas de violência na escola. Através da formação docente, trabalhos como T1, T4, T7 e T10 destacaram que a ausência de formação específica sobre violência escolar e práticas pedagógicas dificultam a mediação de conflitos por parte dos professores. O despreparo dos docentes contribui para a escalada da violência, pois muitos podem não saber como agir diante de agressões ou comportamentos agressivos.

Desta forma as necessidades de abordagens inclusivas e dialógicas, centradas no diálogo, na escuta ativa e na construção coletiva de regras, como os “Círculos de Paz” mencionados por T7, revelaram potencial para reduzir a violência e fortalecer o vínculo entre professor e aluno. Este aspecto corrobora com os apontamentos de Zuin (2015) sobre a importância de ressignificar a autoridade pedagógica em tempos de conflitos digitais intensos.

Diante disso, percebe-se que há um descompasso entre a realidade dos alunos em contextos de violência e vulnerabilidade, como demonstrado por T5 e T6. Esses trabalhos evidenciam a abordagem pedagógica tradicional, que é centrada apenas em conteúdos de forma rígida, essa forma de ensino revela-se além de insuficiente, insensível às complexas demandas sociais e emocionais desses estudantes. A falta de reconhecimento da realidade social dos estudantes pode gerar sentimentos de exclusão, contribuindo para a indisciplina e a violência.

Essas relações entre professores, alunos e escola demonstram que mídia, violência escolar e profissão docente estão profundamente entrelaçadas e que o enfrentamento da violência depende necessariamente de um reposicionamento pedagógico aliado à formação para uma leitura crítica das mídias.

Na tentativa de ir além do âmbito documental, implementou-se uma pesquisa de campo com o objetivo específico de averiguar como vem sendo tratada a violência dentro das instituições de ensino e como professores e gestores veem a violência protagonizada pelo aluno na escola e a relação entre essa violência e as mídias digitais. De acordo com os resultados obtidos, a falta de atenção familiar (90,5%) é o principal fator associado à violência escolar, seguida de motivos socioeconômicos, uso frequente da internet sem supervisão e a influência de conteúdos midiáticos (47,6% cada). As agressões verbais e o *bullying* (42,9%) são as formas

mais frequentes de violência nas escolas, com apenas (4,8%) indicações de agressões físicas e ameaças.

Nesse contexto, a maioria dos professores (76,2%) reconhece a relação entre mídia e violência escolar, apontando que a exposição a conteúdos violentos e a falta de supervisão contribuem para comportamentos agressivos. O *cyberbullying* foi identificado como uma das principais formas de violência digital (38,1%). A combinação de fatores familiares e midiáticos é vista como a principal causa da violência nas escolas, sugerindo a necessidade de uma abordagem educacional crítica e reflexiva que envolva tanto a supervisão sobre o uso das mídias digitais quanto a conscientização sobre os impactos da violência digital.

De modo geral, os resultados angariados nas três etapas do desenvolvimento deste trabalho investigativo corroboram com a premissa de que o tema investigado - mídia, violência escolar e profissão docente - reflete a complexidade da violência sofrida nas escolas, associada a múltiplos fatores como a influência da mídia, falta de estrutura familiar e a fragilidade nas relações interpessoais entre alunos e professores. Nesta direção, a pesquisa bibliográfica demonstrou, à luz de estudos como Debord (1967) e Zuim (2015), que a mídia e a cultura digital exercem um papel central na intensificação dos comportamentos violentos, criando um ambiente em que a exposição constante à violência midiática e o uso de tecnologias digitais sem supervisão agravam a dinâmica escolar.

Do mesmo modo, a pesquisa de campo evidencia que a maioria dos professores reconhece a influência midiática e o impacto do *cyberbullying* nas interações sociais. As formas mais comuns de violência relatadas foram agressões verbais e *bullying*, com destaque para o uso desmedido de redes sociais como catalisador de conflitos. Os educadores também apontaram a vulnerabilidade dos alunos diante da mídia violenta, indicando que a mídia não apenas reproduz comportamentos violentos, mas também molda a percepção dos alunos sobre o que é natural ou glamouroso.

Adicionalmente, a análise documental revelou que, embora existam políticas públicas voltadas para a prevenção da violência escolar, elas nem sempre dialogam com as rápidas mudanças tecnológicas e as influências da cultura digital, o que limita sua eficácia na contenção de novos desafios.

Conclui-se que é essencial uma articulação entre família, escola e políticas públicas para enfrentar a violência escolar de forma abrangente. Em resposta à sétima pergunta do questionário aplicado, “Qual ação a escola poderia tomar para prevenir a violência protagonizada pelo aluno?”, 38,1 % dos professores mencionaram que a ação conjunta com as

famílias é uma forma eficaz de combater a violência sofrida nas escolas, sinalizando, dessa forma, que, para a comunidade escolar, a violência praticada pelos alunos contra professores e outros estudantes é uma questão complexa. A falta da presença efetiva dos pais na vida dos filhos é um indicador, demonstrando que a falta de representação familiar na vida dos estudantes somada ao consumo digital desmedido, em que a violência é naturalizada e banalizada, é um conjunto de fatores que muito contribui para o crescente número de atos violentos de estudantes as escolas e para a desumanização desses jovens imersos nas mídias digitais, sem supervisão e sem acesso a uma educação digital que possibilite formar uma juventude mais consciente criticamente sobre os fazeres e deveres da vida *on-line*.

Sendo assim, uma possível resposta à questão que motivou esta pesquisa, a saber, como professores e gestores veem o crescente número de ataques às instituições de ensino, em que medida a violência escolar protagonizada pelo aluno na escola se relaciona às mídias digitais e como esse quadro afeta a profissão docente?, é que os professores percebem o aumento de ataques nas instituições de ensino como manifestação de uma crise mais ampla na sociedade, que envolve não apenas o ambiente escolar, mas também as mídias digitais e o comportamento dos alunos fora da escola.

Consequentemente, a escola se torna um ambiente hostil para os professores que precisam lidar com a precarização da profissão docente somada à sensação de perigo constante, afetando de maneira perturbadora a mediação com os estudantes e a vida tanto profissional quanto pessoal dos professores. Em tempos de mercantilização da vida e da arte, ser professor e educar para a sensibilidade e para o pensamento crítico e reflexivo é, antes de tudo, um ato de resistência, seja no Brasil ou no mundo. O fortalecimento das práticas pedagógicas, o uso crítico das mídias e a capacitação dos professores para lidar com o impacto das novas tecnologias são fundamentais para reduzir os índices de violência e restaurar a relação aluno-professor.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Miriam e RUA, Maria das Graças. **Violências nas escolas**. Brasília: Unesco, Coordenação DST/AIDS do Ministério da Saúde, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça, CNPq, Instituto Ayrton Senna, Unaid, Banco Mundial, USAID, Fundação Ford, Consed, Undime, 2002. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000128717>. Acesso: 13 dez. 2024.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 1. ed. 3. reimpr. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2016.
- BELLONI, Maria Luisa. Estética da violência. **Comunicação & Educação**, [S. l.], n. 12, p. 43-48, 1998. DOI: 10.11606/issn.2316-9125.v0i12p43-48. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/36357>. Acesso: 9 abr. 2023.
- BRASIL. **Lei n.º 13.185**, de 06 de novembro de 2015. Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (*Bullying*). Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em <https://encurtador.com.br/yoEZY>. Acesso: 02 set. 2024.
- BRITO, Rodrigo Martins de; FRANCISCO, Marcos Vinicius. Programas de combate à violência escolar no Paraná: um estudo de revisão. **Revista Educação em Foco**, Universidade Federal de Juiz de Fora, v. 26, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/edufoco/article/view/35703>. Acesso em: 30 jun. 2025.
- CARAPEBA, Guilherme de Oliveira Lima. **O bullying escolar e a formação do professor na licenciatura em pedagogia: um estudo de caso**. 2020. 134 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Oeste Paulista, Presidente Prudente, 2020. Disponível em: <http://bdtd.unoeste.br:8080/jspui/handle/jspui/1288>. Acesso: 19 set. 2024.
- CASTELO, Rodrigo. Supremacia rentista no Brasil neoliberal e a violência como potência econômica. **Universidade e sociedade**, 2017. Disponível em: <https://www.unirio.br/cchs/ess/Members/rodrigo.castelo/artigos/supremacia-rentista-no-brasil-neoliberal-e-a-violencia-como-potencia-economica/view>. Acesso: 30 jan. 2025.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 9. ed. rev. ampl. São Paulo: Paz e Terra, 2006.
- CHAUÍ, Marilena. **Simulacro e poder**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.
- COÊLHO, Ildeu. Filosofia, educação, cultura e formação. **Educação, cultura e formação: o olhar da filosofia**. Goiânia, GO: Ed. PUC Goiás, 2009.
- COSTA, Carine; OJEDA, Caroline; LOPES, Rosemara. Plataformização na educação superior pública e seus efeitos no Brasil. **Colloquium Humanarum**, v. 22, n. 1, p. 1- 18, 2025. Disponível em: <https://journal.unoeste.br/index.php/ch/article/view/5047>. Acesso: 14 jul. 2025.
- DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Trad. Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1967.

DELEUZE, Gilles. “**Post-scriptum sobre as sociedades de controle**”. In: Conversações. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

FACCI, Marilda Gonçalves Dias. A violência na escola. Fractal: **Revista de Psicologia**, v. 31, n. 2, p. 130-142, maio-ago. 2019. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/fractal/article/view/5647/17146>. Acesso: 19 set. 2024.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir, história da violência nas prisões**. Petrópolis: Vozes, 1977.

FRANCISCO, Marcos Vinicius. **A construção social da personalidade de adolescentes expostos ao bullying escolar e os processos de “resiliência em si”**: uma análise histórico-cultural. 2013. 266 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2013. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/entities/publication/d1aebc62-a957-4582-81e2-dad41813b3dd>. Acesso: 20 nov. 2024.

FRANCISCO, Marcos Vinicius; LIBÓRIO, Renata Maria Coimbra. Um Estudo sobre *Bullying* entre Escolares do Ensino Fundamental. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 200-207, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/prc/v22n2/v22n2a05.pdf>. Acesso: 19 set. 2024.

FRANCISCO, Marcos Vinicius; COIMBRA, Renata Maria. Análise do bullying escolar sob o enfoque da psicologia histórico-cultural. **Estudos de Psicologia**, v. 20, n. 3, p. 184-195, jul./set. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/epsic/a/Spkmh7NbDXJrVzpLHvkVjKx/abstract/?lang=pt#>. Acesso: 19 set. 2024.

GATTI, Bernardete Angelina; BARRETO, Elba Siqueira de Sá; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso; ALMEIDA, Patrícia Cristina Albieri. **Professores do Brasil**: novos cenários de formação. Brasília: Unesco 2019.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA (MDHC). **Disque 100**: 2023 registra aumento de cerca de 50% para violência nas escolas em comparação a 2022. Educação e Cultura. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/novembro/disque-100-2023-registra-aumento-de-cerca-de-50-para-violencia-nas-escolas-em-comparacao-a-2022>. Acesso: 20 nov. 2024.

MOTA, Natália Schausst Lima; GOIS, Marcos Lúcio Souza. Pesquisas sobre violência na escola e a mídia. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 39, 2023. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmninnibpcapjcgclclefindmkaj/file:///C:/Users/Su/Downloads/nKtQVW5BLrSJZPz9CBTcWmx.pdf>. Acesso: 19 set. 2024.

NANCY, Jean-Luc. O vestígio da arte. In: HUCHET, Stéphane. **Fragmentos de uma teoria da Arte**. São Paulo: Edusp, 2012.

NEGRET, Fernandez, Fernando; PINHEIRO do Nascimento, Elimar. Prioridades socioambientais em bairros de Goiânia-Goiás. **Revista Redes**, v. 20, n. 3, p. 365-390, set./dez. 2015. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=552056814020>. Acesso: 20 jun. 2024.

PASSERI, Helen Jane. **Violência escolar na perspectiva dos professores participantes dos círculos de construção de paz**. 2021. 123 f. Dissertação (Mestrado em Ensino) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Foz do Iguaçu, 2021. Disponível em: <https://tede.unioeste.br/handle/tede/5351>. Acesso: 19 set. 2024.

PATROCINO, Laís Barbosa; BEVILACQUA, Paula Dias. O que nudes e divulgação não autorizada de imagens íntimas têm a lembrar à escola? **Educ. Pesqui.** São Paulo, v. 49, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/NPx5j5g6qJFR5TBhfQb4xTD/abstract/?lang=pt>. Acesso: 19 set. 2024.

PONTES, Stella Crisanto. **Violência no trabalho de professores da educação básica de Santa Cruz/RN**. 2019. 100f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) - Faculdade de Ciências da Saúde do Trairi, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/items/195fa243-553b-4ef5-ad4c-f15f7c5d2be2>. Acesso: 19 set. 2024.

QUEIRÓZ, Elma Cristina Pessoa de; ANDRADE, Suzane Oliveira de; LOPES, Rosemara P. Práticas de *cyberbullying* pelo *WhatsApp* em ambiente escolar. In: SIMPÓSIO DE ESTUDOS E PESQUISAS DA FEUFG, 26, 2024, Goiânia. **Anais [...]**. Goiânia, GO: Faculdade de Educação da UFG, 2024. p. 109-110.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível: estética e política**. São Paulo. Editora 34, 2009.

ROSA, Maria Aparecida Lima Piai. **O sintoma violência na escola sob a perspectiva do professor: estudo de caso**. 2019.187 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-10122019-104522/pt-br.php>. Acesso: 13 mai. 2025.

SANTOS, Luana Caroline dos. **Violência armada e escola pública: desafios à atuação do professor em favelas do Rio de Janeiro**. 2022. 100 f. Dissertação (Mestrado em Educação, Cultura e Comunicação) - Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2022. Disponível em: <http://www.bdtd.uerj.br/handle/1/18979>. Acesso: 19 set. 2024.

SIBILIA, Paula. **O show do eu: a intimidade como espetáculo**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2008.

SIMÃO, Anita Iracema. **Educação em direitos humanos e violência escolar: cartografia das escolas de São Bernardo do Campo/ SP (2018-2020)**. 2021. 172 f. Dissertação (Mestrado em Ensino, História e Filosofia das Ciências e Matemática) - Universidade Federal

do ABC, Programa de Pós-Graduação em Ensino, História e Filosofia das Ciências e Matemática, Santo André, 2021. Disponível em: http://biblioteca.ufabc.edu.br/index.php?codigo_sophia=122176. Acesso: 13 mai. 2025.

TRAPP, Edgar Henrique Hein. **O ensinante entre os processos de ensino e a violência da escola**. 2019.117 f. Dissertação (Mestrado em Ensino) – Curso de Ensino, Universidade do Vale do Taquari - Univates, Lajeado, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10737/2883>. Acesso: 19 set. 2024.

TRINDADE, Alcione Melo. Menezes, Jaileila Araújo. (2013). Intimidações na adolescência: expressão da violência entre pares na cultura escolar. **Psicologia & Sociedade**, v. 25, n.1, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/zQsHtg63hbg6WQQhF67mKGt/>. Acesso: 19 set. 2024.

VINHA, Telma Pileggi; NUNES, Cesar Augusto Amaral. As agressões do aluno ao professor: cenários e possibilidades de intervenção na escola. **Educação Unisinos**, v. 24, 2020. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/file:///C:/Users/Su/Downloads/editor,+1_18589.pdf. Acesso: 19 set. 2024.

ZANOLLA, Silvia Rosa Silva. Educação e barbárie: aspectos culturais da violência na perspectiva da teoria crítica da sociedade. **Sociedade e Cultura**. Goiânia, v. 13, n. 1, p. 117-123, jan./jun. 2010. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/11182>. Acesso: 19 set. 2024.

ZUIN, Antônio Álvaro Soares. Autoridade pedagógica em tempos de cultura digital. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, v. 29, n. 58, p. 745-769, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/26187/18047>. Acesso: 15 mar. 2024.

APÊNDICE A - Modelo do ofício enviado às escolas

SEDUC
Secretaria de Estado
da Educação



TERMO DE ANUÊNCIA DA INSTITUIÇÃO

A *Secretaria de Estado da Educação – SEDUC*, está de acordo com a execução do projeto de pesquisa intitulado *Mídia, Violência Escolar e Profissão Docente*, coordenado pelo(a) pesquisador(a) *Profa. Dra. Rosemara Perpetua Lopes*, desenvolvido em conjunto com o pesquisador *Suzane Oliveira Andrade* na **Universidade Federal de Goiás**.

A *Secretaria de Estado da Educação – SEDUC*, assume o compromisso de apoiar o desenvolvimento da referida pesquisa pela autorização da coleta de dados durante os meses de (*Janeiro 2023*) até (*Setembro 2024*).

Declaramos ciência de que nossa instituição é coparticipante do presente projeto de pesquisa, e requeremos o compromisso do(a) pesquisador(a) responsável com o resguardo da segurança e bem-estar dos participantes de pesquisa nela recrutados.

Serão convidadas a participar do estudo todas as escolas públicas estaduais localizadas em bairros socioeconomicamente carentes de Goiânia, professores e gestores pertencentes a estas escolas.

Goiânia, .13..... denovembro..... de 2023.....

Assinatura/Carimbo do responsável pela instituição pesquisada

Endereço: Av. Quinta Avenida, quadra 71, número 212, Setor Leste Vila Nova, Goiânia (GO), CEP 74643-030 - Telefone Geral: (62) 3220-9500 das **08h às 12h** e das **14h às 18h**, de segunda a sexta-feira- e-mail: gabinete@seduc.go.gov.br

APÊNDICE B - Questionário aplicado aos professores(as)

1. Há políticas públicas de prevenção e combate à violência dentro da escola em que você trabalha? Escolha uma alternativa.
2. Na escola em que você trabalha, há registro de caso de violência de aluno contra aluno?
 - 2.1 Na escola em que você trabalha, há registro de caso de violência de aluno contra professor(a)?
 - 2.2 Na escola em que você trabalha, há registro de caso de violência de professor(a) contra aluno?
3. Na sua opinião, qual o principal fator que motiva a violência do aluno na escola e/ou em sala de aula?
4. Quais as manifestações de violência mais frequentes vindas dos alunos?
5. Você professor(a) vê relação entre violência escolar e mídia?
 - 5.1 Se assinalou “sim”, aponte a relação (uma ou mais):
6. De que forma as mídias digitais podem contribuir para a violência escolar?
7. Qual ação a escola poderia tomar para prevenir a violência protagonizada pelo aluno?
8. Na sua opinião, porque um aluno se torna violento na escola, a ponto de agredir outros alunos ou ferir um professor(a)?
9. A violência escolar afeta o(a) professor(a)? Se sim de que modo?
10. Você já foi vítima de violência escolar?
 - 10.1 Se desejar, conte-nos como foi?

APÊNDICE C- Quadro de sistematização de análise da pesquisa bibliográfica

Pesquisa bibliográfica: sistematização do trabalho de análise

Objetivos específicos a serem atendidos pela pesquisa bibliográfica:

- Mapear relações entre mídia e violência escolar apontadas pela literatura educacional nos últimos cinco anos e sob qual viés epistemológico, considerando-se as diferentes mídias popularizadas ao longo desse período.
- Perscrutar possíveis relações entre abordagens de ensino e violência na escola.

Total de trabalhos incluídos (ou selecionados): 11

O que buscar nos trabalhos:

Id.	Elemento A: Relações entre mídias e violência escolar (se existe ou não e como se apresenta) 1) O trabalho relaciona mídia(s) e violência escolar? a (Sim ou não) 2) Se o trabalho relaciona mídia e violência escolar, quais relações são apontadas ou onde se encontram no trabalho analisado? <u>Se não souber identificar a relação, deve ao menos informar quais elementos do texto (trecho considerado) permitem essa compreensão.</u>	Elemento B: Viés epistemológico da relação entre mídias e violência escolar As relações entre mídias e violência escolar aparecem no trabalho sob qual viés epistemológico? <u>Viés epistemológico: perspectiva teórica (o olhar do pesquisador para o objeto investigado ou objeto/tema da pesquisa)</u> Possíveis vieses: crítico; não crítico; psicologia (psicanálise), sociologia, filosofia, história e outros. Considerar o referencial teórico do estudo (contém pistas do viés epistemológico do estudo)	Elemento C: Relações entre abordagens de ensino e violência escolar 1) Verificar se o trabalho relaciona <u>ensino (sala de aula, atividades pedagógicas, metodologia da aula ou do professor)</u> à violência escolar. Possível local de busca no trabalho: resultados (discussão e análise) e considerações finais. 2) Caso relacione, quais relações são estabelecidas ou onde elas se encontram no trabalho analisado.
T1	Não relaciona mídia e violência escolar,	Não relaciona mídia e violência escolar.	“pelo modo como as classes são

	porque não aborda a mídia, ao investigar violência escolar.		compostas, pela atribuição de notas, pelas regras autoritárias e destituídas de significados, pelas palavras desdenhosas dos adultos, pelas punições e os atos tomados pelos alunos como injustos ou racistas, entre outros.” (p. 3)
T2	Não faz referência direta às mídias	Não relaciona mídia e violência escolar	“A relação direta entre processo ensino-aprendizagem e violência na escola foi mencionada em apenas seis dos 31” (p. 8 e 9)
T3	Sim. “a pesquisa mapeou trabalhos que examinaram o papel das mídias na concepção, na compreensão e na divulgação de casos de violência ocorridos em ambiente escolar” (p.01)	Não crítico	Não relaciona
T4	Não relaciona	Não relaciona mídia e violência escolar	“Ensinar e aprender: quando a violência da escola se faz presente, indicou situações desmotivacionais que prejudicam a aprendizagem do aluno, assim como determinadas dificuldades do professor manter um controle em sala de aula, produzindo violências simbólicas contra seus alunos” (p. 05)
T5	Não relaciona	Não relaciona mídia e violência escolar	Não relaciona
T6	Não relaciona	Não relaciona mídia e violência escolar	Não relaciona
T7	Não relaciona	Não relaciona mídia e violência escolar	“Tendo em vista o caráter multifacetado da violência e conscientes de que a violência escolar não é exclusivamente escolar, pois exprime uma espécie de afirmação, pela violência, do direito a ser reconhecido, em situações de extrema desvantagem, decorrentes do estigma (PRIOTTO; BONETI, 2009, p. 164), faz-se necessário delinear alguns tipos de violências encontradas no ambiente educacional.” (p. 30)
T8	Sim. “Há também por parte da mídia	Viés: crítico; psicologia e filosofia	“por meio da história da educação, das

	uma depreciação da escola e, concomitantemente, uma depreciação do professor o que acaba por enfraquecer sua autoridade diante dos saberes escolares” (p. 151)		minhas experiências como aluna no modelo tradicional de escola e dos mais diversos relatos de experiências de outras pessoas sobre o processo educativo -pude perceber que neles o ambiente escolar sempre era descrito como algo permeado por relações de poder e de violência.” (p. 14)
T9	Não relaciona	Não relaciona mídia e violência escolar	Não relaciona
T10	Não relaciona	Não relaciona mídia e violência escolar	“Corroborando a ideia, Estrela (2002) entende que a indisciplina pode ocorrer quando há, por parte dos alunos, a ruptura das regras necessárias ao processo pedagógico, pois esses entendem que na maioria das vezes estas são impostas de forma autoritária pelos professores. Ainda, Alves Neto e Yaegashi (2017, p. 97) colocam que se devem considerar alguns fatores relacionados à postura do professor “tais como permissividade, indiferença, autoritarismo, falta de confiança mútua, normas vagas e procedimentos desajustados, com diretivas pouco precisas, falha na comunicação etc.”. (p. 48)
T11	Sim. “em oposição à tentativa da escola de padronizar os comportamentos, adolescentes buscam uma identidade e são influenciadas(os) também por outras pedagogias, sobretudo pelas mídias de comunicação. Nesse sentido, Louro (2000) menciona o pânico moral pelo fato de jovens, por meio do acesso a conteúdo sexual disponibilizado na mídia, adotarem comportamentos que não são infantis o suficiente na percepção escolar. Esse contexto	crítico, sociológico e filosófico	“Foi possível observar, portanto, como a condenação da sexualidade por parte de mulheres se reproduz no âmbito das instituições de ensino. O silêncio sobre o direito à livre manifestação da sexualidade e sobre as situações de violência e a culpabilização de meninas encontra, na dicotomização entre os perfis de boa aluna e “vadia”, uma consequência.” (p. 12)

	certamente se acentua com a difusão do acesso à internet.” (p. 8)		
--	---	--	--

Fonte: Elaborado pela autora, 04/09/2024.

APÊNDICE D - Quadro de sistematização de leitura

Pesquisa bibliográfica - tratamento de dados

Bases de dados consultadas: Capes; BDTD; *Scielo*

Total de trabalhos incluídos (selecionados): 11

Total de trabalhos incluídos por base de dados: Capes 3; BDTD 7; *Scielo* 1

Data inicial e data final do levantamento: 10/09/2024 a 19/09/2024.

Trabalho 1= T1, T2, T3.

PLANILHA DE SISTEMATIZAÇÃO DE LEITURA DOS TRABALHOS

Aplica-se aos trabalhos incluídos ou selecionados

Id.	Título do trabalho	Autoria Nome completo do autor; pode abreviar nomes do meio; se houver mais de um, separar por ponto e vírgula	Ano de publicação	Objetivo geral Ao copiar e colar o texto do objetivo, indicar o número da página da qual foi extraído e inserir na planilha o texto entre aspas Exemplo: “...” (p. 00)	Metodologia: tipo de pesquisa Em caso de pesquisas de campo, informar locais de coleta, número e tipo de participantes Tipos de pesquisa: documental, pesquisa de campo do tipo estudo de caso, pesquisa-ação, pesquisa etnográfica ou outro	Conclusão Síntese ou principais pontos da conclusão a qual chegou o estudo sobre o tema abordado Adotar o mesmo procedimento verificado na coluna “Objetivo geral” para texto copiado	Região Sigla da região do país na qual foi produzido o estudo Norte: N Nordeste: NE Centro-Oeste: CO Sudeste: SE Sul: S	Instituição Sigla da instituição a qual está vinculado o estudo	Local/data de acesso Link e data de acesso ao trabalho <u>Modelo:</u> Disponível em: ... Acessado em: 19 set. 2024
T1	As agressões do aluno ao professor:	Cesar Augusto Amaral Nunes;	2020	“analisar pesquisas sobre a violência	Ensaio	“Algumas medidas preventivas	SE	(GPEM)/Instituto Unibanco	Disponível em: https://www-

	cenários e possibilidades de intervenção na escola	Telma Pileggi Vinha		do aluno contra o professor e apresentar possibilidades de intervenções na escola, com propostas coordenadas para minimizar e prevenir esse tipo de violência.” (p. 01)		parecem contribuir para mudança e prevenção desses problemas na escola, mas é preciso, antes de mais nada, reconhecer que não existe uma receita “simples” que funcione automaticamente, porque os princípios mais eficazes de enfrentamento exigem uma adaptação em função do contexto, da rede de apoio existente, das características do coletivo de alunos, da personalidade e estilo do professor e da história compartilhada” (p. 09)			periodicos-capes.gov-br.ezl.periodicos.capes.gov.br/index.php/acervo/buscaador.html?q=As+agress%C3%B5es+do+aluno+ao+professor%3A+cen%C3%A1rios+e+possibilidades+de+interven%C3%A7%C3%A3o+na+escola . Acessado em: 19 set. 2024
T2	O adoecimento do professor frente à violência na escola	Marilda Gonçalves Dias Facci	2019	“o objetivo deste artigo é apresentar os resultados de uma pesquisa realizada com	Pesquisa de Campo: a pesquisa foi feita com 31 professores do ensino	“Concluiu-se que, embora a violência física e verbal esteja presente na escola,	S	UEM Paraná,	Disponível em: https://periodicos.ufpr.br/fractal/article/view/5647/17146 Acessado em: 19

				professores sobre a questão do adoecimento do professor provocado pela violência na escola” (p. 001)	fundamental de uma cidade do norte do Paraná	os professores analisam que o adoecimento está vinculado ao acirramento das condições de trabalho vivenciado na atualidade, havendo, segundo os pressupostos da Psicologia Histórico-Cultural, uma cisão entre sentido e significado na atividade docente.” (p. 01)			set. 2024
T3	Pesquisas sobre violência na escola e a mídia	Marcos LS Gois; Natália Schausst Lima Mota	2023	“artigo é contribuir para a discussão sobre a temática proposta, ao apresentar dados de pesquisas que auxiliam na discussão sobre violência na escola e mídia”. (p. 02)	Revisão de literatura	“um conjunto de textos que apresentam concepções distintas do fenômeno violência nos espaços educacionais, tornando-se reflexões e análises importantes sobre a influência que as mídias exercem na percepção que a sociedade tem do tema “violência na	CO	UFGD	Disponível em: https://www-periodicos-capes.gov-br.ezl.periodicos.capes.gov.br/index.php/acervo/buscaador.html?task=detalhes&source=&id=W4385587490 Acessado em: 19 set. 2024

						escola”. (p. 12)			
T4	O ensinante entre os processos de ensino e a violência Da escola	Trapp; Edgar Henrique Hein; Schwertner; Suzana Feldens	2019	“O objetivo foi analisar o olhar do professor sobre o processo de ensino, enquanto envolvido no fenômeno da violência da escola.” (p. 02)	Pesquisa Qualitativa	“A dissertação concluiu que há a necessidade de discussões com os professores no intuito de contribuir para o esclarecimento da circulação da violência dentro do ambiente escolar, bem como a diferenciação das violências no espaço institucional” (p. 05)	S	UNIVATES	Disponível em: https://www.univates.br/bdu/items/1bdc-d695-154d-4df0-a437-bbc96aa4605b Acessado em: 19 set. 2024
T5	Violência armada e escola pública: desafios à atuação do professor em favelas do Rio de Janeiro	Luana Caroline dos Santos	2022	“é analisar a perspectiva de professores que atuam em escolas públicas em algumas favelas do Rio de Janeiro acerca dos impactos da violência armada sobre o seu trabalho, antes e depois da pandemia do novo coronavirus” (p. 07)	Pesquisa empírica	“o trabalho ressalta a importância de o tema ser debatido nos cursos de formação de professores, assim como de o Estado garantir um ambiente seguro (fisicamente e psicologicamente) para a atuação destes profissionais.” (p. 07)	SE	UERJ	Disponível em: https://www.bdtd.uerj.br:8443/handle/1/18979 Acessado em: 19 set. 2024
T6	Educação em direitos humanos e violência escolar:	Anita Iracema Simão	2021	“O objetivo geral desta dissertação é investigar as	Pesquisa de campo A pesquisa de campo foi	“à pesquisa mostrou-se as multifaces dessa	SE	UFABC	Disponível em: https://biblioteca.ufabc.edu.br/index.ht

	Cartografia das escolas de São Bernardo do campo/ SP			diferentes formas de violência nas escolas envolvendo estudantes e professores do ensino fundamental II e médio e desenvolver propostas de ações que minimizem a violência nas escolas” (p. 11)	realizada em escolas públicas estaduais da cidade de São Bernardo do Campo, no ABC paulista. grupos de professores e de alunos. 900 alunos e 113 professores	violência em expressões de racismo, machismo, misoginia, feminicídio, homofobia, rivalidades étnicas religiosas, xenofobia e o ultranacionalismo” (p. 11)			ml Acessado em: 19 set. 2024
T7	Violência escolar na perspectiva das professoras Participantes dos círculos de construção de paz	Passeri, Helen Jane	2021	“identificar o impacto da violência escolar no ensino na perspectiva das professoras participantes dos Círculos de Construção de Paz.” (p. 08)	Pesquisa Qualitativa	“A conclusão desta dissertação aponta para a necessidade de uma maior articulação do núcleo regional de educação de Foz do Iguaçu - NRE com os setores de atendimento à criança e ao adolescente, tanto na esfera municipal quanto estadual e federal, visando um atendimento integral dos estudantes, principalmente os que sofrem violências oriundas de vulnerabilidades sociais e econômicas, necessitando de	S	Unioeste	Disponível em: https://tede.unioeste.br/handle/tede/535 1 Acessado em: 19 set. 2024

						recursos para além do âmbito educacional” (p. 20)			
T8	O sintoma violência na escola Sob a perspectiva do professor: Estudo de caso	Maria Aparecida Lima Piai Rosa	2019	“O objetivo do trabalho é discutir a violência na escola na perspectiva do Professor” (p. 14)	Estudo de Caso	“Concluimos que a mídia tem uma parcela de responsabilidade na depreciação da escola e do papel do professor, assim, como a escassez de políticas públicas favoráveis e de posturas proativa por parte dos governantes” (p. 07)	SE	USP	Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-10122019-104522/pt-br.php Acessado em: 19 set. 2024
T9	Violência no trabalho de professores da educação básica de Santa Cruz/RN	Stella Crisanto Pontes	2019	“O objetivo geral deste estudo consistiu em investigar o fenômeno da violência no trabalho de professores que atuam na educação básica de Santa Cruz, Rio Grande do Norte” (p. 09)	Pesquisa exploratório-descritiva	“A conclusão geral da dissertação é que a violência é uma questão presente na realidade dos professores, com impactos significativos na saúde física e mental desses profissionais” (p. 09)	N	UFRN	Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/27056 Acessado em: 19 set. 2024
T10	O bullying escolar e a formação do professor na licenciatura em	Guilherme De Oliveira Lima Carapeba	2020	“O objetivo geral desta dissertação foi analisar a percepção	Pesquisa Qualitativa	“esperamos trazer contribuições para o ensino	SE	Unioeste	Disponível em: http://bdtd.unoeste.br:8080/jspui/handl

	Pedagogia: um estudo de caso			de estudantes de licenciatura em Pedagogia sobre o fenômeno bullying escolar e a formação do professor” (p. 09)		superior e fornecer subsídios para discussão e maior conhecimento sobre o bullying escolar, objetivando sua prevenção e enfrentamento, entre professores e alunos, com vistas a uma convivência mais democrática e respeitosa em um ambiente escolar” (p. 109)			e/jsui/1288 Acessado em: 19 set. 2024
T11	O que nudes e divulgação não autorizada de imagens íntimas têm a lembrar à escola?	Laís Barbosa Patrocino	2023	“O trabalho objetivou discutir as relações que têm se estabelecido na escola diante da prática de compartilhamento do autorretrato nu e da divulgação não autorizada de imagens íntimas de meninas” (p. 01)	Pesquisa Qualitativa	“Os dados apontaram práticas de negligência em relação a situações de violência, culpabilização de meninas e despreparo para pautar questões concernentes à vivência da sexualidade de modo prazeroso e saudável” (p. 01)	CO	UEMG	Disponível em: https://www.scielo.br/j/ep/a/NPx5j5g6qJFR5TBhfQb4xTD/abstract/?lang=pt# Acessado em: 19 set. 2024

Fonte: elaborado pela autora 04/09/2024.